



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PG EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS QUILOMBOLAS SOBRE A EXTENSÃO  
RURAL NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO LAGE DOS  
NEGROS EM CAMPO FORMOSO-BAHIA**

Isabel de Jesus Santos

**Recife**  
**2014**

ISABEL DE JESUS SANTOS

**As representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural na Comunidade  
Remanescente de Quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso-Bahia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito à obtenção do título de mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob orientação da Professora Doutora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.

**Recife  
2014**

### Ficha Catalográfica

S237r Santos, Isabel de Jesus  
As representações sociais dos quilombolas sobre a  
extensão rural na Comunidade Remanescente de  
Quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso - Bahia / Isabel de  
Jesus Santos. -- Recife, 2014.  
124 f.: il.

Orientador (a): Maria das Graças Andrade Ataíde de  
Almeida.  
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e  
Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de  
Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2014.  
Referências.

1. Representações sociais 2. Extensão Rural  
3. Comunidades remanescentes de quilombos I. Almeida,  
Maria das Graças Andrade Ataíde de, orientadora II. Título

CDD 630.717

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PG EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

ISABEL DE JESUS SANTOS

**As representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural na Comunidade  
Remanescente de Quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso-Bahia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito parcial à obtenção do título de mestre, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo em 20/02/2014.

Orientadora

---

Profa. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida - UFRPE  
(Orientadora)

Banca Examinadora:

---

Profa Dra. Irenilda de Souza Lima - UFRPE  
(Examinadora interna)

---

Profa Dra. Maria Salett Tauk Santos - UFRPE  
(Examinadora interna)

---

Profa Dra. Rosy de Oliveira - UFRB  
(Examinadora externa)

“Negro preto cor da noite”,  
nunca te esqueça do açoite  
Que cruciou tua raça.  
Em nome dela somente  
Faze com que nossa gente  
um dia gente se faça!  
Negro preto, negro preto,  
Sê tu um homem direito  
como um cordel posto a prumo!  
É só do teu proceder,  
que, por certo, há de nascer,  
a estrela do novo rumo

**Lino Guedes**

*Aos meus sobrinhos pequenos: Thiago, Maria, Sara e Rute.*

*Em memória à família de Emília Vitório e Luiz Pereira da Comunidade Quilombola Lagoa Grande / Distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana-BA.*

*Em memória da Família Bárbara Maria de Jesus Santos e João Rufino dos Santos, pela perseverança do viver no Sertão – Ipirá-BA e suas misturas indígenas, meu avô e minha avó maternos.*

*À minha mãe, Maria Rosa de Jesus Santos (in memoriam), que me ensinou a valorizar a cultura afrobrasileira, nas rezas, nos chás e nos alimentos.*

*Às mulheres e homens de Lage dos Negros os quais me apoiaram, em especial Dona Dita, Lucas – o pequeno jovem, e a Dona Zefa juntamente com sua família, Sinelândia.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me sustentar espiritualmente e materializar a Bolsa da CAPES.

Agradeço à CAPES pelo consentimento da Bolsa de Mestrado e, ainda, a todos os trabalhadores e trabalhadoras que contribuem, de forma direta e indireta, para prover os recursos financeiros em auxílio.

Agradeço à professora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, pela orientação cuidadosa, amorosa, pois soube conduzir o processo educativo a partir da orientação com muito prazer e satisfação. Além disso, agradeço pelo convívio com sua família.

À professora Salett Tauk Santos, pela orientação no estágio docência, pois plantou em minha vida a semente do sentido de ser professor. Agradeço também pela participação na banca e contribuições.

À professora Iolanda de Oliveira, por me incentivar a prosseguir nos estudos, e ao meu amigo Indson, que me acompanhou várias vezes nesta jornada.

À professora Rosy, pois me auxiliou na autorreflexão sobre minha identidade, quilombola. Fico muito grata pela sua participação na Banca de Defesa.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco, em especial, o POSMEX, pela oportunidade do mestrado. À Coordenação do curso e aos professores e professoras que passaram em minha vida e me fizeram crescer profissionalmente.

À turma 2012, Cleyton, Daniel, Marconiedson, Aniérica, Ana Paula, Ramon, Giselle, Luciana, Thiago, Marco, Luis Boaventura, Pedro e Manuela.

Às amizades intensas da turma 2013, às orações com Thacia, às risadas com Taíse, aos almoços na casa de Caio e à convivência, valorização e ajuda no meu trabalho, com Daniel Ferreira.

À professora Aparecida Tenório, pela orientação sobre os referenciais teóricos no campo das representações sociais.

À professora Irenilda de Oliveira, pela participação na banca e pelas considerações sobre o trabalho.

Ao professor Caporal, pelo auxílio nos referenciais teóricos sobre o negro no Brasil e a política de Assistência Técnica e Extensão.

Aos meus familiares, irmãos, irmãs, sobrinhos, cunhados e primos, pois estavam atentamente comigo na minha ausência física.

Ao meu amor, eterno amor, José Raimundo. Com ele chorei, orei e suportei todo o preconceito vivenciado no Recife; quantas vezes me doeram!

Ao NAC, pois me fez viver no Recife o significado da extensão rural, em especial, à professora Virgínia.

Ao NEAB-UFRPE, pois sei que constituiu um lugar importante para mim.

À Celma, que me fez aproximar de Maria e Marise, e hoje somos as amigas do quarteto.

Às meninas do apartamento multicultural, pelo carinho tolerância e companhia, Geane, Tamires e Luana.

À Margarida, psicóloga do CRAS em Lage dos Negros, pois, ela foi a pessoa que providenciou minha hospedagem na casa das professoras na referida comunidade.

À Renata Leão, Bruno Andrade e Gildo Ribeiro, pois, me auxiliaram neste trabalho da melhor forma possível.

Aos servidores do Departamento de Educação Acionildo, Margarida, Márcia, Nanci, Gerry e Isabela. Obrigada por cada momento de carinho e serviço prestado, principalmente os que ficam na biblioteca setorial, meu doce lar.

Aos irmãos e às irmãs da Igreja Batista Várzea do Capibaribe, em especial à família do Pastor Levi. Agradeço pelo primeiro acolhimento feito pela irmã Luzia.

À Chirley, pois, esteve sempre presente na produção dos materiais de estudo.

À Makeda, pois, constitui para mim uma amizade constante no Recife.

À Odalice, que me fez o convite de conviver em Lage dos Negros.



## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural na Comunidade Remanescente de Quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso - Bahia. A metodologia adotada neste estudo se pautou na pesquisa qualitativa e utilizamos como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a observação com foco nas Representações Sociais dos quilombolas sobre a extensão rural em Lage dos Negros e as concepções dos extensionistas. Para tanto, o aporte teórico da pesquisa baseia-se nas teorias das representações sociais de Moscovici (2003), suas objetivações e ancoragem. Essas teorias servem de base para compreensão dos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural construídas no contexto dos quilombolas no município de Campo Formoso-Bahia. No tratamento dos dados, utilizamos a Análise do Discurso de Orlandi (2002) a partir do silêncio. Percebeu-se, a partir das falas dos quilombolas, que a cultura, o meio ambiente e o cotidiano constituem-se suas representações, e suas ancoragens esbarram no trabalho associativo como representação da extensão rural, suas ações a partir do processo educativo. Todavia, as representações dos assistidos sobre os extensionistas e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola são vistas com os olhos negativos. Já sobre os próprios quilombolas, suas representações, dita pelos outros, “constitui-se um sentido pejorativo e racista”. Para os extensionistas, suas concepções sobre os quilombolas são de que se tratam de pessoas que não trabalham a identidade e são ditos, “grupos fechados”.

**Palavras-chave:** Representações sociais. Extensão rural. Comunidades remanescentes de quilombos.

## ABSTRACT

The present study aims to analyze the social representations of the Maroons on the extension of the Remnant Maroon Community Lage dos Negros in Campo Formoso, Bahia. The methodology adopted in this study was based on qualitative research and used interviews and observations focusing on Social Representations about rural extension of the Maroons from Lage dos Negros as well as the conceptions of extensionists. Thus, the theoretical contribution of the research is based on theories of social representations of Moscovici (2003), their objectivations and anchorage. These theories are the basis for understanding the Technical Assistance and Rural Extension processes constructed in the context of the Maroons in the municipality of Campo Formoso, Bahia. In the data, we use the Discourse Analysis of Orlandi (2002) from silence. It was noticed from the speech of the Maroons, that culture, environment and everyday life constitute their representations. In association work their anchorages collide as representation of the extension and actions based on the educational process. However, the extensionists and Bahia Agricultural Development Company are seen with negative eyes in the representation of those assisted. As for the Maroons themselves, their representations, said by others, "constitutes a derogatory and racist sense." For extension workers, their representations demonstrate that they perceive the Maroons as people of "closed groups" who do not work on identity.

**Keywords:** Social representations. Rural Extension. Maroon Community.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FOTOGRAFIAS

**Figura 1-** Comunidade Lage dos Negros| 58

**Figura 2-** Toca da Boa Vista | 60

**Figura 3-** Monocultura da Cebola na Comunidade Pacuí | 72

**Figura 4-**Rio de Lage dos Negros (Rio Morto) | 73

**Figura 5-** Desmatamento de APP no Rio Pacuí| 74

**Figura 6-** Sede do Grupo de Teatro Quilombart | 77

**Figura 7-** Imagem de São Gonçalo (E) e a Dança de São Gonçalo (D)| 78

**Figura 8-** Feira livre em Lage dos Negros| 81

**Figura 9-** Crianças em momento de Lazer no Rio Pacuí | 82

**Figura 10-** Planta Medicinal (hortelã graúdo) | 84

### GRÁFICOS

**Gráfico 1-** Identificação dos quilombolas quanto à cor

**Gráfico 2-** Representação social dos quilombolas sobre a independência política de Lage dos Negros

### QUADROS

**Quadro 1** – Apresentação dos marcos regulatórios na comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso-BA.

**Quadro 2** – Identificação dos sujeitos (quilombolas) participantes da entrevista

**Quadro 3** – Os sentidos dos quilombolas atribuídos a si mesmos, de acordo com o discurso do outro.

**Quadro 4** – O entendimento dos quilombolas sobre a extensão rural

**Quadro 5** – Os sentidos dos quilombolas sobre os extensionistas e a EBDA

**Quadro 6** – Associações com atuação e sede em Lage dos Negros

**Quadro 7** – As representações sociais dos quilombolas sobre as ações da EBDA em torno da Extensão Rural

**Quadro 8** – As representações sociais dos quilombolas sobre a memória biocultural

**Quadro 9** – A imagem dos profissionais da EBDA e as formas que os quilombolas objetivam suas representações sociais.

**Quadro 10** – Os sentidos dos extensionistas sobre a extensão rural para comunidades quilombolas e demais comunidades

**Quadro 11** – As concepções dos extensionistas sobre o serviço de ATER em Lage dos Negros e comunidade circovizinhas

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**APP** – Área de Preservação Permanente

**ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural

**CONAQ** – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos

**CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social

**EBDA** – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

**INCRA** – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

**MDA** – Ministério de Desenvolvimento Agrário

**PNATER** – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária

**POSMEEX** – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar

**PRONATER** – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária

**RS** – Representações Sociais

**SEAGRI** – Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia

**SEPIR** – Secretaria de Promoção e Igualdade Racial

**SEPROMI** – Secretaria de Promoção e Igualdade Racial do Estado da Bahia

**TRS** – Teoria das Representações Sociais

**UFRPE** - Universidade Federal Rural de Pernambuco

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
<b>CAPÍTULO 1 – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....</b>	<b>26</b>
1.1 Etapas e procedimentos metodológicos.....	26
1.2 Objetivo Geral .....	26
1.3 Lócus das análises e o campo da pesquisa .....	27
1.4 Definição dos sujeitos da pesquisa .....	28
1.5 Definição e aplicação dos instrumentos de coleta de dados: observação e entrevistas..	28
1.6 As entrevistas.....	29
1.7 Instrumentos de análise dos dados .....	32
<b>CAPÍTULO 2 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXTENSÃO RURAL.....</b>	<b>34</b>
2.1 A Teoria das Representações Sociais .....	34
2.2 Conceitos das representações sociais: dialogicidade entre o científico e o popular.....	37
2.3 Extensão rural e comunidades remanescentes de quilombos .....	41
2.4 Identidade, relações ético-raciais e política pública: o Programa Brasil Quilombola....	54
<b>CAPÍTULO 3 – A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO LAGE DOS NEGROS: AS ESTAÇÕES DO COTIDIANO.....</b>	<b>58</b>
3.1 O Município de Campo Formoso na Bahia: aspectos socioeconômicos e paleontológicos.....	59
3.2 Comunidades remanescentes de quilombos: grupos sociais com identidade étnica .....	60
3.3 A comunidade Lage dos Negros na afirmação da identidade étnica.....	64
3.4 A questão ambiental, a memória biocultural e espeliólogo em Lage dos Negros.....	69
3.5 Cultura, memória e juventude quilombola: o espetáculo do Quilombart.....	75
3.6 A feira em Lage dos Negros .....	79
3.7 O lazer dos quilombolas: Rio Salitre e o Rio Pacuí .....	81
3.8 Ecologias dos saberes quilombolas .....	81
<b>CAPÍTULO 4 - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS QUILOMBOLAS SOBRE A EXTENSÃO RURAL .....</b>	<b>84</b>
4.1 Análise do Discurso dos quilombolas de Lage dos Negros .....	85
4.2 (FD) Os sentidos no serviço dos extensionistas e da EBDA frente à Comunidade .....	96
4.3 (FD) Os sentidos dado à memória biocultural da resistência e suas representações .....	98
4.4 (FD) As concepções dos extensionistas sobre a extensão rural na comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros .....	102

CONCLUSÃO.....	107
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICE .....	120

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como tema de estudo as representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural praticada na Comunidade Remanescente de Quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso- Bahia.

Portanto, tomamos como ponto de partida o seguinte objetivo geral: analisar as Representações Sociais dos quilombolas sobre a extensão rural praticada na Comunidade Remanescente de Quilombo Lajes dos Negros<sup>1</sup> em Campo Formoso – Bahia, levando em conta a identidade desses sujeitos em suas práticas cotidianas.

A extensão rural na Comunidade<sup>2</sup> Remanescente de Quilombo Lage dos Negros está apoiada no âmbito das ações da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (Seagri), através da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e da Secretaria de Promoção a Pró-Igualdade Racial do Estado da Bahia (Sepromi), a partir do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do Brasil, no tocante à Lei sobre os Territórios Quilombolas<sup>3</sup> na esfera da chamada pública de Ater.

O aporte teórico metodológico do estudo está voltado para o processo de construção das representações sociais, que se baseia na perspectiva do psicólogo social Serge Moscovici (2003), o qual apresenta diversas possibilidades do fenômeno das representações sociais e suas formas de comunicação: algo dialógico, consistente e que permite a interação entre dois sujeitos. Essas se cruzam e se transformam, sendo o tempo todo reconstituído pelo cotidiano. São várias as características desses fenômenos importantes para a construção da pesquisa a respeito das representações sociais, sobretudo, [...] “deve produzir outro tipo de conhecimento sobre esses fenômenos de saber social. Para fazê-lo. Precisamos antes transformá-los em objetos mensuráveis pela prática da pesquisa científica” (SÁ, 1998, p.22).

---

<sup>1</sup> O que caracteriza essa construção identitária territorial é a posse das Terras que está registrada em cartório, aproximadamente, no ano de 1890, em nome de Luis Manuel dos Santos (Luizinho) e sua esposa, Maria Lage, seus primeiros moradores. Por conta dessas relações, no que se refere à legalização das terras, Lage dos Negros é regularizada pelo Estado da Bahia como Comunidade Fundo de Pasto.

<sup>2</sup> Também chamado pelos quilombolas de Povoado. Esta denominação é dada pelos remanescentes de quilombo quando se refere à comunidade, nome acadêmico. Povoado significa um lugar onde a organização espacial se caracteriza pela disposição das casas, uma próxima a outra. Além disso, existem estruturas físicas e logísticas para oferta de bens e serviços públicos para demais comunidades circunvizinhas, por exemplo: escola, posto de saúde, assistência social e outros.

<sup>3</sup> A primeira lei que garante esses direitos está na Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e o Decreto Lei 4.887 de 2003 (INCRA, 2012).



As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se inter cruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas empregam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem dum lado, à substância simbólica que entra na sua elaboração e, por outro lado, à prática específica que produz essa substância, do mesmo modo como a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica (2003, p. 10).

Todavia, esta dissertação tem o desafio de problematizar a temática psicossocial nas ciências agrárias, uma vez que, desde o surgimento da extensão rural, suas representações sociais são construídas, mentalizadas e concretizadas. No início da década de 1940, o papel da extensão rural era de “persuasão, invasão cultural e modernização” (FREIRE, 2011, p. 19-20) – essa era a representação social dos extensionistas. Já dos agricultores, tinham a representação da mecanização, do acesso aos recursos financeiros (MARTINS, 2001).

Para Callou (2007, p. 3), desde a sua essência do padrão americano, a extensão rural, em certo momento da história brasileira, era vista como processo educativo. “Os resultados dessas ações de caráter local, educativo, enquanto transmissão de conhecimento favoreceu o aparecimento oficial da Extensão Rural no Brasil”.

Na contemporaneidade, a extensão rural engloba novas significações, sobretudo os aspectos que se relacionam com a comunicação, “contemplando organização e a participação popular, a questão de gênero, a questão ecológica, e as novas formas de produção rural como turismo, artesanato e serviço” (TAUK SANTOS E CALLOU, 2006, p.79). Nesse sentido, buscaremos, aqui, conhecer quais são as representações sociais no contemporâneo da Comunidade Remanescente de Quilombo Lage dos Negros, localizada no Bioma da Caatinga.

Nas experiências de pesquisa em extensão rural, existem relatos frequentes dos obstáculos para efetivação do serviço de caráter educativo, que, por sua vez, é pauta de pesquisa para o debate na academia, bem como nas instituições que oferecem o serviço. A maioria das críticas gira em torno da descontinuidade do processo, visto que, com a Lei de Ater (2010), a oferta da extensão rural dar-se-á via chamadas públicas com duração de dois anos, podendo prorrogar por mais dois (CAPORAL, 2011).

Em contrapartida, Santos (2009), a partir de suas pesquisas sobre a extensão rural e comunidades remanescentes de quilombos, afirma que é necessária uma visão panorâmica sobre o serviço de extensão rural, e cabe a ele compreender os fenômenos e fatos do cotidiano dos quilombolas para depois intervir. [...] “por sua vez, implicam na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas” (SANTOS, 2009, p.148).

A academia tem se posicionado, através de teses e dissertações, acerca da temática que envolve os remanescentes de quilombos. Ao fazermos um levantamento no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (POSMEX-UFRPE), encontramos três dissertações abordando o processo de assistência técnica em comunidades remanescentes de quilombos.

Antes de continuar elencando os trabalhos recentes sobre as comunidades remanescentes de quilombos, é importante destacar que, em primeira instância, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), juntamente com os seus membros, por volta dos anos 1980, foram os primeiros a estudarem esse tipo de comunidades (OLIVEIRA, 2010).

Posteriormente, as contribuições dos estudos geográficos à luz da cartografia social desmistificaram os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a territorialidade brasileira. Por fim, os estudos cartográficos problematizaram e comprovaram a expressão dos “quilombolas: tradições e cultura da resistência” (ANJOS, 2006).

Nesse sentido, Ferreira (2008), em sua dissertação defendida no POSMEX, afirma que o serviço de Ater Quilombola tem pouco tempo de implantação nas comunidades, e isso é apontado nas pesquisas quando o assunto entra em pauta. Percebe-se que nem todos os sujeitos entendem mesmo qual o papel da extensão com recorte étnico-racial e quais são os seus princípios (FERREIRA, 2008).

Para as comunidades quilombolas, incorporar, em suas práticas e discursos, a extensão rural não é uma tarefa fácil. Segundo Anjos (2010), antes disso mesmo, é preciso incorporar um modelo de Ater que respeite a tradição e cultura dos quilombolas, porque existem modelos de trabalho e vida dos quilombolas que os diferenciam dos demais grupos étnicos.

Nas comunidades quilombolas, desde o quilombo histórico e também os contemporâneos, a soberania alimentar se constitui como um elemento do fortalecimento da autonomia, bem como um referencial para rituais religiosos, nascimento e morte. Assim, a produção de alimentos sempre existiu como forma de garantir a segurança alimentar. Todavia, o desafio da Ater quilombola é respeitar esse princípio da autonomia dos quilombos em suas práticas extensionistas, pois existe um conflito entre a lógica de produção de alimentos da população quilombola e a lógica convencional das instituições.

Para Calheiros (2009), além do desconhecimento da política de Ater quilombola, ainda há também o silêncio do reconhecimento da identidade étnica, tanto por parte deles – remanescentes de quilombos – quanto dos outros, pois quilombo soa período da escravatura, ou então tem a representação social dos quilombos do passado, amplamente divulgado a partir

das culturas de massa, principalmente em programas televisivos, e sempre relaciona a identidade étnica racial do negro aos escravos do passado.

Segundo Rodrigues (2010), essas comunidades vivem uma transitoriedade de identidade constante, na qual, em alguns momentos, a “reconversão cultural” passa a ser presenciada no cotidiano dos sujeitos como forma de criação de novas oportunidades. Mas, mesmo assim, o autor ressalta o desconhecimento dos quilombolas acerca da sua identidade e oferece o exemplo do fortalecimento a partir da valorização da castanha do caju, no caso dos quilombolas do município de Afogados da Ingazeira, no Estado de Pernambuco, como forma de se representarem aos “outros”.

Para além das investigações do POSMEX, destacamos os trabalhos de Santos (2009), do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, que faz uma reflexão em torno da antropologia da alimentação em comunidades remanescentes de quilombos no Estado de Minas Gerais. Também o trabalho de Bispo Santos (2009) inicia-se a partir dos questionamentos dos quilombolas do município de Irará, no Estado da Bahia. Assim, a autora discute a identidade e a territorialidade. Sobre a mesma temática, Miranda dos Santos (2010) defende a dissertação: *A Comunidade de Castainho: uma contribuição aos estudos geográficos de remanescentes de quilombos em Garanhuns, Pernambuco*. Esse estudo buscou abordar os aspectos geográficos da referida comunidade, bem como as imagens que os sujeitos da cidade têm sobre os quilombolas do município de Castainho.

No campo da genética humana e médica, também pautaram os quilombolas nessa problemática, direcionando suas pesquisas para verificar as incidências de doenças crônicas em negros; por exemplo, a anemia falciforme (LUIZON, 2007).

Dentre as áreas de conhecimento e temas abordados, destacam-se as pesquisas em: meio ambiente, história, geografia, sociologia, antropologia, educação, letras vernáculas. Verificam-se poucos estudos sobre as representações sociais dos quilombolas, daí mais uma razão de esta pesquisa se enveredar por essa área.

No período compreendido entre os anos de 1990 a 2009, foram defendidas 368 teses e dissertações com o tema da questão quilombola. As áreas que possuem maior peso nas pesquisas são: educação, antropologia, história, direito, ciências (CARDOSO E ARUTI, 2011).

Segundo Cardoso e Aruti (2011, p.2), no geral, as regiões “NE e SE sobrepõe às demais no que se refere à produção acadêmica de teses e dissertações referentes ao tema da educação em questão”. Interessante perceber que a Região Nordeste é a principal produtora de conhecimentos na área. Essas pesquisas aumentaram a partir do momento em que houve maior visibilidade do problema, a saber, com a constituição do ano de 1988:

A principal intervenção pública se deu em dezembro de 2004 com o lançamento do Programa Brasil Quilombola, desenvolvido pela Seppir. Esta política, desde 2006, se vê afetada pelas verbas reduzidas e por problemas que podem ser qualificados como de gestão, entre eles o insuficiente monitoramento das ações transversais, a alta rotatividade da equipe que articula as ações, além de uma cultura organizacional não habituada a tratar dos temas das comunidades quilombolas, o que, por vezes, cria certas resistências nos órgãos executores das ações Ciências (CARDOSO E ARUTI, 2011, p.5).

A área da educação tem número significativo de trabalhos desde os quilombos históricos aos contemporâneos. Uma pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) investiga como a escola Quilombo dos Palmares articula a formação política à formação escolar. Segundo Rodrigues (1996), a formação política dessa escola está aquém das suas primeiras propostas. De acordo com o autor, a luta de classe não aparece mais como elemento da educação.

Ainda garimpando os estudos na área da educação que envolvem a temática, encontramos a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que tem desenvolvido pesquisa buscando entender as relações estabelecidas pelos jovens negros na realidade do Estado. Jesus (2001) analisa o cotidiano dos sujeitos na Escola da Comunidade Remanescente de Quilombo São Cristovão, e percebe que os quilombolas são estigmatizados na escola. No mesmo tema, Dias (2009) enfatiza a importância do Movimento Hip Hop para a construção da autoestima dos jovens negros.

Com a proposta de um novo olhar – o das representações sociais – para as temáticas que envolvem a comunidade quilombola e a fim de contribuir com os estudos da extensão rural, os referenciais teóricos dessa pesquisa constituem-se com base principalmente nos seguintes autores: Fonseca (1985); Freire (2011); Callou (2006; 2007); Callou e Tauk Santos (2006; 2013); Rodrigues e Tauk Santos (2011); Moscovici (2003); Jodelet (2001); Dubar (2006; 2011); Bauman (2005); Ataíde de Almeida (2002; 2008) e Cavalleiro (2001; 2002); Fiabani (2012); Moura (2001); Oliveira (2010); Caporal (1991; 2011); Martins (2001) O’ Dwyer (2002).

Para melhor compreensão da pesquisa presentemente relatada, começamos por apresentar, em breves linhas, os sujeitos do nosso estudo. No âmbito das relações étnico-raciais, encontram-se os remanescentes de quilombos. Assim, na História do Brasil, o quilombo é definido como espaço de organização social de homens e mulheres, traduzindo o desejo de liberdade e resistência. Na contemporaneidade, os remanescentes de quilombos são uma forma de resistência da identidade.

Assim, quilombo ou remanescente de quilombo, termos usados para conferir direitos territoriais, permitem, através de várias aproximações, desenhar uma cartografia inédita na atualidade, reinventando novas figuras do social. Como não se trata de expressão que denomine indivíduos, grupos ou populações no contexto atual, seu emprego na Constituição Federal levanta a seguinte questão: quem são os chamados remanescentes de quilombos cujos direitos são atribuídos pelo dispositivo legal? (O'DWYER, 2002, p. 13)

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário, existem, no Brasil, mais de 6 mil comunidades remanescentes de quilombos, sendo que há 463 processos abertos no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) para a regularização dos Territórios. O Grupo Geografar (2012) mapeou, na Bahia, 586 comunidades remanescentes de quilombos, sendo que apenas 35% delas receberam reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, e apenas 16 comunidades receberam o título de suas terras pelo Incra<sup>4</sup>. “Estes dados referentes ao estado da Bahia indicam a dimensão que a questão quilombola assume na contemporaneidade, desafio que obriga uma atualização do conceito para a compreensão deste grupo social e o fortalecimento de sua luta política” (BISPO SANTOS, 2008, p.39).

A comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros, situada no Sertão do Estado da Bahia, a aproximadamente, 800 Km de Salvador, possui uma abrangência de 23 aglomerados locais, totalizando aproximadamente 12.000 habitantes<sup>5</sup>.

Historicamente as comunidades remanescentes de quilombos foram marginalizadas pela sociedade brasileira, desprovidas de direitos a educação, moradia, saúde, saneamento básico, infraestrutura e transporte, acesso a energia elétrica e água potável, a tecnologias da comunicação e da informação, entre outros serviços. Este cenário silencia a relevância que possuem as comunidades quilombolas para a memória da História Social do Brasil e sua importância na cultura do povo brasileiro, bem como suas contribuições significativas na produção de alimentos e suas formas de organização social.

Assim, na contemporaneidade, é importante frisar que esse povo tinha e tem um papel fundamental para o desenvolvimento agrário do país, visto que, na maioria dos casos, existe uma dimensão produtiva relacionada à identidade, por exemplo, a produção de farinha, azeite

---

<sup>4</sup> GEOGRAFAR: [http://www.geografar.ufba.br/imagens/qui\\_bahia.pdf](http://www.geografar.ufba.br/imagens/qui_bahia.pdf).

<sup>5</sup> A Comunidade Lages dos Negros compreende uma divisão geopolítica do município de Campo Formoso constituída por um povoado localizado a quase 100 km de distância da sede do município. O território quilombola de Lage dos Negros hoje é superior a 1.000 Km<sup>2</sup> (faltando atualizar a real demarcação territorial). O acesso ao povoado é dificultoso, pois a estrada é de chão batido. A sede do território tem uma população estimada em mais de 4 mil habitantes, e todo o território conta com 23 comunidades, que, juntas, totalizam uma população superior a 10 mil habitantes (EBDA, 2007).

de dendê entre outros mais. Em seguida, esses bens são transformados em mercadoria de trocas e vendas. Assim, movimenta a economia de vários municípios.

A característica singular que aproxima a dimensão do quilombo no período colonial às mais recentes formas organizativas dos quilombos contemporâneos está presente nas práticas econômicas desenvolvidas, cujos modelos produtivos agrícolas estabelecem uma necessária integração à micro-economia local com vistas à consolidação de um uso comum da terra (BRASIL, 2004, p. 10).

A agricultura praticada pelos escravos tem seu papel fundamental para a alimentação da Casa Grande e dos quilombos no período colonial. As atividades eram executadas normalmente aos domingos, nos períodos em que os escravos não se ocupavam com a atividade principal, a cana de açúcar (FIABANI, 2012).

A singularidade das Comunidades Remanescentes de Quilombo e sua autossuficiência são traços marcantes. Hoje, após a abolição da escravatura, os remanescentes de quilombos são beneficiados com a política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural, visto que esses sujeitos do campo são essencialmente agricultoras e agricultores. Essa política pública é definida como serviço que tem caráter educativo, porém não formal, processo esse contínuo, envolvendo formações dos quilombolas e agricultores sobre as cadeias produtivas e suas formas de organização coletiva. As produções envolvem as atividades artesanais, agroextrativistas e agropecuárias (BRASIL, 2010).

Considera-se como público beneficiário, de modo geral, a agricultura familiar, na qual estão inseridos:

Os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, **os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais**; e nos termos da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela Lei e, nos termos da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela Lei (BRASIL, 2010, p. 2, grifo nosso).

Partindo desse princípio, a intervenção através da extensão rural e assistência técnica tem como requisito a questão étnica e cultural das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, que, de certa forma, possa relacionar o fazer das (agri)culturas a partir do ponto antropológico e cultural, considerando dois aspectos importantes: o trabalho agrícola como forma de produção e cotidiano – nesse caso, a relação com a natureza torna-se indispensável; e o fazer desse trabalho; o meio de produção cultural e a identidade dos quilombolas.

[...] a base econômica da maioria dos quilombos era a agricultura, principalmente plantações de milho, feijão, favas, mandioca, amendoim, batata, cará e outras raízes, além de banana, ananás, abóbora, fumo, algodão- que faziam tecidos grossos com que se vestiam- e ainda criação de galinhas (FIABANI, 2012, p.86).

Tais fenômenos evidenciam, na contemporaneidade, a preocupação com o assunto referente aos quilombolas, e que deve se construir uma nova abordagem da extensão e tais abordagens devem ser diferentes dos métodos de extensão perpetuados e difundidos no Brasil desde seu início, visto que o processo de extensão rural envolvendo as relações étnico-raciais vão além dos aspectos agronômicos da Ater.

Tais informações sobre o histórico do serviço de extensão rural no Brasil servem como ponto de partida para analisar o mesmo objeto no viés da contemporaneidade. Callou (2006) apresenta vários significados adotados pela extensão rural; para ele, trata-se de “polissemia e memória”, pois, desde a sua instalação em solo brasileiro, sempre se mostrou como diversos conceitos e até nos dias atuais ocorrem transformações conceituais e práticas.

Consoante com o Programa Brasil Quilombola, o último significado denominado por Callou (2006) busca aproximar as questões do desenvolvimento local às produções não agrícolas e à agroecologia, questões essas pertinentes também na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, 2010), nos objetivos do programa, destacando que o serviço de Ater, considerado como educação não formal, deve promover o desenvolvimento sustentável e adotar os princípios da agricultura de base ecológica, por exemplo, a Agroecologia, a permacultura, a agricultura biodinâmica, entre outros (BRASIL, 2010).

Assim, o Programa Brasil Quilombola aproxima essas dimensões e aponta questões – do desenvolvimento local, produção não agrícola, desenvolvimento sustentável e outros – que perpassam os princípios desse processo educativo. “Há uma dimensão ecológica, social, cultural no cerne da questão, entre estes todos, apontamos a questão ambiental, que de certa forma orienta o trabalho dos (as) extensionistas, no quesito voltado para o desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2004, p. 28).

Por sua vez, nossas dúvidas acerca da extensão rural foram fortalecidas a partir da convivência no Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco, quando nos debruçamos em teóricos, a exemplo de Caporal (2006), que explicita o desconhecimento das populações minoritárias acerca do termo

extensão rural. Para esse autor, o desconhecimento dificulta a efetivação como tal, e apenas um grupo majoritário teria acesso às políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A partir da década de 1990, com o Grito da Terra Brasil<sup>6</sup>, o termo extensão rural começou a ser expresso junto às comunidades e, principalmente, expresso pelo Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf).

À luz da temática de pesquisa, a questão é compreender quais são as representações construídas pelos quilombolas sobre a extensão rural na Comunidade Remanescente de Quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso – Bahia? Além disso, quais as concepções dos extensionistas sobre a extensão rural? No que se refere aos extensionistas, verificamos se existem diferenças entre extensão rural para comunidades remanescentes de quilombos e agricultores familiares.

Partindo do pressuposto dos problemas de pesquisa, as categorias analíticas são: extensão rural, representações sociais, identidade e Comunidades Remanescentes de Quilombos.

A presente pesquisa justifica-se pelo desejo e necessidade de estudar as representações sociais dos quilombolas e dos extensionistas sobre a extensão rural, visto que sempre ouvimos o desconhecimento do termo em questão e sempre os questionamentos dos extensionistas, bem como dos agricultores, sejam eles quilombolas ou não. E, de certo modo, essas indagações passaram a fazer parte do nosso cotidiano extensionista nas comunidades.

Todavia, o interesse pessoal pelo tema das representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural surge da experiência de vida da pesquisadora, nascida e criada na comunidade quilombola Lagoa Grande, Distrito de Maria Quitéria, situada no município de Feira de Santana-BA e da experiência nas instituições sociais – família, associação, escola e universidade – que silenciam o racismo.

A dissertação está dividida em quatro capítulos e conclusão. No primeiro capítulo, tratamos de descrever os processos metodológicos. Apresentamos os objetivos, as escolhas dos instrumentos de coleta de dados e do método. Essa construção possibilitou a tomada de decisão na escolha dos sujeitos participantes da pesquisa. No aspecto metodológico, tomam-se como critério as abordagens qualitativas. Segundo Gil (2002), os instrumentos de coleta de dados em pesquisas qualitativas, tais como grupos focais e entrevistas, servem para facilitar o diálogo entre pesquisador e sujeito pesquisado.

---

Mobilização, na época, organizada pela Contag no ano de 1990, com o objetivo de reivindicar políticas públicas para o meio rural brasileiro, principalmente para os pequenos agricultores. A partir dessa mobilização, foi-se criando o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf), no ano de 2004.



O capítulo dois aborda as contribuições teóricas sobre o serviço de extensão rural, nesse caso, a análise é centrada na política pública de desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos, pautada no Programa Brasil Quilombola, criado pelo Governo Federal no ano de 2004. Este capítulo contém elementos necessários para fomentar o debate contemporâneo sobre a oferta do serviço de Ater via chamada pública. Além disso, discorreremos sobre a teoria das representações sociais.

No terceiro capítulo, estabeleceremos um diálogo sobre identidade étnica-racial. Aqui, fizemos um passeio em Lage dos Negros, a partir do aspecto do cotidiano da população. Na dimensão do tempo, o cotidiano da comunidade muda. Além disso, a intermitência das chuvas também altera o sentido e o cotidiano do lugar. Ao chover, os quilombolas fazem a rota da roça.

O quarto capítulo destinou-se para análise dos dados coletados, que são articulados com a teoria e resultados de outros trabalhos de pesquisa sobre o assunto, tanto da representação social dos quilombolas sobre a extensão rural, como das percepções dos extensionistas acerca da extensão rural. Essa análise baseia-se no referencial teórico-metodológico sobre Análise do Discurso (AD) (ORLANDI, 2002).

Por último, há a conclusão, indicando caminhos necessários à efetivação da extensão rural, bem como uma busca por apontar os limites e obstáculos à prática extensionista e institucional para efetivação da Ater quilombola. Aborda-se como essas categorias chegam e se desdobram na comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso - BA.

## **CAPÍTULO 1 – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS**

Devido à amplitude do tema, as estratégias metodológicas para elucidar as representações sociais desta pesquisa, de caráter exploratório, foram baseadas no método fenomenológico (Moscovici, 2003), como forma de afirmar que os quilombolas, enquanto sujeitos, vivenciam a extensão rural e praticam cotidianamente a partir de seus códigos e linguagens. Segundo Chaves (2007, p.68-69), muitos desses dados são ocultos. “A compreensão exige leitura do contexto, diários, biografias, relatos centralizados no cotidiano, estudos de caso, observações, conteúdo de textos para análise são as principais fontes do pesquisador”.

Os estudos sobre o tema das Teorias das Representações Sociais, frequentemente, buscam entender os fenômenos sociais e psicológicos de determinado grupo ou sujeito em uma dada realidade. “A pesquisa das representações sociais deve produzir outro tipo de conhecimento sobre esses fenômenos de saber social. Para fazê-lo, precisamos antes transformá-los em objetos mensuráveis pela prática da pesquisa científica” (SÁ, 1998, p.22). Desse modo, a abordagem dessa pesquisa é de cunho qualitativo e versa sobre o tema das representações sociais dos quilombolas e dos extensionistas envolvidos na execução da política pública de extensão rural e comunidades remanescentes de quilombos.

### **1.1 Etapas e procedimentos metodológicos**

A primeira etapa deste trabalho foi o levantamento de dados secundários em revistas, livros e documentos oficiais da União e do Estado da Bahia referente à política de assistência técnica e extensão rural, bem como, os marcos regulatórios dos territórios quilombolas, fundo de pasto e preservação ambiental. Essas pesquisas, em sua maioria, foram feitas nos sítios do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Fundação Cultural Palmares.

Mas, antes mesmo de definirmos as etapas e procedimentos metodológicos, foi importante nos basearmos nas questões sobre os processos de elaboração do objetivo geral desta pesquisa.

### **1.2 Objetivos**

#### **1.2.1 Geral**

Analisar as Representações Sociais dos quilombolas sobre a extensão rural praticada na comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso – BA,

levando em conta a identidade desses sujeitos em suas práticas cotidianas. Para isso, foram priorizados os seguintes objetivos específicos.

### **1.2.2 Específicos**

- Identificar as representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural na comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros;
- Analisar a identidade cultural e a memória da comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros;
- Averiguar como quilombolas em Lage dos Negros (re)afirmam sua identidade étnica;
- Entender as percepções dos extensionistas sobre a extensão rural na comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros.

### **1.3 Lócus das análises e o campo da pesquisa**

A primeira etapa pós-fase de planejamento e elaboração da pesquisa foi a visita ao lócus e campo deste estudo, a comunidade Lage dos Negros, situada no município de Campo Formoso, localizado no Sertão Baiano, também conhecido devido ao bioma da caatinga, cercada pela bela biodiversidade e demais recursos naturais.

O campo da pesquisa foi a comunidade quilombola Lage dos Negros e sua divisão geopolítica. Essa comunidade está inserida no projeto da chamada nº 003/2011 DPMRQ/MDA – Lote 06 do Município de Campo Formoso - Bahia, proposta: “ATER. Rumo à sustentabilidade de Comunidades Quilombolas no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru”. Esse projeto tem como proponente a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), sob número de credenciamento no SIATER: 754/09- 2010/BA (MDA, 2011).

A EBDA faz parte da Rede ATER Quilombola como forma de enfrentamento à pobreza rural, especialmente ao grupo étnico- remanescente de quilombo, que tem ações conjuntas interministeriais voltadas para economia solidária, desenvolvimento local sustentável, segurança alimentar, saúde, certificação, reconhecimento e titulação das terras dessas comunidades (MDA, 2004).

Ainda nessa primeira etapa da pesquisa empírica, foram delimitados os sujeitos da pesquisa, a equipe de extensionistas que atuam nesta chamada, somando um total de oito profissionais de níveis técnico e superior formados em: História, Serviço Social, Agronomia,

Pedagogia, Turismo Rural, Nutrição e Curso Técnico em Agropecuária. No entanto, utilizamos apenas cinco entrevistas.

Desse modo, constituem-se sujeitos desta pesquisa os extensionistas do Programa de Extensão Rural em Comunidades Remanescentes de Quilombos da Seagri, Sepromi e EBDA, que atuam no município de Campo Formoso - BA, bem como os quilombolas assistidos pela Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia, via EBDA, da comunidade Lage dos Negros. Ambos os sujeitos inseridos na chamada nº 003/2011 DPMRQ/MDA – Lote 06 (MDA, 2011).

#### **1.4 Definição dos sujeitos da pesquisa**

Selecionamos cinco extensionistas da EBDA e nove quilombolas que fazem parte do projeto “ATER. Rumo à sustentabilidade de Comunidades Quilombolas no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru”, da chamada pública de ATER Quilombola nº 003/2011 DPMRQ/MDA – Lote 06 do Município de Campo Formoso – Bahia. Esses, por sua vez, são beneficiados pela política de Assistência Técnica e Extensão Rural do Programa Brasil Quilombola. Além disso, incluímos na amostragem da pesquisa cinco quilombolas definidos aleatoriamente que compreendem aspectos relacionados à história e à memória de Lage dos Negros. Consideramos as questões de gênero e geração pela necessidade de compreender a situação específica e devido ao desenvolvimento da concepção de cada sujeito em torno da extensão rural. “Aqui, a relação sujeito objeto é mediada pela intervenção de outro sujeito, essa relação se torna uma relação triangular complexa, em que cada um dos termos é totalmente determinado pelos outros dois” (MOSCOVICI, 2003, p.150).

Tal escolha baseou-se na multiplicidade que exige a pesquisa em extensão rural, e, à luz da teoria das representações sociais, esses sujeitos proporcionam uma visão holística e multifacetada que se propõe o Programa Brasil Quilombola atrelado às ações interministeriais do Plano Brasil Sem Miséria. Tomou-se como requisitos a questão de gênero e o envolvimento desses no projeto nessas comunidades, como sendo critério do programa.

Além disso, foram incluídos os jovens com o intuito de compreender os problemas que giram em torno da permanência dos jovens quilombolas no campo e também porque eles buscam expressar sua identidade a partir do cotidiano no âmbito do teatro e da dança. O Grupo Quilombart representa uma economia cultural de Lage dos Negros.

#### **1.5 Definição e aplicação dos instrumentos de coleta de dados: observação e entrevistas**

Pelo fato de a pesquisa envolver questões relacionadas ao cotidiano e devido à comunidade de Lage dos Negros ficar distante 100 Km da cidade, com vias de acesso dificultoso, tomou-se estratégia a utilização da observação. No total, foram três idas à comunidade com o objetivo de fazer a pesquisa de campo. A primeira ida, saindo de Feira de Santana com destino a Campo Formoso, com duração de aproximadamente cinco horas de viagem. Nesse caso, houve a necessidade de pernoitar na cidade e, no dia seguinte, seguir viagem rumo a Lage dos Negros.

No segundo dia, foram feitos os primeiros contatos com os extensionistas em uma atividade da Regional da EBDA em Campo Formoso. Os extensionistas estavam em formação de curta duração. Foi um curso sobre a Agroecologia e suas possibilidades na construção dos quintais agroflorestais, visto que existe um outro programa sendo implantado na comunidade em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Em seguida, tomou-se o transporte com destino a Lage dos Negros, que dura em torno de três horas e meia. Ao chegarmos, ficamos hospedadas na casa de Dona Bezinha – Isabel Celestino – e acompanhadas pelo Jovem Lucas, o qual se dispôs como guia local. Passamos sete dias na comunidade apenas observando e participando do seu cotidiano, incluindo festas, funeral e ensaios teatrais.

A partir da observação e das conversas na comunidade, foram mapeados os sujeitos da pesquisa. Para Skink (1995, p.29), a coleta de dados sobre as representações sociais “exige longas entrevistas semiestruturadas aclopadadas a levantamentos paralelos sobre o contexto social e sobre os conteúdos históricos que informam os indivíduos enquanto sujeitos sociais”.

Após conhecer os sujeitos, estabelecer relações, tomou-se então a seguinte fase, na segunda ida, dessa vez saindo de Feira de Santana à noite e chegando na manhã do dia seguinte na cidade de Juazeiro-BA. A viagem de Juazeiro até Lage dos Negros dura em torno de cinco horas e meia. Dessa vez, a hospedagem foi na casa dos professores em Lage dos Negros, permanecendo lá oito dias com o objetivo de participar da segunda etapa do percurso, a definição e aplicação dos instrumentos de coleta de dados. Devido à complexidade do assunto e os sujeitos envolvidos, optamos pelo instrumento das entrevistas semiestruturadas. Segundo Gil (2002), os instrumentos de pesquisa de coleta de dados, grupos focais e entrevistas servem para facilitar o diálogo entre pesquisador e sujeito pesquisado.

## **1.6 As entrevistas**

Durante toda a pesquisa, utilizamos contatos locais, e seguindo a orientação de um sujeito da pesquisa indicar outro. Com muito cuidado epistemológico, o tempo das entrevistas

eram variados, visto que as representações sociais requerem a compreensão da subjetividade do sujeito.

O enfoque das perguntas era dividido em blocos, em que o recorte foi feito com base nos objetivos. Para melhor compreensão, dividimos os blocos em letras do alfabeto. O bloco A correspondia à identificação do sujeito quanto a cor, idade e sexo, mas também quanto ao nível de escolaridade.

O bloco B trazia aspectos da construção da política de Ater quilombola, além disso, algumas perguntas direcionadas à subjetividade, por exemplo, o sentimento de morar em Lage dos Negros. Os dados referentes ao olhar dos quilombolas sobre os extensionistas estão contidas no Bloco C de perguntas.

Com relação às informações da memória biocultural, foram englobadas no Bloco D, por meio do qual, entre outras coisas, visava-se a entender o cotidiano dos quilombolas e sua afirmação enquanto afrodescendente.

A justificativa pelo instrumento diz respeito à construção das imagens mentais provenientes do cruzamento do conhecimento científico dos extensionistas com o conhecimento do senso comum dos quilombolas. Como salienta Sá (1998), pesquisa nesse porte que abrange vários sujeitos à vista das TRS envolve um conjunto de instrumentos. Como complementação das entrevistas, foram realizados registros iconográficos dos participantes da pesquisa com a autorização por escrito. Antes do registro, era explicado ao participante os objetivos e a importância dos registros.

No consenso do popular e do científico, “as representações entre si, elas se combinam e se separam introduzem uma quantidade de novos termos e novas práticas no uso cotidiano” (MOSCOVICI, 2003, p.200).

As questões que giram em torno da relação entre pesquisador e pesquisado no campo dos estudos sobre as representações sociais é a visão horizontal, colocando os dois no mesmo patamar de conhecimento, que, de certa forma, provoca “[...] pressupostos de natureza ideológica, *epistêmes* historicamente localizadas ou até mesmo ressonâncias do imaginário social. Afinal, as representações sociais são elaboradas a partir de um campo socialmente estruturados e são frutos de um *imprinting* social” (SPINK, 1995, p.123).

Nessa perspectiva, a pesquisa busca proporcionar a discussão em áreas emblemáticas que englobam a prática profissional. Continua a autora enfatizando a dialética nos estudos sobre representações sociais:

A diversidade e contradição remetem ao estudo das representações sociais como processo, entendido aqui não como processo de informação mas, como práxis; ou seja, tomando como ponto de partida a funcionalidade das representações sociais na orientação da ação e da comunicação (ÍDEM).

Consoantemente, a ligação e objeto de pesquisa relacionam com o desenvolvimento comunitário, no específico as comunidades remanescentes de quilombo. Por sua vez, envolve uma gama de profissionais de diversas áreas, mesmo que esses sejam categorizados, de modo geral, como extensionistas.

O outro instrumento utilizado foram as entrevistas, que constituem meio de averiguar informações de fundamental importância na coleta de dados qualitativos, visto que permitem maior aproximação entre o pesquisador e os sujeitos envolvidos na pesquisa. Além disso, proporcionam a elaboração de um roteiro com perguntas abertas, permitindo verificar a historiografia do lugar, bem como a história oral dos sujeitos da pesquisa (BOGDAN E BIKLEN, 1994).

Dentre outras coisas, a entrevista permite o diálogo entre o pesquisador e pesquisado, o que caracteriza a comunicação, tão importante nos estudos sobre as representações sociais. Moscovici (2003, p.169) analisa a dualidade das explicações, seja do ponto de vista coletivo ou individual, e conclui que “nossas faculdades individuais de percepção e observação do mundo externo são capazes de produzir conhecimento verdadeiro, enquanto fatores sociais provocam desvios em nossas crenças e em nosso conhecimento de mundo”.

Continua o autor, aqui, escrevendo sobre a natureza do pensamento expresso pelo indivíduo constituído de sentidos de uma cultura e suas representações psicossociais, que acabam sendo expressas no momento do diálogo com o objetivo de realizar uma entrevista.

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p.197) “A entrevista é um conjunto entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Esse instrumento tem várias funções, seja ela na coleta de informações para possíveis avaliações no campo teórico, seja para apontar caminhos para superação de um fenômeno diagnosticado (MARCONI E LAKATOS, 2007).

De acordo com as autoras, a entrevista tem vários objetivos, que apontamos: averiguar fatos – buscar dos sujeitos o conhecimento que eles têm sobre um assunto específico; determinação de opiniões – compreender o conhecimento dos sujeitos sobre fatos e fenômenos; determinação de sentimentos – conhecer a subjetividade do indivíduo; descoberta de plano de ação – primeiramente partindo do sujeito, posteriormente a construção do

coletivo; conduta atual do passado – averiguar questões referentes aos princípios e valores do sujeito e de seu grupo social; motivos conscientes para opiniões – averiguar as influências externas e internas do sujeito, diz respeito ao cognitivo comportamental. SELLTIZ (1965 APUD MARCONI E LAKATOS, 2007, p.198).

Para Gil (1991, p.93), a entrevista é um instrumento de coleta de dados bastante complexo, visto que existe um caráter científico que deve favorecer o diálogo, assumindo “[...] formas mais ou menos estruturadas. Mesmo que as respostas possíveis não sejam fixadas anteriormente, o entrevistador constitui a única fonte de motivação adequada e constante para o entrevistado”.

### **1.7 Instrumentos de análise dos dados**

Uma vez incorporadas, as representações sociais fazem parte do *corpus* no itinerário de pesquisa; seus pressupostos teóricos metodológicos entram, também, como elementos de análise dos dados, a partir da análise do discurso. Nesta discussão, sua análise dar-se-á na construção dos sentidos dados ao imaginário comunitário.

As questões analisadas nesta dissertação são de natureza epistemológica, ideológica e institucional, e, por sua vez, são expressas no discurso sobre o assunto das representações sociais. Foram analisados os discursos dos extensionistas e dos quilombolas, com o intuito de entendermos o dito e o não dito (ORLANDI, 2002).

Por sua vez, a TRS se preocupa com o não dito, visto que “[...] com frequência o não dito- por exemplo, uma premissa implícita que se omite- constitui um conteúdo principal da representação” (SÀ, 1998, p.90).

Para Spink (1995, p.130), existe um rigor no que se refere à análise do discurso, e, por isso, segue-se um padrão científico que considera as etapas:

1. Transcrição da entrevista;
2. Leitura fluente do material – esse momento é feito intercalado com as entrevistas transcritas, embasadas nas seguintes características: a avaliação “visões contraditórias”; os detalhes sutis “o silêncio”; a retórica segue no sentido de “organização do discurso, contra ou a favor das versão dos fatos” (IDEM);
3. Retomada aos objetivos do estudo, definindo, com firmeza, a representação do estudo;
4. Construção de mapas que transcrevem as entrevistas;



5. Por último, cabe ao pesquisador “transportar estas associações para um parágrafo, pontuando as relações entre elementos cognitivos, as práticas e os investimentos afetivos” (SPINK, 1995, p.133).

Para o tratamento dos dados do não dito, Orlandi (2002) enfatiza a linguagem do silêncio, que dá sentidos para além da linguagem e esse, por sua vez, se expressa em diversas categorias.

Para Lyotard (1985 *apud* Orlandi 2002, p.53) existem quatro tipos de silêncios distintos:

- a) Esse caso não é de sua conta;
- b) Esse caso não existe;
- c) Esse caso não é significável;
- d) Esse caso não é da minha conta

Conceitualmente, a análise do discurso é “a identificação das estruturas e das relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas dos discursos” (CHARTIER 1994, p. 97).

## CAPÍTULO 2 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXTENSÃO RURAL

Neste capítulo, o objetivo é conceituar a extensão rural, uma vez que esses conceitos ancoram as discussões acerca das representações sociais dos extensionistas, principalmente pelo viés do discurso institucional do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e seus desdobramentos, especificamente, nas ações dos extensionistas.

Por tanto, na primeira parte conceituaremos as representações sociais a partir da teoria de Moscovici (2003). Na segunda instância, construiremos a perspectiva teórica e ideológica do termo **extensão rural** na década de 1970. Fonseca (1985) explica que sua origem é dos Estados Unidos. Posteriormente, discutiremos sobre o estudo semântico da palavra **extensão** defendida por Paulo Freire (2011), em 1980, e por Juan Díaz Bordenave (2006), que, principalmente no Brasil, criticam o modelo de extensão rural norte-americano adotado pelo governo brasileiro a partir do ano de 1970.

Em seguida, discutiremos sobre a incorporação das comunidades remanescentes de quilombos como pautas do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Abordaremos quais representações sociais construídas pela sociedade acerca da extensão e sobre a utilização delas para atender tais requisitos. A partir das representações sociais, estudaremos as contribuições à compreensão da subjetividade da extensão rural.

Os estudos das representações sociais têm sua gênese nas pesquisas da psicologia social, tendo como clássico Serge Moscovici na década de 1960 (SÁ, 2000). Essa teoria cresce significativamente e amplia sua área de atuação. Nessa perspectiva, buscamos ampliar o significado da Teoria das Representações Sociais (TRS<sup>7</sup>) para o campo das ciências agrárias, tendo em vista o diálogo que as representações sociais constituem, bem como a abordagem teórico-metodológica para explicar alguns fenômenos que ocorrem no meio rural, sobretudo no contexto da extensão rural na comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros.

### 2.1 A Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2003) surge da crítica feita à Durkheim dos estudos positivistas das ciências sociais, estudos esses que separam o homem do objeto, conhecimento comum e científico. Assim, Moscovici (2003) propõe um novo paradigma: aproximar os estudos da psicologia social aos da sociedade- aproximação do sujeito em seu contexto sociocultural, ou seja, teoria que relaciona a subjetividade do sujeito

---

<sup>7</sup> Doravante será chamada assim, a teoria das representações sociais, no corpo deste trabalho.

ao contexto social.

De origem francesa, essa teoria chegou ao Brasil por volta dos anos 1982 (SÁ, 2000), contando com a intensa colaboração de Denise Jodelet (1998) nas suas primeiras visitas à América Latina e Brasil. Aqui no Brasil, a autora proporciona a constituição de uma comunidade acadêmica entendida do assunto e suas possíveis contribuições para formação dos psicólogos sociais.

Para Moscovici (2003), os processos formadores das representações sociais se caracterizam na **objetivação** – dá vida ao imaginário social – e **ancoragem**, que familiariza o estranho, classificando e caracterizando-o. Esses critérios, por sua vez, recorrem à memória coletiva, e os sujeitos são “motivados por um desejo de entender um mundo cada vez mais não-familiar e perturbado. As representações sociais se mostram transparentes, pois as divisões e barreiras entre mundos privado e público se tornam confusas” (MOSCOVICI, 2003, p.91). Aqui, a objetivação ganha vida social entrelaçando o psicológico com o sociológico.

Situada na interface do psicólogo e do social, esta noção interessa todas as Ciências Humanas: é encontrada em Sociologia, Antropologia e História, estudada em suas relações com a ideologia, os sistemas simbólicos e as atividades sociais refletidas pelas mentalidades (JODELET, 2001, p.25)

Para Moscovici (2003), os problemas relacionados às representações sociais decorrem sobre o status de tal categoria; o autor diz que a mesma está condicionada à ordem de três fases de evolução:

- a) Fase científica – a partir de uma teoria científica e construção de uma comunidade para tal paradigma;
- b) Fase representativa – nesse caso, as imagens são elementos fundamentais para tal representação a partir de um vocabulário constituído pela comunidade científica;
- c) Fase ideológica – essa, por sua vez, recebe uma legitimação da ciência pelas instituições:

[...]em que a representação é apropriada por um partido, uma escola de pensamento ou um órgão do estado e é logicamente reconstruída de tal modo que um produto, criado pela sociedade como todo pode se legitimar em nome da Ciência (MOSCOVICI, 2003, p.96)

Para este estudo das representações sociais da extensão rural na comunidade remanescente de quilombo Lages dos Negros, a fase ideológica traz elementos à nossa

reflexão, estas formas de representações sociais se caracterizam como “variáveis independentes, estímulos exploratórios” (MOSCOVICI, 2003, p.99).

Completando as ideias de Moscovici (2003), no sentido de compreender a TRS, Arruda (1998, p.72) diz que “As representações sociais constituem uma forma de metabolizar a novidade, transformando-a em substância para alimentar nossa leitura de mundo, assim incorporar o que é novo”.

O autor argumenta sobre a importância dos processos cognitivos na construção do novo, intercalado entre o senso comum e o científico, aspectos esses simbólicos dos relacionamentos nos ambientes sociais, constituindo momentos de senso comum em determinado local, podendo ser uma comunidade, um ambiente de trabalho, como justifica o teórico:

Porque toda cognição, toda motivação e todo comportamento somente existem e têm repercussões uma vez que eles signifiquem algo e significar implica, por definição, que pelo menos duas pessoas compartilhem a mesma linguagem comum com memórias comuns (MOSCOVICI, 2003, p. 105).

Os estudos das representações sociais dos quilombolas e dos extensionistas sobre a extensão rural em Lage dos Negros constituem, em sua excelência, a função de compreender o novo e como essa novidade da extensão rural é mentalizada e objetivada pelos quilombolas, bem como pelos extensionistas, ambos com leitura de mundo e experiências de vida diferentes.

O autor continua, aqui, tecendo comentário sobre a representação do novo em três grupos sociais distintos: o “receptor”, o “mediador” e o autor. Moscovici (2003) aponta a chave do sucesso das pesquisas em RS, e diz que a resistência às mudanças é algo positivo, pontuando que a mudança vai além dos aspectos técnicos e abarca os aspectos das relações sociais.

[...] a modificação social não pode apenas ser vista em termos de técnica e controles ambientais. Há sempre dois fatores nela, que são os que iniciam as mudanças e as que estão na situação de recepção destas mudanças. Juntos, eles constituem um sistema de relações intergrupais com suas características especiais. Este é um sistema de interações dinâmicas, em que cada uma das partes age sobre a outra. Além disso, a resistência às mudanças é um ingrediente necessário a toda mudança, não é fator abstrato ou casual e deve ser considerado como uma consequência da situação social. À medida que o processo de mudança se desenvolve a resistência afeta tanto o seu receptor com o iniciador (MOSCOVICI, 2003, p.122).

Ressaltamos que essa explicação acerca dos grupos distintos descrita por Moscovici (2003, p.123) busca estabelecer a importância e a representação da mudança social. Para ele, a resistência “é um aspecto positivo necessário da situação”.

Nota-se que, nos estudos sobre representações sociais, existe a necessidade de pontuar o lugar em que o conflito é analisado, aspecto esse muito importante para definir uma representação social, pois os “indivíduos e grupos têm diferentes concepções da realidade e tão logo uma adequada análise seja feita da natureza destas diferenças, os conflitos de interesse ou de motivações tornam-se secundários” (MOSCOVICI, 2003, p.126).

Na abordagem de Jodelet (2001, p.347), esses fenômenos que incorporam em seu *locus* as representações sociais têm sua análise ancorada nos processos da sociedade, mediados, muitas vezes, por atitudes e situação em que os sujeitos são motivados a representarem o objeto em busca de objetivá-lo e dar sentido à sua prática.

Um processo de esquematização, que organiza o conteúdo da representação numa rede da qual cada elemento retira sua significação apenas do conjunto dos outros elementos os quais está vinculado. Essas relações, são, de início, relações de similitude (o que combina, o que tem alguma coisa a ver), antes de serem, eventualmente, relações mais qualificadas (oposição, contextualização, causalidade etc.). Encontra-nos aqui no domínio da construção de uma verossimilhança, de uma coerência, de um modelo operário, frequentemente eficaz, de interpretação das práticas, situações e informações econômicas, mas de forma alguma num pseudomodelo científico.

A autora argumenta a respeito dos elementos que estruturam à TRS, os quais exigem uma prática, seja ela econômica ou não, porém imbricada de objetivação do conhecimento científico e popular. Essas abordagens, segundo a autora, fazem parte da estrutura do conhecimento ancorado no processo esquematizado-organizado, muitas vezes, em conteúdo no ambiente acadêmico, e as formas sociais de tais conhecimentos são representadas principalmente nos eventos de cunho científico.

## **2.2 Conceitos das representações sociais: dialogicidade entre o científico e o popular**

Para Severino (2007), o senso comum, bem como o conhecimento científico têm mentalmente um vocabulário, o qual ajuda a compreensão dos fenômenos que acontecem na sociedade e lhes concede essa representação na comunicação social via conceito. “O conceito é a imagem mental por meio da qual se representa um objeto, sinal imediato do objeto real [...] por sua vez, é simbolizado pelo termo ou palavras, no nível de expressão linguística” (SEVERINO, 2007, p.84). A importância do conceito é vista como uma representação social concebida através de uma teoria específica de origem francesa.

A Teoria das Representações Sociais, no contexto europeu, provavelmente originou-se nos estudos acadêmicos sobre os questionamentos feitos à Teoria das Representações Coletivas de Durkheim, em que Moscovici buscava compreender qual a relação existente entre a psicologia e a sociologia, e, para responder ao termo, ele afirma que “ É obvio que o conceito de representações sociais chegou até nós vindo de Durkreim. Mas nós temos uma visão diferente dele [...]” (MOSCOVICI, 2003, p. 45).

Moscovici se preocupou em explicar o que não é uma representação social, baseando-se, principalmente, no conceito de representação coletiva de Durkreim – campo da sociologia, separando o que é um fenômeno sociológico de um fenômeno psicológico.

Sá (2001) argumenta que, nos anos compreendidos entre 1982 e 1987, os estudos sobre as representações sociais fomentaram o campo científico e filosófico da psicologia social no Brasil, e, conseqüentemente, a Teoria das Representações Sociais.

A consequência dessas pesquisas resultou na ampla abordagem dessa teoria, contando com a contribuição de Jodelet. Essa autora foi uma das principais teóricas a conceituar as representações sociais:

São fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. Em sua riqueza como fenômeno, descobrimos diversos elementos (alguns, às vezes, estudados de modo isolado): informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc (JODELET, 2001, p.21).

Assim, o conceito de representações sociais, no que tange o caso brasileiro, vêm dos estudos europeus, cujo objetivo foi evidenciar as relações, as funções psicológicas, sociológicas e antropológicas desempenhadas pelos grupos sociais. Esses estudos serviram e servem de base para a ampliação do campo de pesquisa (SÁ, 1998). Para esse autor, representações sociais são: “[...] uma coisa que emerge das práticas em vigor na sociedade e na cultura e que as alimenta, perpetuando-a ou contribuindo para a sua própria transformação” (SÁ, 1998, p.50).

Nessa perspectiva, o papel que esses conceitos conferem à extensão rural em comunidades remanescentes de quilombos assumem outras dimensões além da produção agropecuária, ganhando sentido na comunicação dos sujeitos com visões diferentes referentes ao mesmo assunto, aqui, a extensão rural.

Pessoas e grupos criam representações no discurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se

atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem ( MOSCOVICI, 2003, p.41).

De fato, as representações sociais são dinâmicas, ao mesmo tempo em que elas passam por processos de construção, modelação e, conseqüentemente, novas objetivações do mesmo objeto. Nesse caso, a extensão rural é apontada como sendo velho objeto e nova representação social, visto que, na contemporaneidade, os elementos da cultura e da identidade são fatores primordiais nas simbologias das representações, e, como afirma Sperber (2001, p.92), representação cultural: “As representações assim distribuídas amplamente num grupo social, e que o habitam de modo duradouro”.

Todas as Ciências humanas e Sociais: Psicologia, Psicologia Social, Sociologia, Antropologia, Economia, Linguística, Ciência das Religiões, Estudos Literários etc. têm pouco ou muito a ver com representações culturais, mesmo que as conceituem de modos muito diferentes (IDEM).

Conforme defende o autor, nas diversas áreas do conhecimento, sejam nas ciências humanas, sociais ou da saúde, a simbologia do elemento cultural é primordial para entender as similitudes dos sujeitos, bem como suas representações sociais – concretizar e familiarizar-se com o objeto, representado por uma imagem ou um discurso de elementos pertencentes aos grupos.

É interessante notar que Paulo Freire, na década de 1960, faz uma crítica direcionada aos discursos e práticas dos extensionistas rurais. Segundo Freire (2011), nesse período, ocorria, no Brasil, um processo de invasão cultural. Para ele, qualquer ação que impõe uma nova cultura sem respeitar as diferenças é uma ofensa aos sujeitos que se identificam com hábitos e práticas culturais do senso comum.

Em contrapartida, Freire (2011) sugere uma nova abordagem do Estado para com essas comunidades, abordagem essa que considere os aspectos culturais historicamente construídos e socialmente objetivados. Nessa nova abordagem, Freire faz menção a um diálogo imergido da cultura dos agricultores. Logo, a posição de Moscovici (2003, p. 155) sobre cultura apresenta elementos suficientes para estudar as representações sociais de comunidades distintas. Certamente, “a cultura é criada pelo e através da comunicação, comunicação refletem as relações sociais que estão implícitas neles. É por isso que nós devemos entender a comunicação dentro de uma perspectiva nova e ampla”.

Uma possibilidade de relacionar a cultura com as representações sociais é a perspectiva de Moscovici (2003, p.158) no campo da identidade. O autor salienta que o interesse social de investigação são os objetos sociais, ou seja:

[...] os grupos e indivíduos que adquirem sua identidade através de seu relacionamento com os outros. Assim, resumindo, o campo de estudo das representações sociais, consistem de objetos sociais, isto é, na realidade, sua única realidade social constrói mutuamente e criam tanto seus laços de solidariedade, com suas diferenças.

Para o autor, identidade expressa uma representação social, visto que esse conceito envolve o **eu** e também como os outros me veem; essa forma de ser visto é de natureza cognitiva do sujeito e socialmente construída, ancorada e expressada nas relações étnico-raciais; por sua vez, constrói-se identidade.

Assim, as indagações de Andrade (1998, p. 141) nos dão pistas de como se constitui uma identidade como representação social e quais elementos são necessários para tornar-se objeto de estudo sobre a temática.

No processo de construção da identidade, frequentemente o sujeito faz indagação de si e, ao mesmo tempo, tem interesse de saber o que outros indivíduos pensam sobre você. São comuns as seguintes perguntas: “Quem sou eu? Como me vejo? Como penso que os outros me veem? Como os outros me veem de fato? Hoje eu sou a mesma pessoa de vinte anos atrás? Seria a mesma pessoa, caso tivesse migrado para outro país, cidade ou região?” (ANDRADE, 1998, p. 141).

Esses questionamentos acerca da identidade coloca a Teoria das Representações Sociais revestida de sua ancoragem para estudar o que os sujeitos pensam de si mesmos e como são vistos pelos outros. Todavia, para este estudo, a identidade é o conjunto da totalidade no plano individual e coletivo.

Para tanto, Andrade (1998, p. 41) afirma que é preciso compreender “de que lugar este eu fala”. Para responder tais indagações, a autora propõe uma perspectiva transdisciplinar às pesquisas sobre representações sociais da identidade. Aqui, salienta autora, Andrade (1998, p. 42).

[...] o entendimento da identidade não como uma substância, como algo dado e imutável, ou como uma condução, mas ao contrário, como um processo, um fenômeno construído de forma dinâmica e dialética, um processo identitário, um processo de personalização, sempre mutável e provisório. A identidade é o processo de construção do eu.



A autora enfatiza que cada sujeito carrega consigo particularidades intrínsecas, individuais, mesmo que participem do mesmo grupo social identitário, ou até com o advento da engenharia genética – sujeitos clonados. Mesmo assim, a unicidade permanece. Para Andrade (1998, p.142), “A identidade do indivíduo é constructo, ao longo da vida e se reveste cumulativamente de várias facetas identitárias”.

Quanto à extensão, aos extensionistas e seus aspectos relacionados, buscamos compreender a partir da memória dos primeiros momentos no Brasil sua passagem e também os conflitos sociais da época que impulsionou a constituição do serviço no país. Destacamos, na trajetória da extensão rural, o lugar dos sujeitos que se identificaram com esse tipo de ideologia e teoria norte-americana, mas que teve e tem muito seguidores no Brasil. Já a luta contra-hegemônica dos processos de Ater também é um assunto importante na história da extensão rural no Brasil.

### **2.3 Extensão rural e comunidades remanescentes de quilombos**

Para a construção teórica dos objetos de estudo, o conceito tem um lugar especial, visto que a sua formação é ancorada no pensamento teórico e filosófico do estudo em questão (SEVERINO, 2007). Assim, trata-se a complexidade do tema a partir do conceito, em que existe uma construção histórica e teórica sobre tal objeto, bem como o amadurecimento em tempos contemporâneos. Aqui, “Conceito é, pois, o resultado das apreensões dos dados e das relações de nossa experiência global, é o conteúdo pensado pela mente, o objeto do pensamento” (SEVERINO, 2007, p. 86).

Martins (2001, p.187) defende sua tese sobre as representações sociais da extensão rural, e fala da criação da Associação de Crédito e Assistência Rural, fundada em 6 de dezembro de 1948, que tem por finalidade: “estabelecer um programa de assistência técnica e financeira que possibilite a intensificação da produção agropecuária e a melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural”.

O conceito de extensão rural tem diversas vertentes. Para Callou (2006), um dos sentidos atribuído está relacionado à promoção do desenvolvimento local, da agroecologia.

Na contemporaneidade, o conceito de extensão rural foi elaborado em dois momentos: o primeiro, no ano de 2003. Esse conceito foi construído coletivamente com várias instituições estatais dos Estados do Brasil e Distrito Federal; com a participação dos movimentos sociais do campo, que têm um acúmulo de experiências em extensão rural e; contando com a presença das Organizações Não Governamentais (MDA, 2004).

As discussões feitas em torno dos serviços de extensão rural não são algo recente. A análise é feita por Callou e Tauk Santos (2013) em relação aos novos conceitos incorporados a essa política na contemporaneidade, e abrangem também os princípios do desenvolvimento local, da agroecologia, da educomunicação e das novas ruralidades.

Prosseguindo com essa discussão, destacamos que a análise feita por Caporal (1991), em seus discursos, afirma que, ao inserir conceito novo nos serviços de assistência à agricultura, denominado de extensão rural, o Estado abarcou também novos sujeitos e referenciais teórico-metodológicos bastante abrangentes, diferentemente dos conceitos da década de 1940, que envolveram apenas as classes abastadas do campo e se utilizaram da metodologia difusionista na perspectiva de transferir conhecimentos para o meio rural através do processo de invasão cultural.

No contexto atual, a extensão rural abarca vários sujeitos que possuem formas de vida e de trabalho no campo, entre eles, os quilombolas. No caso desta pesquisa, refere-se ao termo em vigência da Chamada Pública de ATER Quilombola nº 003/2011, que atende aos estados da Bahia, do Maranhão, de Minas Gerais e Pernambuco, no entanto, só as ações na Bahia são objeto de análise. Essas fazem parte do Programa Brasil Quilombola, que tem como objetivo o enfrentamento à pobreza rural (MDA, 2013).

Para Caporal (2011), a incorporação de novos sujeitos beneficiários no processo da extensão rural como sujeitos de direito, mas, ao mesmo tempo, instituições das organizações sociais do campo como promotoras do serviço, veio à tona a partir do Governo Lula, no ano de 2002, mas também na elaboração da PNATER 2003, quando várias instituições – governamentais, privadas, não governamentais e filantrópicas – que prestam o serviço reuniram-se para debater pontos em comum, refletir acerca da prática e propor mudanças na política pública.

Entendemos por política pública o processo complexo de definição, elaboração e implantação de estratégias de ação por parte dos governos no qual há identificação e seleção de determinados problemas sociais que, na visão dos gestores públicos, merecem ser enfrentados. Neste sentido, as políticas públicas tornam-se estratégias que viabilizam e orientam a intervenção do Estado (OFFE 1984 apud DIAS, 2008 p. 102-103).

Esse documento, PNATER 2003, surge como base documental para orientação dos serviços de extensão rural a partir de novos princípios, orientações políticas, metodológicas, concepções, métodos, abordagens, técnicas e instituições. No entanto, com a criação da Lei de Ater 12.188/2010, há brecha para a introdução de abordagens convencionais e cria-se um

ambiente propício para a desconstrução dos seis anos de trabalho coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Na realidade, esse documento base de 2003, PNATER, não se tornou Lei, pois era apenas um documento orientador para as ações de extensão rural. Mas hoje o que se encontra em vigor é o marco jurídico instituído pela Lei Federal nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010). Oficialmente, é a PNATER instituída pela Lei supracitada. O documento orientador construído com os movimentos sociais do campo, com os governos – municipal, estadual e federal – e com as organizações não governamentais não tem validade como documento orientador.

As sugestões do documento base orientador das ações de extensão rural – 2003 a 2009 – foram dadas por mais de 100 entidades de todo o Brasil e diversas instituições, e mais de 500 pessoas elaborando com esses subsídios a PNATER usada (CAPORAL, 2011).

Continua, aqui, o autor falando que a Lei Federal nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, teve a contribuição apenas de Gerson Teixeira (2009), que escreveu um artigo que finalizava com o seguinte parágrafo: “Enfim, o projeto de Lei firma importante compromisso do governo pela Ater pública e gratuita: aos quilombolas, indígenas, caboclos, camponeses, assentados e agricultores familiares de um modo geral” (IDEM, p. 5).

Para Caporal (2011), esse exacerbado texto autoexplicativo como compromisso político do próprio órgão setorial do MDA para o próprio governo não tem sentido. Na realidade, o autor coloca que existe um campo de disputa contra a extensão rural e, ao mesmo tempo, com a Lei de Ater 12.188/2010; possibilita e demonstra a imprevisibilidade de fontes estáveis e inseguras de recursos para essa finalidade; também apresenta brechas para a privatização das ações, no entanto, demonstra o caráter residual da participação da sociedade civil.

Corroborando com a ideia de Caporal (2011), Farias (2003 apud DIAS, 2008), ao tecer comentários sobre a política de extensão rural no Brasil, afirma ser um espaço de disputa política.

O Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (Plonapo) aponta, no campo da extensão rural, as disputas ideológicas e políticas. Após a supressão da PNATER 2003, que contemplava a agroecologia, logo surge esse plano, envolvendo os eixos como: produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimentos tradicionais, comercialização e consumo. A noção de disputas é afirmada por Faria (2003 apud DIAS, 2008, p.103), em que caracteriza como um campo contraditório [...] “Por isso, longe de

representar consensos, as políticas públicas são arenas de disputas sobre projetos políticos em competição”.

Afirma ainda que a extensão rural desperta opiniões e atitudes diferentes no universo social e material das relações de poder nos modelos de projeto de desenvolvimento para o campo.

(...) Ideias e interesses dissonantes geram disputas sobre a prerrogativa de orientar a ação dos governos, configurando a autonomia relativa destes na definição de suas próprias estratégias de ação. Assim, torna-se uma questão a ser compreendida, em cada caso, o papel do governo na definição, formulação e implementação de políticas públicas (SOUZA 2006 apud DIAS, 2008, p.103)

Sobre a prerrogativa do governo no campo da extensão rural, a Lei de Ater 12.188/2010 não deixa dúvida no que diz respeito aos jogos de interesses; não reproduz as discussões da PNATER 2003, ao contrário, desconstrói toda uma articulação política e social em torno da extensão rural, sobretudo na questão da transição agroecológica e na formação continuada dos profissionais de Ater (CAPORAL, 2011).

Para Abromovay (2007), há um equívoco na PNATER 2003 ao colocar a agroecologia com maior ênfase, ou seja, “doutrina de estado”, uma vez que não se tem outra opção.

Além disso, segundo o autor, a PNATER (2003) enfatizou muito agricultores familiares e a produção agrícola e deixou frágeis os debates que giram em torno da produção não agrícola e a importância do agronegócio no desenvolvimento do país. Em seguida, o autor afirma a agroecologia como uma ciência que não responde aos problemas do “dilema que envolve, simultaneamente, aumentar a produção agropecuária, elevar a renda dos produtores e preservar o meio ambiente” (ABROMOVAY, 2007, p.9).

Coerentemente com essa preocupação, Dias (2008) distingue os interesses diferentes de dois ministérios que têm ações relacionadas com o desenvolvimento do campo: o Ministério de Abastecimento, Pecuária e Agricultura (Mapa) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). “As políticas públicas elaboram discursos que normatizam e orientam as ações e práticas. A partir desse discurso são construídas análises, interpretações, traduções que conferem capacidade de divulgação do discurso e das propostas que este comunica” (DIAS, 2008, p.112).

Além disso, o autor afirma que a extensão rural é carregada de interesses ideológicos e políticos de vários segmentos da sociedade e afirma que o setor ligado ao empresário rural, Mapa, tem peso nas decisões das políticas públicas de extensão rural.

Ressaltamos ainda, no campo do jogo de interesses ideológicos, as realidades vivenciadas pelos povos tradicionais, a busca do direito à terra, como base essencial da manutenção das famílias, das tradições, cultura e resistência. A luta inicia-se desde o período do ano 1850, com a Lei de Terras no Brasil, antecessor ao período da abolição, ano de 1888. Contudo, a questão da terra nos territórios quilombolas ainda é um problema não resolvido.

[...] à questão do(s) território(s) como um campo de disputas no qual as ações conjuntas dos atores sociais se orientam pelo reconhecimento dos direitos, segundo aceção deles próprios, alguns juridicamente regulamentados, outros aos quais pretendem ainda vigência legal. Todavia, a ideia de espaço territorial não é estranha à reflexão antropológica que procura relacioná-lo à existência de outra série de espaços: sociais, de trocas, colonial e pós-colonial, do Estado-nação, linguísticos, culturais e religioso (O'DWEYER, 1995, p. 114).

Nesse contexto, verifica-se a existência da tensão fundiária que gira em torno dos interesses econômicos em detrimento das necessidades e aspirações dos quilombolas no Brasil. Essa tensão mobiliza os quilombolas para uma luta conjunta em torno dos direitos dos seus territórios como meio de garantir a memória, os bens materiais, imateriais e ambientais.

Na atualidade, os movimentos sociais do campo, em todos os países da América Latina, estão vivenciando o enfretamento das políticas internacionais de mercantilização da alimentação, no entanto os movimentos de luta pela reforma agrária, bem como pelos territórios – pesqueiros, indígenas, quilombolas – estão afirmando, em primeiro momento, a necessidade da reforma agrária como projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro (FERREIRA, 2011).

Segundo Ferreira (2011, p.72), a pobreza rural tem origens históricas, relacionadas ao acesso à terra; a especulação fundiária pelos estrangeiros ainda é um problema de Estado. “A questão agrária ainda aguarda uma solução definitiva que não seja a de permanecer ignorada como problema nem a da suposta superação no rastro da modernização conservadora da agricultura” (IDEM).

Arelado ao modelo de projeto para o país, segundo Ramos Filhos (2011), a posse do território é fundamental, pois esse garante a sucessão familiar e a reinvenção da vida. Thomas Junior (2007), bem como Ramos Filho (2011) consideram a questão da terra como uma dimensão de maior proporção nas políticas governamentais, pois sem território não existe espaço, sem o espaço a constituição e luta por vida digna no campo não tem sentido, porque alguns elementos da natureza biocultural das comunidades remanescentes de quilombos que perpassa no cotidiano dependem do ambiente físico.

Esse ambiente é que faz a construção da identidade com o lugar, pela língua, pelas suas formas de organizar o espaço, pelo domínio dos recursos naturais, pelas práticas no desenvolvimento da afetividade da vida comunitária (DUBAR, 2008).

Para além da perspectiva de produção, a Ater, incorporada a gestão dos recursos naturais na política de extensão rural, contida na regulamentação no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, bem como nos princípios da PNATER-BA, visa a buscar a “promoção do desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente, incluindo a apropriação de inovações tecnológicas e organizativa” (BAHIA, 2010).

De forma geral, a extensão rural contempla muito pouco a questão ambiental, tanto em suas práticas e abordagens metodológicas quanto no cotidiano dos extensionistas. Em relação aos processos de comunicação na perspectiva da sustentabilidade, Callou e Tauk Santos (2013) ressaltam a importância que tem a preservação ambiental nos conceitos de desenvolvimentos e vice-versa.

De modo geral, não se fala da natureza no universo da extensão; imagine então as especificidades do bioma da Caatinga sendo contemplados nas ações de Ater, como aponta Diniz, Lima e Almeida (2011, p. 13).

Em relação ao semiárido, encontramos 49 chamadas voltadas à região, compreendendo 890 municípios nos nove estados<sup>14</sup>. Se pensarmos o semiárido composto por 1133 municípios (BRASIL, 2005), em princípio houve uma boa cobertura dos serviços de ATER na Região. Vale salientar que incidiram sobre o semiárido um terço (33%) das chamadas publicadas em 2010

Segundo Galino (2008), o tema convivência com o semiárido nas estratégias de extensão rural é pouco representada e ressalta a relação construída entre homem e mulheres do campo nessa perspectiva. Para ela, a referência sobre e as representações do sertão, que para indivíduos de grupos diferentes ou iguais, considera que “o semiárido significa sua vida, sua relação com o ambiente, marco por frequências secas, elementos importantes a se considerar na formação de estratégias de desenvolvimento para a região” (GALINO, 2008, p.35).

Essa estratégia de desenvolvimento deve visar, sobretudo, à preservação do bioma da Caatinga, visto que, ao garantir o direito à terra aos quilombolas, protege-se também toda a relação dos sujeitos com a biodiversidade. Portanto, as questões da extensão rural e seus pontos em comum com o meio ambiente necessitam ser agregadas ao plano da extensão rural,

pois a visão da sustentabilidade engloba, de modo geral, a preservação dos recursos naturais nas terras de quilombos.

Para Paupitz (2010, p. 60), os recursos florestais da Caatinga tem uma capacidade de resiliência incomparável com outros tipos de Biomas e engloba uma diversidade de usos.

Nessas condições de sobrevivência as capacidades das espécies vegetais são amiúde potencializadas pela existência de inúmeras de condições adversas, como a escassez de água e baixa fertilidade dos solos, que ao longo do processo evolutivo condicionaram o surgimento de formas adaptadas de regeneração das diferentes partes do material vegetativo, incluindo sementes, raízes, ramos e folhas.

Para a autora, esses produtos e subprodutos da floresta da Caatinga constituem uma importante fonte de segurança alimentar, quando eles vêm atrelados à posse da terra e uso sustentável dos recursos naturais. Os produtos florestais não madeireiros são aproveitados como recursos naturais para produção de subprodutos: produção de lenha, carvão vegetal, de fibras frutos e ervas medicinais.

Nessa situação, a produção de lenha e carvão vegetal, ao lado da venda de sua mão de obra para outros produtores e a imigração são as poucas opções restantes, ante a quebra das colheitas. Assim, a reserva florestal se transforma numa pequena caixa que lhe permite certo alívio financeiro, durante os períodos mais críticos do ano (PAUPITZ, 2010, p.62).

Devido ao modelo de manejo e gestão dos recursos naturais da Caatinga, grande parte da vegetação natural tem se perdido, abrindo espaço para as plantações em volta do Vale do Rio São Francisco. A mata nativa é retirada para: “Grande parte do carvão explorado abastece siderúrgicas de Minas Gerais e Espírito Santo, além de alimentar o pólo gesso e o de cerâmica do Nordeste” (KÜSTER, ALMEIDA & MARTÍ 2010. p. 4).

O desmatamento tem aumentado a cada dia. Para Kuster, Almeida e Martí (2010, p.4), a Região Nordeste é que mais desmata no Semiárido. Para os autores, o bioma da “Caatinga já perdeu 45,39% de sua cobertura vegetal original. Nos anos 2002 a 2008 a taxa média anual de desmatamento foi de 2.763 quilômetros quadrados”, e o município de Campo Formoso-BA foi o que mais perdeu a vegetação natural, abrindo espaço para agricultura irrigada.

Em suas análises, responsabilizam o modelo de agricultura implantada na região do Vale do São Francisco, que desmata a Caatinga com o objetivo de implantar culturas irrigadas voltado para o modelo de agricultura convencional. Por isso e demais acontecimentos que foi constituída a PNATER, a fim de possibilitar novas abordagens no campo da extensão rural e problematizar o lugar da sustentabilidade nesse plano.

O papel das instituições representadas aproximou-se da construção do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão. Foram constituídas normas, porém não oficiais. Diante das normas, tentou-se consolidar alguns princípios e conceitos da “Nova ATER”, e prevaleceu à missão:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (MDA, 2004, p. 4).

Diante da missão apresentada, construída coletivamente, tornou-se então um balizador das ações de Ater, até então ainda sustentada em moldes de serviço direcionados para o assistencialismo e o crédito, apresentando várias dificuldades nas práticas dos extensionistas. Em consonância com a missão, no mesmo documento que regulamenta as diretrizes da “Nova ATER”, estão também o conceito de extensão, que afirma que ela deve:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (BRASIL, 2004, 32).

Essa perspectiva propõe a noção dos princípios e valores que fundamentam as ações dos extensionistas, dos quais, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2004), possam construir espaços a fim de apoiar as iniciativas dos sujeitos do campo para que esses melhorem suas condições de vida. Com isso, segue o debate em torno do conceito de extensão rural, ora afirmando seu caráter dialógico em relação à educação não formal, ora construindo em outro debate, por exemplo, o significado de extensão rural analisado por Fonseca (1985), um serviço educativo voltado para o capital.

A leitura dessa autora nos sugere elementos fundamentais para pensarmos as representações sociais da extensão rural, visto que aborda pontos antagônicos do envolvimento dos profissionais da área, bem como o silêncio deles perante a visão e ideologia estatal, mesmo que não seja permitido aos extensionistas refletir sobre sua prática, sugerir e muito menos dialogar com a comunidade.

Do outro lado, por volta dos anos 1960, Paulo Freire (2011), ao analisar essa perspectiva educacional baseada na transferência de informações e técnicas como um mero



objetivo enraizado no serviço de extensão rural no Brasil, questionou o modelo da seguinte forma: “extensão ou comunicação?” No campo da extensão rural, Carneiro Leão (2012, p.22), analisando os questionamentos de Freire, afirma que “[...] de acordo com a origem da palavra, o extensionista seria a pessoa que estende técnicas e conhecimentos a alguém que, a princípio, não seria dotado desses bens simbólicos”.

Como esse discurso, a partir do paradigma da concepção e conceito da extensão rural, Freire (2011) direcionou seus questionamentos ao processo de modernização que ocorria no meio rural na década de 1960, sobretudo no Brasil e alguns países da América Latina.

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qual quer que seja o setor em que se realize a necessidade que sentem aqueles que a fazem de ir até ‘outra parte do mundo’, considerada inferior, para, à sua maneira, normalizá-la. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo (FREIRE, 2011, p.20).

Freire (2011) aponta questões da extensão rural nos modelos da modernização, em que o homem e a mulher são excluídos, coisificados, impossibilitando uma ação transformadora desses sujeitos, bem como a negação do conhecimento de vida, acerca do mundo e de si mesmo. “Aos camponeses, não temos que persuadi-los para que aceitem a propaganda, que, qualquer que seja seu conteúdo, comercial, ideológico ou técnico, é sempre domesticadora” (FREIRE, 2011, p.23).

Através dessas análises de Freire (2011), podem-se construir dois percursos distintos da extensão rural desde o período de 1960: de um lado, o tecnicismo agrícola sem diálogo-extensão, do outro, a extensão construída a partir do diálogo – “é o encontro amoroso dos sujeitos, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam” (FREIRE, 2011, p. 51). Esse processo é sugerido pelo autor, que defende “por outro lado, o conhecimento dos camponeses, de natureza experiencial, como não poderia deixar de ser, se acha igualmente condicionado” (FREIRE, 2011, p.40).

Complementando a ideia de Freire, Bordenave (2006) aponta a comunicação como imersão cultural, afirmando que existe no sentido de gerar em uma determinada sociedade uma linguagem camponesa, em que os sujeitos são desafiados a se comunicar, seja por qualquer objeto simbólico.

[...] A comunicação foi um canal pelo qual os padrões de vida de sua cultura foram-lhe transmitidos, pelo qual aprendeu a ser membro de sua sociedade-de sua família, de seu grupo de amigos, de sua vizinhança, de sua nação. Foi assim que adotou a sua cultura, isto é, os modos de pensamento e de ação, suas crenças e valores, seus hábitos e tabus ( BORDENAVE, 2006, p.17).

Não foi por acaso que Freire (2011) e Bordenave (2006) adotaram o conceito de comunicação como forma de dialogar com as comunidades, pois esse é um instrumento fundamental no processo de organização de uma determinada comunidade. Bordenave (2006, p.19) afirma que “a comunicação é uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social”.

A preocupação dos autores proporcionou uma maior discussão teórica sobre a construção do objetivo de estudo da extensão rural, fato esse que, segundo Alemany e Sevilla Gusmán (2006), a extensão rural sempre foi marcada por duas trajetórias – a extensão convencional e a extensão contra-hegemônica. Ao mesmo tempo, os autores analisam que suas perspectivas teóricas são desenvolvidas em diferentes tempos históricos:

En este trabajo definimos como perspectiva teórica al conjunto de ideas, asunciones y enfoques teóricos y metodológicos que actúan como “marco de orientación” y guía al investigador cuando se enfrenta con el “problema” que estudia. Constituyen el conjunto de conocimientos que le han sido transmitidos sobre la parcela de la realidad que considera, junto con los valores, creencias y demás elementos vitales introducidos por quienes construyeron tales esquemas de interpretación (ALEMANY E SEVILLA GUSMÁN 2006, p.5),

Segundo os autores, a partir da perspectiva teórica com enfoque no processo alternativo da extensão rural, baseou-se nas dinâmicas sociais da realidade rural, assim desenvolve-se a perspectiva teórica do desenvolvimento rural com enfoque em sistemas (ALEMANY E SEVILLA GUSMÁN 2006, 7-8).

La trayectoria de la extensión alternativa se continúa con la perspectiva de las teorías del subdesarrollo y la dependencia desarrolladas en Latinoamérica. La teoría de la concientización de Paulo Freire es el marco teórico más emblemático de esta corriente de pensamiento. Este enfoque parte de una crítica a la extensión transferencista, contextualizando tal proceso en el marco de la comunicación (Freire, 1969) e introduciendo el concepto de concientización; el cuál implica trascender la esfera espontánea de la aprehensión de la realidad para llegar a una esfera crítica en la que la realidad se da como objeto cognoscible y en la que los seres humanos asumen una posición epistemológica. Significa inserción en la historia, donde los seres humanos asumen el papel de sujetos hacedores y rehacedores del mundo, así como reconocen que cuánto más concientizados están, más existen (Freire, 1983).

Como sinalizado acima, bem antes da década de 1980, Paulo Freire chamava atenção para esse serviço. Assim, os anos 1980 foram significativos para a extensão rural, porque foi possível identificar dois percursos diferentes: o caminho alternativo e o percurso convencional (ALEMANY E SEVILLA GUSMÁN 2006, p.6).

Las trayectorias convencional y alternativa están constituidas por la evolución de sus respectivas perspectivas teóricas que se desarrollan en los diferentes contextos históricos. De esta manera entendemos que en la historia de la extensión rural se han desarrollado dos trayectorias históricas; una constituida por el camino transitado por la extensión convencional y la otra por el recorrido de la extensión alternativa.

Como explicam Alemany e Sevilla Gusmán (2006), o surgimento da extensão rural enquanto categoria veio por meio do modelo convencional, e isso não foi por acaso, mas para contrapor todos os saberes dos camponeses, nativos e quilombolas. Assim, segue o pensamento contra-hegemônico, que busca consolidar uma trajetória da extensão rural alternativa – uma visão crítica.

A partir daí, concretizam-se duas vertentes teóricas: a extensão rural convencional, dos pacotes tecnológicos, e a extensão rural dialógica, alternativa, muitas vezes, construída com os movimentos sociais.

La extensión rural alternativa, desde su teoría y práctica impulsa el pluralismo epistemológico como forma de generar conocimiento (la transdisciplinaridad). Se reconoce la existencia de racionalidades diferentes a la científica y la necesidad de impulsar el “diálogo de saberes” de los seres humanos para generar el conocimiento transformador de la realidad. Al considerar la necesidad de contemplar las distintas epistemologías y formas de conocimiento no solo se amplían las capacidades de interpretación y resolución de los problemas complejos que plantea la crisis social y ecológica, también se promueve la diversidad cultural y la participación de diferentes actores sociales en las decisiones sobre el desarrollo sustentable (ALEMANY E SEVILLA GUSMÁN 2006, p.10).

A expressão “diálogos dos saberes” defendida pelos autores Alemany e Sevilla Gusmán (2006) diz respeito à valorização dos saberes: o conhecimento dos sujeitos e o conhecimento acadêmico, conhecimentos que se cruzam na perspectiva da extensão rural dialógica. O diálogo, portanto, faz parte do cotidiano dos extensionistas rurais, pois esse tipo de comunicação funciona como um pano de fundo na relação entre os sujeitos (FREIRE, 2011, 51).

Com isso, queremos dizer que a necessidade do diálogo entre o extensionista e a comunidade onde se dá o processo de extensão deve considerar os aspectos peculiares dos grupos envolvidos, principalmente, porque cada grupo se utiliza de alguns elementos da comunicação para favorecer o diálogo, por exemplo, os sinais, porque “o homem descobre também sinais naturais no mundo que o rodeia: uma pegada humana numa praia é sinal de que alguém passou por ali; a fuga de animais sinaliza a iminência de algum desastre; e para alguns a dor nos calos indica que vai chover” (BORDENAVE, 2006).

O termo diálogo, no contexto da comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros, nos fez prosseguir com a pesquisa sobre as representações sociais referentes à extensão rural, sendo assim, vemos a importância de compreendermos a relação direta entre os signos<sup>8</sup> e os significados sobre o antigo objeto de pesquisa extensão rural.

Santos (2009), em seu trabalho de dissertação, estudou o caso empírico das comunidades remanescentes de quilombos no Estado de Minas Gerais e a relação com a extensão rural; no estudo, foi possível afirmar a importância dos sentidos dessa política pública ( p.147):

Sob esta ótica, é possível afirmar o quão importante é a atuação de mediadores sociais junto a esses grupos, sobretudo, os extensionistas rurais. Além do processo de desenvolvimento e sustentabilidade, bases dos projetos e programas de ATER, as comunidades remanescentes quilombolas demandam um trabalho a partir do qual se possa vislumbrar a possibilidade de se inserirem efetivamente no cenário nacional como detentores de direitos à referência de ancestralidade afrodescendência.

No caso do simbolismo da extensão rural em comunidades remanescentes de quilombos, Santos (2009), a partir de suas pesquisas sobre a extensão rural e comunidades remanescentes de quilombos, afirma que é necessária uma visão panorâmica sobre o serviço e cabe a ele, o extensionista, compreender os fenômenos, fatos do cotidiano dos quilombolas para depois intervir.

É preciso que o extensionista rural esteja preparado para atuar na dimensão cultural e nos conteúdos simbólicos silenciados. É necessário que ele seja capaz de acionar, também, as políticas públicas, a partir das quais poderá valorizar e trabalhar a dimensão cultural, como o plano nacional de cultura (PNC) [...] (SANTOS, 2009, p.150).

Analisando a política pública denominada Brasil Quilombola, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, criada no ano de 2004 (MDA, 2009), verificou-se que esse programa é interministerial, pois envolve o Ministério de Ação Social – concessão de Bolsa Família; o Ministério de Minas e Energias – Programa Luz para Todos; o Ministério da Educação – cumprimento da Lei (10.639/03); e o Ministério de Desenvolvimento Agrário-Desenvolvimento Sustentável, além de outros ministérios não citados.

O referido programa tem como finalidade essencial:

Coordenação das ações governamentais – articulações transversais, setoriais e interinstitucionais – para as comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase na participação da sociedade civil. O Programa é coordenado pela SEPPIR, por meio

---

<sup>8</sup> Para Bordenave (2006, p.67), o signo é “um objeto real”, já o significado é “ a relação do signo com o conceito ou conjunto de conceitos que as pessoas têm sobre um objeto”.

da subsecretaria de políticas para Comunidades Tradicionais (SubCom), e tem suas ações executadas por 23 órgãos da administração pública federal, além de empresas e organizações sociais( BRASIL, 2005, p. 25).

Para fins da pesquisa, nos dedicamos à perspectiva das ações que têm como responsável o Ministério de Desenvolvimento Agrário. De certa forma, não deixam de ser analisadas outras questões que giram em torno dessas comunidades, principalmente do Ministério da Cultura, ações de cunho cultural e educacional, todavia são de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário as ações que envolvem a Assistência Técnica e o Programa de Aquisição de Alimentos, além do Programa do Brasil Local, que garante a produção sustentável local a partir da valorização da produção já existente nas Comunidades Quilombolas (BRASIL, 2005, p.31).

Martins (2001, p. 103) destaca um fato histórico que relaciona com a extensão rural no Brasil – a abolição do trabalho escravo e a proclamação da república, argumentando a importância desses na constituição das ideias do país sobre a extensão rural: “ [...] esses dois acontecimentos são de importância decisiva para a formação de um conjunto de ideias, valores e princípios e, principalmente, da rede de relações sociais que viabilizaram o conceito de Extensão Rural no Brasil”.

A avaliação da abolição do trabalho escravo no Brasil não é objetivo específico deste trabalho sobre as representações sociais da extensão rural em comunidade remanescente de quilombo, todavia não podemos deixar de acioná-lo, pois os desdobramentos atuais na perspectiva étnica perpassam as questões históricas do povo negro no Brasil.

Conforme o relatório do Programa Brasil Quilombola, é possível verificar que as políticas públicas para essas comunidades estão relacionadas com as representações da extensão rural, no ano de 1888, analisadas por Martins (2001, p.111). Mesmo o estudo sendo realizado em época diferente, está relacionado com a representação da figura do negro pobre, desprovido de qualquer recurso dos serviços públicos de educação, saúde, meio ambiente e esgotamento sanitário.

A escravidão é vista assim como um traço mais marcante do atraso vivido no Brasil, em relação às demais nações estrangeiras onde o “pobre Brazil” comparece escravizado à política negreira, maltratado por seus governantes e submetido ao um regime monárquico alienado das condições reais (MARTINS 2001, p.111).

Martins (2001, p.116) percebe a representação social do Brasil por volta do ano 1988, a partir da figura e história de Zé Caipira. Ele é colocado em uma posição de subalternidade na

sociedade brasileira. “Mas Zé não tem história. Não se sabe sua origem, sua linguagem. Zé também não tem família. Quem seria ele? Algum mestiço? Teria origem Rural?”

## **2.4 Identidade, relações ético-raciais e política pública: o Programa Brasil Quilombola**

### **2.4.1 Mobilizações sociais, construção teórica e jurídica**

A partir da Constituição Brasileira de 1988, o termo **quilombo** deixou de ser estudado apenas na perspectiva histórica e ganhou espaço no debate acadêmico e antropológico numa interpretação contemporânea de povos oriundos dos antepassados do regime escravocrata. Assim, essa categoria, quilombo, passa a ser uma expressão identitária e de resistência. Na contemporaneidade, remanescente de quilombos é uma afirmação de interações significativas na história brasileira, lembrança do passado e resistência ainda presente, é uma expressão identitária organizacional, econômica e cultural (FIABANI, 2012).

A necessidade histórica de preservar a cultura e memória tanto do termo quilombo-território quanto quilombolas- sujeitos foi possível devido aos esforços conjuntos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), juntamente com pesquisas aprovadas pela Fundação Ford. Essa pesquisa, por sua vez, tinha como objetivo “fazer o reconhecimento teórico e encontrar o lugar conceitual do passado no presente” (O’DWYER, 2002, p. 14).

Para Carmo Brazil (2006), no Brasil, houve uma tentativa de formação do campesinato negro, impedido pela lei de terras vigorada a partir do ano de 1850. É importante recorrer a essa visão, visto que este trabalho aborda a perspectiva da historiografia a partir da formação dos quilombos, por sua vez, os remanescentes na atualidade.

Oliveira (2010) salienta o cuidado epistemológico que se deve ter nos estudos que envolvem quilombolas, uma vez que, em alguns casos, o acesso ao uso da terra tem ganho outro rumo, principalmente nos movimentos de luta pela terra, em vez de ser pela resistência e direito ao título, como garante a constituição de 1988.

A partir desse debate no campo acadêmico e no âmbito político do Movimento Negro Unificado, tornou-se legível como remanescente as comunidades que possuem um arcabouço imaterial da ancestralidade africana nas suas formas de organização e na expressão material e imaterial da cultura afro-brasileira.

Segue a disputa travada dos pesquisadores e militantes da causa, reivindicando tratamento diferenciado para esses sujeitos e, sobretudo, no que tange a identificação, o reconhecimento e titulação das terras usadas pelos quilombolas.

Fica definido, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do ano de 1988, Artigo 68 desse decreto, redefinido como uma categoria de sobrevivência e (re)significando,

no âmbito legal, os territórios, garantindo direitos de acesso à terra pela via do reconhecimento (BRASIL, 1988). A partir dessa disposição constitucional, foi atribuído à Fundação Palmares intervir nos processos legais de identificação das comunidades remanescentes de quilombos, garantido no Artigo 2º da Lei nº 7.668/88.

Artigo 1º- Compete à Fundação Cultural Palmares- FCP, iniciar, dar seguimento e concluir processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades de quilombo, bem como de reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação, registro imobiliário das terras por elas ocupadas (BRASIL, 1988).

Todavia, esse artigo coincidia com algumas responsabilidades e competências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e a burocracia para o reconhecimento e titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos continua. Porém, os estudos antropológicos sobre esses sujeitos estavam em constante movimento e, ao mesmo tempo, ocorria a mobilização social dessas comunidades, que já tinham essa memória e patrimônio material e imaterial de remanescentes de quilombos, e esses argumentos proporcionaram o direito ao reconhecimento, demarcação e titulação do território quilombola.

Por isso, as mobilizações continuavam, e, em 1995, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas e a primeira reunião da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq).

A CONAQ foi criada no dia 12 de maio de 1996, em Bom Jesus da Lapa/BA, após a realização da reunião de avaliação do I Encontro Nacional de Quilombos. Da referida reunião participaram representantes dos quilombos de Frechal/MA, Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses (CEQ-MA), Rio das Rãs, Lages dos Negros e Rio de Contas/BA, Conceição das Crioulas e Castainho/PE, Mimbó/PI, Mocambu/SE, Campinho da Independência/RJ, Ivaporunduva/SP, Furnas do Dioniso e Furnas da Boa Sorte/MS, Kalungas/GO (CNAQ, p.3).

No ano de 2003, o Decreto Nº 4.886, de 20 de novembro, veio como meio de regulamentar **novos** procedimentos de identificação, reconhecimento e delimitação dos territórios quilombolas e completando esse, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Já o Decreto 4883/03 regulamenta o Ministério da Cultura e autoriza o Incra no que confere à competência na delimitação dos territórios quilombolas e a consequente titulação (BRASIL, 2005). Segue, assim, a parceria interministerial – Ministério da Cultura e Ministério de Desenvolvimento Agrário – para identificação, reconhecimento e titulação dos territórios remanescentes de quilombos.

### **2.4.2 O Programa Brasil Quilombola: Cultura, memória e produção de alimentos**

Como meio de superar as dificuldades e as trajetórias dos sujeitos das comunidades remanescentes de quilombos, o governo brasileiro constrói uma agenda de ações com e para os quilombolas a partir do marco legal no Decreto nº 4.887, especificando a responsabilidade do MDA, da Fundação Cultural Palmares e da Sepir (BRASIL, 2004).

Essas instâncias governamentais são responsáveis pela execução, avaliação e supervisão do Programa Brasil Quilombola. Dessa maneira, seguem as diretrizes que norteiam as ações do referido programa (BRASIL, 2004, p. 16-17):

Racionalizar o uso de recursos naturais, enfatizando métodos de produção agroecológicos no âmbito de sua subsistência e geração de renda, construindo políticas e ações necessárias por meio de uma rede de apoio gerencial, tecnológico e mercadológico a essas estruturas produtivas, como também visando o aprofundamento da competitividade das mesmas e não apenas como estruturas alternativas de ocupação e trabalho.

Inúmeros são os assuntos que incorporam as dimensões dos programas que envolvem os quilombolas, entre eles, volta-se para atuar e:

Incorporar a dimensão de gênero nas diversas iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável e ampliação dos direitos de cidadania existentes nestas comunidades, promovendo políticas concretas que efetivem a igualdade e equidade de gênero (BRASIL, 2004, p. 16).

Pela complexidade de temas que abarcam as políticas públicas para quilombolas, suas ações práticas dependem da articulação entre os entes federativos, bem como dos compromissos dos mesmos em torno da gestão, cabendo aos governos:

Incentivar os governos estaduais e municipais na promoção do acesso de quilombolas às políticas públicas, alterando as condições de vida dessas comunidades remanescentes por meio da regularização da posse da terra e estimulando o desenvolvimento sustentável em seus territórios (IDEM, P.17).

Por sua vez, é de papel dos gestores municipais, estaduais e federal: “fortalecer a implementação das ações governamentais junto às comunidades remanescentes de quilombos, como um modelo de gestão da política que preserve a igualdade de oportunidade e tratamento” (BRASIL, 2004, p. 17). E também cabe a eles:

Estimular o protagonismo dos quilombolas em todo processo de decisão, fortalecendo sua identidade cultural e política;



Garantir direitos sociais e acesso à rede de proteção social, em articulação com os outros órgãos governamentais, formulando projetos específicos de fortalecimento nos grupos discriminados, com especial atenção às mulheres e à juventude negras, garantindo o acesso e a permanência desses públicos nas mais diversas áreas (educação, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, direitos humanos, previdência social etc).

Assim, a Assistência Técnica e Extensão Rural entra em cenário como uma das formas de superação das desigualdades sociais no meio rural para com as comunidades remanescentes de quilombos, estratégia de enfrentamento à pobreza rural, e caracteriza-se como um instrumento eficaz de intervenção no meio rural.

Junto com essas ações, há um esforço coletivo dos Ministérios de Desenvolvimento Social, da Educação e do Desenvolvimento Agrário na construção de instrumentos para corroborar com os quilombolas e, conseqüentemente, concretizar as iniciativas de fortalecimento das formas de organização e desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos.

Esse serviço de educação não formal-extensão rural busca fortalecer a produção de alimentos nas comunidades remanescentes levando em consideração as formas de organização social, política, econômica e ambiental, buscando colaborar, em suas diversas expressões culturais, pelo viés da produção de alimentos. Para isso, a lei de Ater (2010) incorpora a questão quilombola em seus discursos.

As produções envolvem as atividades artesanais, agroextrativistas e agropecuárias (BRASIL, 2010). Considera como público beneficiário, de modo geral, a agricultura familiar, na qual estão inseridos: os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades.

De certa forma, o Estado dá condições de continuidade das formas de resistência existentes nessas comunidades, sobretudo o reconhecimento de suas terras é fator fundamental para o desenvolvimento. Assim, as ações com as comunidades remanescentes de quilombos têm seu marco legal no Decreto nº 4.887, especificando a responsabilidade do MDA, da Fundação Cultural Palmares e da SEPPIR (BRASIL, 2004).

Aqui, não pode ser incorporado o discurso do não prestígio à produção de alimentos. Pelo contrário, há uma construção de identidade bem relacionada à alimentação, apontada por Freitas (1984) e Santos e Doulas (2011). A identidade quilombola é estritamente relacionada com a cultura afrobrasileira, agricultura, extrativismo e pesca, buscando-se entender que, na história do Brasil, ser quilombola é ser tudo.

### CAPÍTULO 3 – A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO LAGE DOS NEGROS: AS ESTAÇÕES DO COTIDIANO



**Figura 1 - Imagem da Comunidade Lage dos Negros**

Neste capítulo, abordamos a construção da identidade de Lage dos Negros, tomaremos os aspectos históricos, sociológicos e ambientais no viés do cotidiano, ao mesmo tempo em que apontamos a relação da sua divisão geopolítica. Falamos um pouco do seu território e abordamos a noção das relações étnico raciais na comunidade. Além disso, tomamos as manifestações da vida cotidiana em volta da cultura e da religião.

A Teoria das Representações Sociais envolve elementos do cotidiano, sendo assim, é importante perceber que os dois constroem diálogos possíveis no campo do território: as convergências entre o público e o privado.

Certeau (2008) é considerado o clássico renomado que estudou um bairro popular para analisar o cotidiano das pessoas e suas relações sociais, sobretudo as relacionadas com a subjetividade. Para tal, Certeau analisou o empírico privilegiando as questões relacionadas com a sociologia e a arquitetura urbana.

O autor (2008) buscou entender o espaço público e o espaço privado, privilegiando o cotidiano dos indivíduos daquele bairro, por exemplo, as caminhadas que os indivíduos faziam do seu espaço privado (casa) até o espaço público (rua).

[...] O bairro surge como o domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ele a pé saindo de sua casa. Por conseguinte, é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelos seus vínculo orgânico com a residência ( CERTEAU, GIRAD E MAYOL 2008, p.41).

Certeau (2008), que se destacou ao teorizar a invenção do cotidiano, estudou um bairro popular para analisar a vida cotidiana, suas relações sociais objetivas e subjetivas. Para isso, o autor cruzou dois métodos antagônicos: a sociologia urbana, privilegiando dados quantitativos relativos à organização física do bairro, relacionada à arquitetura; e a análise sócio-etnográfica da vida cotidiana dos moradores daquele bairro.

Em Lage dos Negros, o cotidiano dos quilombolas baseia-se nas estações do ano caracterizadas na Caatinga: inverno e verão. O período chuvoso, suas representações sociais e o lugar da realidade do ambiente feliz, a roça. Esse imaginário social faz com que o sujeito construa uma relação no território, uma vez que o tempo e o espaço relacionam-se com as estações do ano e essas com os quilombolas. Em período de chuvas, eles mudam-se para outro ambiente, a roça. Dominados por esse discurso, da roça como o lugar feliz, os quilombolas permanecem cuidando das suas plantações e criações. Como uma linha do tempo, os quilombolas seguem uma trajetória de ambiente e modo de vida diferentes, com duas casas, dois espaços.

Esse discurso é relatado por um quilombola da memória<sup>9</sup>, que compreende os processos do trabalho na agricultura prazeroso e enraizado na cultura da identidade negra. “Nós só vivíamos na roça. Plantava na roça: milho, feijão, mandioca e mamona. De mulher só tenho a roça. Eu e meu marido só vivíamos na roça, só vinha aqui no final de semana.” (MEMÓRIA 01, NASCIDA EM 1922). A seguir discutiremos sobre as belezas de Lage dos Negros, abordaremos os aspectos socioeconômicos e paleontológicos.

### **3.1 O Município de Campo Formoso na Bahia: aspectos socioeconômicos e paleontológicos**

Distante 411 Km de Salvador, capital da Bahia, tem uma delimitação geopolítica em 9018 Km<sup>2</sup>. A pluviosidade média é de 1791 mm e 759 mm. Localizada na encosta da Serra de Jacobina, no Semiárido Baiano, a origem do nome da cidade diz respeito ao tipo de ocupação, através das expedições jesuítas com o intuito de catequizar os índios. Campo Formoso, antes de tornar-se município, pertencia ao município de Senhor do Bonfim, e foi emancipado em 28 de julho de 1880, através da lei provincial nº 2051 (IBGE).

---

<sup>9</sup> Doravante será considerado os sujeitos da pesquisa que narram os acontecimentos e fatos históricos de Lage dos Negros, que, de certa forma convergem com os objetivos da pesquisa, segue assim, a narrativa da memória.



**Figura 2 - Aspectos Paleontológicos: Toca da Boa Vista**

Essa cidade, antes da ocupação dos portugueses, era um aldeamento indígena, no entanto, com a chegada dos colonizadores, esses índios foram escravizados. A geneologia dos índios, descendentes dos povos Sapoaiás, Piaiás, Tocôs e Secaquerinhéns está ligada à árvore geneológica do agrupamento indígena Quirirus e Tapuias (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO).

A cidade é mundialmente conhecida devido ao seu comércio de esmeraldas, também chamado de Feira do Rato, com joias extraídas dos garimpos localizados nos povoados de Tuíutiba e Carnaíbas. No ano de 2013, ocorreu uma denúncia da venda de esmeraldas extraídas em Campo Formoso e mandadas para o exterior sem o devido pagamento de imposto. Além das esmeraldas, existem algumas empresas de extração da matéria-prima do cimento e sua posterior fabricação na cidade.

### **3.2 Comunidades remanescentes de quilombos: grupos sociais com identidade étnica**

Os estudos sobre identidades são contemporâneos, todavia suas representações nos aspectos étnicos são tão antigas como as formas de organização da sociedade, a nacionalidade (BAUMAN, 2005). Essas identidades étnicas são ancoradas por diversos autores que abordam do ponto de vista do campo de conhecimento diversificado, e podendo ser consideradas por outros teóricos como elemento balizador das relações sociais (DUBAR, 2011).

O Dwyer (2002) destaca que as questões identificadoras das comunidades remanescentes de quilombos vão além dos aspectos étnicos, perpassando questões de isolamento, aspecto cultural, étnico e social, que permanecem com percepções de continuidade e, por alguns momentos, endógenos aos sujeitos que residem nesses ambientes, como qualquer sujeito externo.

Poder-se-ia conceber que comunidades originárias de quilombos mantivessem propriedades sociais e culturais herdadas, de modo praticamente contínuo, tanto no tempo quanto no espaço, sendo as variações passíveis de descrição a partir de situações de contato? (O'DWYER, 2002, p. 15).

Os aspectos culturais dos quilombos perduram na memória coletiva e na contemporaneidade são resignificados. Nesse sentido, entendemos a cultura, em termos conceituais, como “um conjunto partilhados de ideias, válido porque eles constituem os bancos conceituais de costumes de uma comunidade em ação, é rejeitada. É rejeitada porque é uma cultura. Sua origem social e comum é sua mácula fatal” (GLELCNER 1980 apud MOSCOVICI, 2003, p. 170).

Para alguns, o termo quilombo ainda significa coisa do passado, dada essa denominação do período imperial. Na atualidade, quilombo significa resistência africana aos seus a territórios étnicos, a partir do acesso à terra via de regra, compradas, doadas ou abandonadas, entre outros aspectos.

O termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Neste sentido, constitui grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão. (O'DWYER, 1995, p. 20).

E, para dar materialidade à cultura, do ponto de vista ontológico, apontamos o território quilombola como um espaço cercado de cultura, que, na complexidade, está estritamente relacionado com o deslocamento do tempo e do espaço, por vezes provocando descontinuidade da africanidade.

Para O' Dwyer (2002, p.15), nas idas e vindas do autorreconhecimento, às vezes, essas identidades encontram-se no processo de “dicotomia entre eles e nós, marcada pelos seus critérios de pertença”.

A crise das identidades coloca em evidência as ideias preconcebidas sobre o outro, sobre si e sobre o mundo. É a vingança do simbólico sobre o econômico. O autor ressalta que a crise de identidades não é uma passagem de um ciclo econômico, “Trata-se, portanto, ao mesmo tempo, de uma crise de longa duração, na qual está em jogo uma civilização nova e uma sucessão de crises econômicas ordinárias” (DUBAR, 2011, p. 184). É formada em mão dupla, é pela questão da instituição – família, igreja e estado, “mas também construídas pelas interações criativas de militantes e vítimas de crises, em torno das questões de reconhecimento mútuo” (DUBAR, 2011, p. 184).

Para Dubar (2011), o que une um grupo étnico é justamente o que os separa dos demais grupos na mesma sociedade. Por causa dessa separação, é categorizado como o diferente, “o outro”, os iguais – constituem uma comunidade compartilhando de uma mesma organização social e cultural. Eu sou porque alguém me constituiu. Completando a ideia de Dubar (2011), Sobrinho (2008, p.117) afirma que “a representação é sempre de alguma coisa produzido por alguém”.

Essa denominação que um grupo social recebe é estruturada de forma específica e particular e, ao mesmo tempo, esses sujeitos que pertencem a um grupo representam o mundo ao seu modo de ver e agir, “indivíduos e grupos expressam sua identidade através de suas representações” (ANDRADE, 1998, p. 144).

As representações sociais englobam valores, crenças e símbolos que contribuem para dar conta das “diferenças entre grupos”, por sua vez “são vivenciadas por grande número de pessoas, transmitidas de uma geração a outra e nos são impostos, a cada um de nós, sem o nosso consentimento - de forma não consciente” (SOBRINHO, 1998, p. 119).

Dessa forma, como salienta Sobrinho (1998), os estudos sobre representações sociais no âmbito das identidades se constituem instrumentos necessários para dar um devido enriquecimento, tanto às representações quanto aos estudos desenvolvidos em torno das identidades coletivas.

Conforme Bauman (2005, p.19) “as identidades flutuam no ar, algumas de nossas próprias escolhas, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”.

Sendo assim, a identidade quilombola perpassa pelos mesmos vieses, visto que, dar-se uma volta no passado-quilombos, para reconstituir-se o presente- remanescente. Como aponta

Oliveira (2010) onde ela elenca elementos importantes no ponto de vista da historiografia e da antropologia para entender o por que da decisão de optar pela categoria da identidade remanescente de quilombo, no percurso que, para alguns estudiosos da década de 80, os remanescentes são “campesinato negro”.

Nestes termos, o deslocamento do conceito de quilombo para o de remanescente de quilombo amplia o leque das circunstâncias para a atribuição de identidades, aos novos e velhos grupos e assegura os fundamentos para os laudos que indicam a população negra, garantindo-lhe os benefícios previstos na constituição (OLIVEIRA, 2010, p.175).

Constantemente, a impressão que se tem da identidade é que, sendo em qualquer lugar o deslocamento da identidade, em tempos e espaços diferentes, etnias e tantas outras variantes que um grupo específico se vê no demais, ou no coletivo causa mudança de interação, ou seja, toma novas posições de naturalidade psicossocial.

Como afirma Bauman (2005, p. 21), “na imaginação sociológica a identidade é sempre algo muito evasivo e escorregadio, quase uma a priori, ou seja, uma realidade preexistente”. Para Bauman (2005), a identidade é uma construção constante que perfaz duas questões: de um lado, a comunidade que te aceita, do outro lado, o desejo pessoal de ser aceito. Por sua vez, essas questões psicossociais são ancoradas nos elementos multiculturais, visto que, com o advento da globalização, possibilita várias dinâmicas identitárias.

A identidade pode ser construída por nós, como também percebida e denominada por um grupo do qual você é o estranho. Nesse processo de aceitação e negação, em alguns momentos, quando o sujeito não é aceito, ele passa a ser o diferente, denominado pelos “outros” (BAUMAN, 2005).

Já Sobrinho (1998), ao estudar o *Ethos* de um grupo específico, fundamenta-se em algumas dimensões dessa identidade, e diz que essas devem fazer parte do cotidiano de um pesquisador das representações da identidade. Tais representações, por sua vez, são interdependentes e dividem-se em: a dimensão espacial – subdivide-se em ambiente familiar *stricto sensu* – e espaços imaginários, necessários à construção da memória.

A dimensão temporal compreende: a) a relação ao tempo da própria vida- a fase do ciclo da vida na qual o indivíduo se encontra, sua orientação com relação ao passado, presente futuro, lembranças, projetos; b) a relação com a historicidade – o tempo não mais do sujeito, mas da sociedade [...]. A dimensão social- a) a relação com o corpo- apresentação de si mesmo, a maneira de falar de si, a percepção do próprio corpo e de seu estado ( Eu-Eu); [...] c) os grupos sociais ( a nível micro e macro) com os quais o indivíduo se identifica e se diferencia ( Nós-Eles) ( SOBRINHO, 1998, p. 122).

A identidade étnica afrobrasileira, especificamente os remanescentes de quilombo são tratados, neste trabalho, como as minorias, uma vez que o tema em estudo requer a dialética entre o popular e o científico, entre o qualificado e o sujeito com pouca qualificação, quilombolas, todavia ambos dotados de saberes, práticas, experiências e conhecimentos. O núcleo chave para compreender a identidade é, em primeira instância, observar o cotidiano de uma comunidade e perceber como os membros de um povoado consegue unir e separar os sujeitos, como os **de dentro** e os **de fora**.

### **3.3 A comunidade Lage dos Negros na afirmação da identidade étnica**

Campo Formoso está localizado no Sertão da Bahia. Segundo o IBGE (2010), a população total do município é de 66.616 habitantes, sendo que residem no meio rural 41.753 habitantes. Desse total, 20.096 dos sujeitos do campo são mulheres, ultrapassando a população de mulheres urbanas, 13.056 habitantes. No item sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), percebe-se um aumento em torno de 100% do ano de 1991, com 0.261, ao ano de 2010, com IDH de 0,586.

Alguns estudiosos associam o aumento do IDH ao programa de transferência de renda Bolsa Família. Rego e Pizani (2012, p. 365) fizeram uma avaliação da subjetividade da Bolsa Família e trouxeram elementos simbólicos da subjetividade do processo de transferência de renda:

[...] pode-se dizer que o Brasil dá os primeiros passos rumo à construção da cidadania democrática. Entre nós, este caminho certamente será muito longo e penoso, pois ainda estamos carentes de políticas culturais específicas voltadas à libertação das mulheres e dos homens pobres dos estereótipos e preconceitos seculares que pesam sobre suas vidas.

Quanto à questão da cor, o município de Campo Formoso tem uma população que, segundo os dados do IBGE (2010), autodeclara-se parda. O meio rural possui uma população de 21.493, que responderam ao senso como sendo pardas, e 2.840 se autoconsideram pretos.

Já a população indígena, a que sofreu maior massacre da história do Brasil, em Campo Formoso, na contemporaneidade, tem um contingente de 31 índios no meio rural e 47 habitando na cidade. Para Altafin (2007, p. 5), o nativo, no início da colonização, manteve relações socioeconômicas com os portugueses; nesse período, havia uma relação de troca entre os colonizados e os colonizadores que favoreceu a escravidão dos índios, massacre, até que a maioria dos legítimos brasileiros foram exterminados, restando poucos. Essa época



“revela a existência do denominado protocampesinato índio, dentro do que se convencionou chamar de brecha camponesa [...] expressão usada para designar atividades econômicas que, nas colônias [...]” (CARDOSO, 1987 apud ALTAFIN, 2007, p.5).

Além dos índios, os negros tiveram uma contribuição significativa na produção de alimentos. Cardoso (1987 apud ALTAFIN 2007, p.6 ) enfatiza as ocupações dos negros na região Semiárida Nordestina, a partir do tráfico negreiro de escravos, que eram trazidos para trabalharem nas fazendas de gado, como assinala Cardoso:

Certos escravos possuíam quantidades consideráveis de cabeças de gado, criadas nas áreas dos grandes fazendeiros, num exemplo de inserção do protocampesinato escravo nos circuitos mercantis locais. Também são citados exemplos sobre a existência do protocampesinato em regiões de produção de algodão, na Paraíba, com escravos acumulando pecúlio, visando à alforria. Por todas essas análises feitas pelo autor, fica clara a existência de uma produção de gêneros alimentícios feita por escravos negros, dentro da lógica da brecha camponesa, vinculada não apenas ao autoconsumo, mas também ao mercado (CARDOSO, 1987 apud ALTAFIN, 2007 p.6).

Nesse contexto, encontram-se também as comunidades remanescentes de quilombos. No total, são 23 certificadas pela Fundação Palmares. Em seu território, Lage dos Negros, fazendo divisa com três municípios do Sertão Baiano: Santo Sé, Juazeiro e Campo Formoso. No total, são aproximadamente 12.000 quilombolas espalhados em Campo Formoso.

A comunidade Lage dos Negros é constituída por um complexo de comunidades remanescentes de quilombo denominadas pelos quilombolas de povoados<sup>10</sup>. No total, são 24 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, no período compreendido entre os anos de 2005- 2006. O território quilombola agrega outros territórios que ficam em torno de Lage dos Negros; no total, são 34 povoados. Esses povos sofrem com os problemas dos marcos regulatórios no que se refere à regularização fundiária: Fundo e Feixe de Pasto, Comunidades Quilombolas e Parque Nacional Boqueirão da Onça.

Esse cruzamento de posse e uso da terra do Estado e sua necessidade política e econômica de regularização, a cada dia, expropriam os quilombolas, índios e ribeirinhos de suas terras para dar lugar aos projetos idealizados pelo Estado e seus marcos regulatórios de sobreposição de uma mesma área, como é o caso de Lage dos Negros. Veja os diferentes marcos regulatórios do referido território.

---

<sup>10</sup> Salitre, Curral Velho, Passagem do Sargento, Amoca, Baixinha, Consumidouro, Bebedouro, Pacuí, Buraco, Barriguda, Tabuleiro, Poço da Pedra, Saquinho, Pedra, Patos I, Patos II, Patos III, Casa Nova dos Marinhos, Casa Nova dos Amaros, Casa Nova dos Ferreira, Alagadiço, Bica, Queixo Dantas, Cacimbinha, Lagoa, Boge, Muringo, Sangrador I, Sangrador II, Barroca, Gameleira do Dida, Cachoeirinha e Lage de Cima.

**Quadro 1: Apresentação dos marcos regulatórios na comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso-BA.**

Identificação	Argumento regulatório	Lei ou decreto
Comunidades Remanescentes de Quilombos	Titulação definitiva do Território	Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT – 1988)
Patrimônio Espeleológico	Bens da União, coordenado pela Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Constituição Federal 1988 Inciso X art. 20
Fundo de Pasto	Direito de concessão de uso da terra	CE-BA, 1989, art.178

Fonte: Pesquisa de Campo

Lage dos Negros é o Distrito Central que oferece vários serviços públicos a essa população, ou deveria oferecer, uma vez que foi construída estrutura física, mas não há funcionamento, e os serviços são contingenciados: o posto de saúde, as escolas municipais e estaduais, o CREAS e o telefone público. Constitui-se de elementos simbólicos da relação de poder. Em outra palavra, é um território, visto que existem relações de modelos de desenvolvimento hegemônico, o agronegócio, e modelos de produção contra-hegemônico, a produção de alimentos. Para Santos (2010, p.96), o território é, em primeiro momento, moradia, mas também afirma que:

O território não é apenas um resultado da superação de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e sentimento de nos pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve, pois, de logo, entender que se está falando em território usado. Utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira do célebre Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois ela nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e depois Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda.

Os elementos material e imaterial que constituem Lage dos Negros são tangíveis da construção da identidade, buscando limitar-se no espaço e no tempo com fronteiras físicas e simbólicas. Assim, o território é um limite físico que aproxima e define o sentimento de pertença dos sujeitos em uma comunidade.

Além da subjetividade, temos também a linguagem, a forma de se vestir, os traços fenotípicos de um grupo étnico e as relações de parentesco com os membros da comunidade.

As formas de ocupação do solo de Campo Formoso são um fator preponderante para as ações de extensão relacionadas às atividades agrícolas; essas, por sua vez, relacionam-se à exploração agropecuária e depende dos recursos naturais, a exemplo do acesso a água. A característica marcante dessas comunidades quilombolas é a beleza do seu bioma, Caatinga, caracterizada pelo clima Semiárido e a pouca pluviosidade.

Tais características proporcionam aos quilombolas representar suas produções agrícolas por algumas espécies, umas caducifólias, outras não, mas da Caatinga, umbuzeiro e sisal, esse último cujos produtos industriais são o artesanato das fibras e também do ouricori. Já na produção animal, o bode e o porco baé preto são as representações desses sujeitos que habitam na Caatinga. Todos convivem na situação há mais de três anos sem chuva regular. No ano de 2013, até as plantas resistentes, como o umbuzeiro e sisal, sofreram com o estresse hídrico.

Na relação mulher, homem e natureza em Lage dos Negros, destacamos os conhecimentos tradicionais, tanto no uso dos recursos naturais quanto na produção cultural: as formas de organização do espaço local, os artefatos produzidos e outros elementos que fazem parte da história dos quilombolas e, por sua vez, tomam atitudes importantes relacionadas à gestão dos recursos naturais.

É comum encontrar, nesses povoados, o desmatamento e, atrelado a ele, a fabricação de carvão vegetal como fonte de energia na preparação dos alimentos, todavia a venda clandestina é uma fonte de renda para os quilombolas. É comum encontrar os quilombolas com equipamentos de caça predatória para fins alimentícios.

A ocupação desse território de Lage dos Negros ocorreu em três momentos históricos diferenciados. Antes da chegada dos **brancos**, já existia a presença dos índios nativos, que viviam nas grutas. Até hoje existem registros de ferramentas de pedras que serviam como instrumentos de caça e pesca (MEMÓRIA 02).

O segundo momento foi a chegada dos brancos na Gameleira do Dida, que compraram escravos, e esses negros, após abolição, compraram as terras nas mãos dos brancos, por volta do século XVIII, e começaram a habitar ali. Por último, o escravo Luiz José dos Santos, filho de um escravo Nago-África, que a família rica do Senhor Deocrécio comprou. Após a presença do Senhor Luizinho, por volta do mesmo século, teve a necessidade de pegar uma índia “a dente de cachorro” originando-se casamento. Essa mesma memória é verificada na comunidade remanescente de quilombo Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro-PE (PAIVA E SOUZA, 2002).

Como as demais comunidades remanescentes, Lage dos Negros passa por contingências por parte dos poderes municipal, estadual e federal, ou seja, poucos investimentos nas áreas da educação, saúde, assistência social, saneamento básico, acesso a água, lazer e legalização fundiária. As vias de acesso são precárias, não há uma escola com ensino médio, apenas anexo. Não possui Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), órgão que contribui para a superação da violência, principalmente nos casos que os pais têm envolvimento com drogas lícitas e ilícitas.

Há presença do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), todavia, apenas com três profissionais de referência: uma psicóloga e duas assistentes sociais. Na área de saúde mental, no território quilombola, há uma incidência elevada de pessoas com sofrimentos psíquicos, possivelmente devido aos casamentos consanguíneos, porém, para atendimento desses indivíduos, não existe um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Ainda existe, em Lage dos Negros, um alto índice de doenças cardiovasculares que causam vários óbitos dos quilombolas, tendo como diagnóstico acidente vascular cerebral. Possivelmente, esses incidentes são consequências da utilização da água na comunidade, que possui alto teor de sais.

Existe uma ausência do Estado por parte das instituições que asseguram os direitos aos cidadãos e às cidadãs, nas políticas públicas de segurança, saúde pública, assistência social, educação, cultura e lazer, saneamento básico, luz<sup>11</sup>, tecnologias da informação e da comunicação e assistência técnica e extensão rural<sup>12</sup>.

Podemos perceber a contingência na saúde; o posto fica praticamente fechado, sempre ocorre a ausência dos profissionais, como médico, enfermeiros, entre outros.

Para a origem do nome do povoado Lage dos Negros existem duas versões: a primeira é decorrente da quantidade de lajedo e, mais tarde, refere-se à relação étnica racial, com a predominância de negros entre os povos que ali moravam no século XVIII.

A segunda versão sustenta-se na crença de que o nome de Lage dos Negros se originou do nome Maria Lages, derivado do nome de Pedro Lages. Não cabe a nós adotarmos

---

<sup>11</sup> Há constantemente queda na rede de fornecimento de energia elétrica de Lage dos Negros, ficando os quilombolas até quatro dias sem o fornecimento do serviço. Segundo os moradores, essa situação ocorre devido à atuação dos fazendeiros irrigantes, que ficam em áreas circunvizinhas ao Rio São Francisco, pois, quando eles ligam as bombas, há queda de energia em Lage, visto que, para obter uma maior vazão, necessita-se de maior potência elétrica.

<sup>12</sup> Os extensionistas há cinco meses não vão a campo. Durante quase dois anos de execução do projeto, poucas vezes ficam na comunidade. As explicações para o não comparecimento giram em torno da falta de recursos financeiros para o pagamento de diárias e transportes.

uma ou outra história, no entanto, é importante perceber de qual lugar e quem são os sujeitos que relatam tal oralidade, quais são seus interesses e como isso é representado.

Na comunidade, existe posto de saúde e duas escolas: uma de ensino fundamental e outra de ensino médio. No entanto, o nível de escolaridade da população, de modo geral, ainda é preocupante, sendo que cerca de 40% são considerados analfabetos (IBGE, 2006). Além disso, é frequente o êxodo rural, mais precisamente de jovens, mulheres e homens que vão à busca de dias melhores na cidade de Salvador ou de Feira de Santana, bem como a migração com o objetivo de trabalhar em safras nos Estados do Centro Oeste.

Em relação à organização, Lage dos Negros segue a trajetória de lutas do Movimento Negro, que, desde o início dos anos 1990, vem participando da Articulação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. No ano de 1996, constitui-se como Coordenadoria Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas<sup>13</sup>. Enquanto articulações endógenas, é perceptível que essas comunidades estão inseridas em associações, principalmente por conta de alguns trâmites legais e jurídicos, como o Decreto 3.912/0, que responsabiliza a Fundação Cultural Palmares como única responsável pela regularização fundiária, juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Essa organização endógena de Lage dos Negros visa aos direitos quilombolas dos sujeitos que ali residem, como determina a Associação Brasileira de Antropologia, que incorpora como critério para demarcação dos territórios quilombolas a autodeclaração, regulamentada pela Convenção 169 e o Decreto 4.887/03. Assim, o papel da organização endógena em Lage dos Negros diz respeito à cultura e à resistência, organizadas em associações.

Essa resistência cultural é resignificada com suas formas de pensar a cultura, expressas em diversos eventos: festas religiosas, rituais alimentícios e danças. Essas manifestações se concretizam na proposta do projeto que vem sendo executado pelo governo estadual da Bahia, beneficiando diretamente 800 famílias com as ações do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural no Território de Quilombo em Lage dos Negros.

### **3.4 A questão ambiental, a memória biocultural e espeliólogo em Lage dos Negros**

A Conferência Internacional sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, Suécia, no ano de 1972, deu início à internacionalização do problema ambiental. Esse evento recebeu

---

<sup>13</sup> Quanto à organização orgânica, existem fragilidades, visto que, na maioria dos casos, as associações não têm planejamento das ações e reuniões regulares.

o nome de Eco-72 (RIBEIRO, 2001). Assim nasce o movimento em defesa ao meio ambiente, que visa a debater e propor ações que giram em torno das questões ambientais, sobretudo do acesso aos recursos renováveis e não renováveis.

Desde então, segundo Ribeiro (2001), essa cúpula, composta por pesquisadores, instituições e governos, busca soluções para a ordem ambiental. Dando continuidade ao movimento em defesa da natureza, no ano de 1992, o Rio de Janeiro foi o palco para a segunda Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92. Em seguida, o debate sobre a questão ambiental passou a fazer parte da agenda dos governos, e, no ano 2000, ocorreu o RIO + 10. Já no ano de 2012, foi realizada a Cúpula dos Povos no RIO + 20, com a participação da Organização das Nações Unidas (ONU). A nosso ver, a partir do ano de 1992, foram estabelecidos novos critérios e preocupações que devem andar juntos, o meio ambiente e o desenvolvimento.

Especificamente no Brasil, percebem-se vários conflitos de ordem ambiental, e o governo aparece como autor apaziguador da ordem, tentando inserir os movimentos sociais no debate, no entanto, sem esquecer o lado empresarial.

Foram constituídos então vários espaços de participação para debater a questão ambiental e também, nas instâncias governamentais, foram implantados órgãos para apaziguar tais conflitos ambientais. Segundo Enríquez (2007), os órgãos especializados na questão ambiental no Brasil giram em torno das demandas e comandos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com o auxílio das secretarias estaduais e municipais do Meio Ambiente, regulamentado a partir da Resolução 001/1986 e 237/1997.

Essas resoluções tratam das questões relacionadas aos estudos, sejam de impacto ambiental ou dos relatórios do impacto ambiental, quando se pretende entender a natureza. No que se refere à participação dos cidadãos, de acordo com a autora, foram institucionalizados os conselhos de meio ambiente e, de certa forma, serve como um instrumento de participação popular.

Quando se trata aqui dos processos de sobreposição de marco regulatório nos territórios dos povos tradicionais, tornam-se os conflitos socioambientais na dinâmica da judicialização. Para Almeida (2007, p.34), “os esquemas explicativos da intensificação dos conflitos e tensões sociais no campo apontam para duas ordens de argumentos que explicam aspectos contraditórios de estratégias governamentais e empresariais”.

Constitui a primeira vertente a demanda do mercado por *commodities* agrícolas e minerais, principalmente com o avanço do agronegócio; e a segunda vertente, a necessidade da nova modalidade de intervenção das questões ambientais pelos órgãos do governo, pelos

empresários, entres outros, que pretendem entrar no mercado do sequestro do carbono e, para tanto, as áreas de preservação necessitam estar intocáveis (ALMEIDA, 2007).



**Figura 3 - Monocultura da cebola na Comunidade Remanescente de Quilombo Pacuí**

De modo geral, os conflitos socioambientais em Lage dos Negros não são diferentes, visto que, no Território Quilombola existe uma especulação fundiária, uma vez que o subsolo é rico em água para irrigação e, a cada dia, o agronegócio do Vale do São Francisco vai expropriando os povos tradicionais e expandindo suas áreas.

Na atualidade, Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco, compõem os núcleos da Região Integrada de Desenvolvimento Petrolina/Juazeiro<sup>14</sup>, cujo setor econômico mais dinâmico é a produção e exportação para o mercado internacional de frutas, em especial de uva e manga, favorecida por condições naturais como disponibilidade de água, luminosidade e umidade (ARAÚJO, 2012, p.2)

De fato, cresce a demanda por terra nessa região de Juazeiro da Bahia, e, na divisão geopolítica, encontra-se o município de Campo Formoso, que faz divisa não só espacial, mas, sobretudo simbólica. Esse modelo de uso do solo cria, nos sujeitos quilombolas, a representação social da riqueza, caso o mesmo esteja inserido no modelo de produção do agronegócio. E essa mudança tem afetado diretamente as dinâmicas ecológicas de Lage dos

---

<sup>14</sup> De acordo com Caldas, o eixo Juazeiro-Petrolina se localiza “no submédio do rio São Francisco, na região do Nordeste do Brasil, está composto por oito municípios – quatro pertencentes ao Estado da Bahia e quatro ao de Pernambuco – Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho e Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista”, abrigando em torno de 565.877 habitantes e tendo na fruticultura sua principal atividade econômica (CALDAS, 2006: 70).

Negros, visto que o desmatamento cresce em função do modelo de produção que afeta diretamente os recursos naturais.

Associado ao desmatamento existe o agravamento do desequilíbrio ambiental provocado por esse modelo de produção, que utiliza as reservas subterrâneas de água, a partir dos poços perfurados para fins de irrigação.



**Figura 4 - Rio de Lage dos Negros (Rio Morto)**

De fato, observa-se que existem explorações na área com o intensivo uso de agrotóxico e que, de certa forma, a cada dia, aumenta-se a produção. Vale ressaltar que a maioria dessas produções não são dos quilombolas, visto que eles são menos capitalizados. Essas terras são expropriadas dos quilombolas. “De todo modo, o modelo vai sendo assimilado progressivamente pelos produtores familiares que passam a obter melhores rendimentos com a atividade agrícola. No entanto, tal expansão não representou o que poderia ser chamado de desenvolvimento sustentável” (MALAGOTE E QUIRINO, 2002, p.78).

Pereira de Albuquerque (2010, p.56) faz uma alerta quanto ao uso da água, tendo em vista que a Agência Nacional das Águas (ANA) estabelece as normas para utilização, todavia, em alguns casos, os agricultores sequer sabem. Perfuram poços, desmatam, e essas ações já fazem parte do cotidiano dos agricultores capitalizados que moram no território quilombola, muitos nem pertencendo à comunidade.

Segundo Pereira de Albuquerque (2010, p.56):

A forma como o agricultor atua em sua terra pode causar danos ao meio ambiente, pois a água, se mal manejada, em seu processo de escoamento superficial, pode gerar desde carregamento de solo até erosões acentuadas, como voçorocas. Podemos



citar também os desmatamentos desordenados que podem por fim as nascentes de pequenos cursos d'água.

Outra característica a se observar é que não corre mais o Rio de Lage dos Negros, que, segundo os mais velhos, era permanente, e hoje, após o desmatamento e a construção de casas no leito do rio por pessoas externas à comunidade, ele deixou de existir e passou a ser conhecido como “o Rio Morto”. Algumas pessoas mais velhas da comunidade afirmam que o rio deixou de existir também por causa da algaroba – *Prosopis juliflora* (Sw.), que “chupa muita água”. O poder invasor dessa árvore vem sendo estudado, comprovando-se a hipótese dos quilombolas de sua relação com o desequilíbrio ambiental, uma vez que essa planta exótica, a cada dia, vai se tornando exuberante e ocupando o espaço da vegetação da Caatinga.

No território de Lages, os nomes da maioria das comunidades estão relacionados com água, mas, com o desmatamento e com a introdução de plantas exóticas, a água vai ficando cada vez mais escassa. Restando apenas na memória dos quilombolas ao se referirem aos processos naturais do meio ambiente.

Em Lage dos Negros e locais circunvizinhos, a presença dos recursos hídricos é acentuada, mas conflituosa. Os rios afluentes do “Velho Chico”, a citar, o Rio Pacuí, já não correm mais, além das águas subterrâneas.



**Figura 5 - Desmatamento nas áreas de APP do Rio Pacuí**

Toda essa riqueza hídrica, seja subterrânea ou corrente, concentra-se nas mãos de poucos, e serve para irrigação dos plantios do agronegócio e menos para matar a sede dos quilombolas. Para o Movimento Quilombola, esse tipo de relação dos sujeitos com os recursos naturais recebe o nome de Racismo Ambiental.

Enfim, o difícil acesso aos recursos naturais nem sempre foi assim. Isso é percebido quando conversamos com os mais velhos e eles guardam, na memória, sua relação com o espaço. Essa memória permite aos quilombolas de Lage dos Negros recordarem os acontecimentos do cotidiano em volta da água, desde o seu uso, como também o desaparecimento do mesmo.

Para Halbwachs (1968), os elementos que constituem a memória coletiva vão além dos discursos e se apropriam do espaço, como substância material para tornar-se real uma vivência coletiva carregada de sentidos e imaginação. Não importa a classe social dos sujeitos, porque todos os grupos usufruem de um espaço, compartilham momentos e socializam sentimentos.

Além dos sujeitos, a natureza, com seus recursos bióticos e abióticos, evoluem juntamente com o homem. Por sua vez, a memória coletiva de uma comunidade onde os recursos naturais são fatores determinantes para sua manutenção e meio de sobrevivência se constitui na memória biocultural.

Essa mudança do espaço natural, segundo Toledo (2008, p.22) são consequências das mudanças na agricultura, que provocam transformações no ambiente natural em que:

Los cambios provocados incluyen toda una gama de modificaciones sobre la estructura, el funcionamiento y el devenir de los ecosistemas. Tres diseños destacan de manera especial a escala mundial: la agricultura hidráulica, las terrazas y los bosques y selvas manejados como sistemas agroforestales en las regiones intertropicales.

Para o autor, esse tipo de sentimento está relacionado ao modo de condução da memória, juntamente com os aspectos biológicos, tanto dos seres humanos, bem como dos elementos que compõem a natureza. Por sua vez, essas memórias são expressas juntamente com a diversidade dos povos, suas tradições, culturas, aspectos cognitivos e a paisagem local.

De acordo com Halbwachs (1968, p. 135), a memória engloba vários elementos que “não somente casas e muralhas persistem através dos séculos, mas toda parte do grupo que está, sem cessar, em contato com elas e que confunde suas vidas e dessas coisas, permanece impassível, porque não se interessa ao não ser por aquilo que se passa”

A paisagem, o ambiente, o bioma são elementos que constituem a memória dos quilombolas de Lage dos Negros. Além dessas especificidades, destacamos os espetáculos da geodiversidade. Esse, por sua vez, inclui a formação de caverna, bem como seus componentes

abióticos e bióticos denominados de Patrimônio Espeleológico, consolidado no Ministério do Meio Ambiente a partir do Conselho Nacional de Meio Ambiente, como responsável pela preservação do patrimônio material. Trata-se do “conjunto de elementos bióticos e abióticos, socioeconômicos e histórico-culturais, subterrâneos ou superficiais, representado pelas cavidades naturais subterrâneas ou a estas associadas” (Resolução CONAMA nº 347/2004). Tal resolução constitui-se um dos marcos legal de conflitos gerenciados no âmbito legal do poder estatal sobre o uso dos recursos naturais em Lage dos Negros.

Toca da Barriguda, Toca do Calor de Cima, Toca do Pitú e Toca do Morrinho, constituem um conjunto de relevância geológica mundial. Evidências morfológicas, hidroquímicas e isotópicas sugerem que a dissolução dos dolomitos que contém as cavernas ocorreu principalmente através de oxidação de sulfetos. Assim sendo, a Toca da Boa Vista constitui-se na mais extensa caverna do mundo a ser gerada por tal processo. Datações radiométricas em carbonatos secundários e ossadas fósseis permitiram a reconstrução de episódios de mudança climática durante o Quaternário nesta Região do Nordeste Brasileiro, sugerindo um período de maior umidade durante o último máximo glacial (AULER & SMART, 1999, p.1).

De acordo com os autores, esses sítios estão preservados e, em alguns casos, encontram-se vestígios de algumas tentativas de exploração de minérios, mas, em sua maioria, as cavernas estão conservadas, visto que os quilombolas não costumam dar o valor científico, histórico, técnico, esportivo e cênico que esses lugares têm. Além disso, o ambiente natural pode servir como um grande potencial de espaço de geoturismo.

Essas e outras características constituem a beleza e o patrimônio de Lage dos Negros e, portanto, não podemos considerá-lo simplesmente como uma comunidade, mas, um território, pois existem elementos culturais que ultrapassam Lage dos Negros enquanto comunidade, e toma-se uma dimensão territorial, seja nos aspectos ambientais ou culturais.

### **3.5 Cultura, memória e juventude quilombola: o espetáculo do Quilombart**

A questão cultural na comunidade quilombola Lage dos Negros traz a dança como importante componente das comemorações. A dança de origem africana constitui elemento da vida cotidiana desses sujeitos. São, portanto, sempre realizadas com grupos para comemorar, seja casamento, nascimento, morte ou promessas. Em geral, há uma participação de gênero e geração. Todas dançam em filas ou em círculos (ANJOS, 2006).



**Figura 6 - Sede do Grupo de Teatro Quilombart**

A cultura popular interliga-se com o saber quilombola, construído no senso comum e que serve de objeto de análise no campo acadêmico. São as formas que eles constroem coletivamente sobre a leitura do mundo, e delas nascem os cânticos e danças que constituem uma diversão constante e prazerosa, a partir de versos e cânticos.

Um dos símbolos identitários da comunidade é a expressão da cultura quilombola, a partir da preparação dos festejos.



**Figura 7 - Imagem de São Gonçalo (E) e Dança de São Gonçalo (D)**

Segundo Anjos (2006, p.78), existem várias danças africanas, e, em cada estado, é construído um tema e seu enredo. “No Brasil, foram preservadas e recriadas tradições coreográficas de origem africana, especialmente quando transferida do sagrado para o profano”.

Hall (1996 apud ESCOSTERGUY, 2010, p. 121) diz que “a cultura popular é uma arena, que é profundamente mítica. É um teatro de desejos populares, um teatro de fantasias populares, é onde nós descobrimos e brincamos com nossas próprias identificações”.

Em Lage dos Negros, uma das versões é a dança de São Gonçalo, que mistura a religião de origem portuguesa com as coreografias acompanhadas com alguns instrumentos musicais típicos (LIMA E GOMES, 2009). A Roda de São Gonçalo é uma das maiores tradições culturais da comunidade. A **brincadeira** começa cedo, com base em todo um preparo, uma organização para a festa, que necessita de tempo, primeiro para a organização da casa, do local da festa e, sobretudo, o preparo da alimentação.

Existem dois tipos de comunicados para a Roda de São Gonçalo. O primeiro é feito aos cantadores, guias e dançarinas, esse com antecedência. A composição desses sujeitos é indispensável para que a roda aconteça. Esse mesmo convite é feito às mulheres que ficam responsáveis pela cozinha. São vários tipos de carnes: bovina, suína, aves e caprinos; e preparos diferenciados, como assado à brasa, cozido ou guisado e frito. No dia anterior à festa, o abate dos animais é realizado pelos homens para alimentação de todos os participantes da comemoração. Já as mulheres cuidam de tratar as vísceras dos animais, também usadas na alimentação.

No dia da brincadeira, fogos de artifício anunciam a roda e, antes mesmo de começar a dança, são servidos os pratos – mocofato e bode, com um pouco de arroz e farinha. As bebidas alcoólicas são para os homens e café para as mulheres. Vale salientar que esse trabalho é exclusivo das mulheres. A dona da casa observa o momento da chegada dos convidados. Ao chegarem, as pessoas são convidadas a aproximarem-se da cozinha, e lá, o prato é feito, servido como café da manhã.

Enquanto isso, os homens estão do lado de fora da casa, na **tenda**, organizando os rituais, que misturam o profano com o sagrado. Esse espaço é reservado para o Santo, São Gonçalo, e para os guias, que ficam bem próximos ao Santo.

O grupo da Roda de São Gonçalo é composto por: vocalista, dois pandeiristas e o violeiro. Ao abrir a roda, os homens tocam os instrumentos, enquanto as mulheres dançam. As letras das músicas estão relacionadas com algumas culturas, plantas nativas e aos aspectos femininos de uma mulher. No momento em que participamos do evento, a Roda estava sendo oferecida para pagar uma promessa.

A Roda de São Gonçalo em Lage dos Negros segue um ritual. A cada execução de cerca de 50 minutos de pulos, há uma parada para os dançarinos e os guias alimentarem-se e beberem pinga ou água.

Lima e Gomes (2009) ressaltam que essas expressões foram estudadas, principalmente, por Giffoni (1964). A Dança de São Gonçalo, no Brasil, tem peculiaridades – gênero, geração e participação, mas também muitas similitudes. A organização dos passos, conforme Giffoni:

“é tradicional a presença do Santo no altar, armado especialmente para este fim; o acompanhamento de viola; a disposição inicial dos participantes em duas colunas ou fileiras; a realização de evoluções várias, sob a direção de guias, que são geralmente os violeiros; a apresentação de canto; a existência de orações iniciais e finais e o oferecimento da dança; a divisão desta em partes, quase sempre separadas por intervalo; a presença predominante de mulheres no Norte, Minas e Goiás, de pares nos demais Estados e homens em algumas regiões de São Paulo; a sua execução 4 comumente, à noite, no sábado, véspera de dias santos ou feriados, por ser demasiadamente longa” (GIFFONI, 1964 APUD LIMA E GOMES, 2009, p.3-4).

Na dança de São Gonçalo em Lage dos Negros, as mulheres vestem saias rodadas e os homens vestem roupas comuns. O ritual da dança dura o dia todo, intercalado de intervalos. Nas paradas, sempre é servido um tipo de alimento. A parada para o almoço é anunciada com foguetes. Já as dançarinas fazem o movimento da meia-lua.

A rigor, a roda envolve pessoas da terceira idade, jovens e crianças. Para Anjos (2006), essa participação favorece a permanência da cultura. A inserção da juventude tem uma importância simbólica, pois os jovens farão o processo de sucessão cultural.

Além dos rituais tradicionais, os jovens constroem novas formas de expressão, como é o caso, em Lage dos Negros, da formação do Teatro e Dança Quilombart. Esse grupo é composto por adolescentes e jovens quilombolas.

Para muitos da comunidade, o Teatro Quilombart é uma pequena amostra da expressão cultural dos talentos que possui a comunidade, visto que existem outros grupos que articulam a musicalidade, as danças, entre outras manifestações.

Dessa forma, a identidade é (re)significada a partir dos elementos que trabalham a estética, da sua luta e a (re)afirmação da ancestralidade africana. Alguns roteiros são construídos a partir da musicalidade da cultura de massa que percorre nos discursos das letras das músicas os aspectos étnicos e, muitas vezes, são melodias construídas pelos quilombolas.

É interessante notar que existem dois aspectos simbólicos incutidos no Teatro Quilombart. A primeira parte demonstra a importância da mobilização da juventude e, ao mesmo tempo, a construção da autoestima deles. Para Santiago da Silva (2000, p.88), a autoestima trata das representações sociais, ou seja: “de fenômenos referenciais às conceituações, percepções, avaliações e sentimentos do indivíduo com relação a si próprio. Refere-se ao autoconceito e autoconcepção”.

De certa forma, o Teatro Quilombart busca o autorreconhecimento e, atrelado aos elementos de pertença, representa ao outro como eles são vistos, mas também como desejam que os reconheçam. Por outro lado, não deixa de ser um ato político e, ao mesmo tempo, educativo, pois trabalham nos seus conteúdos teatrais a importância do negro na história do Brasil e suas produções culturais.

O segundo elemento simbólico inculcado no teatro é a questão econômica. Algumas vezes, o grupo recebe um cachê pelo serviço da apresentação. No momento da pesquisa de campo, a quantia era insignificante, todavia, os jovens quilombolas tem muito talento para ser potencializado. Um exemplo desse potencial é a jovem Raísa Ribeiro, que, no ano de 2013, participou do filme *As meninas do Araripe*, que mostra o potencial do turismo na comunidade de Lage dos Negros como uma das áreas que podem movimentar a economia local, além dos pequenos pontos comerciais e da feira livre.

Lage dos Negros, antes da seca da década de 1960, era baseada na agricultura, e mantém relações comerciais com o município de Juazeiro da Bahia, onde havia trocas de mercadoria e comercialização de alguns. Os quilombolas, em meados dos anos 1900, plantavam feijão, mamona, milho, mandioca, e, no período do inverno, cultivavam arroz. Sua pecuária era extensiva, seus primeiros moradores produziam tanto quanto os fazendeiros da época. Mas, com a seca de 1960, muitas coisas mudaram, entre elas a dependência financeira dos sujeitos para sobreviver. Com a chegada dos garimpos, a população do território de Lage dos Negros foi aumentando, e houve a necessidade de construir armazém e estruturar uma pequena feira livre aos domingos.

Nessa feira, as 34 comunidades que ficam em torno do povoado trazem seus produtos para comercialização. Na feira livre, tem de tudo. Atualmente, encontramos elementos do passado, bem como alimentos de hábitos alimentares das grandes cidades. Além disso, com a chegada da renda do programa governamental Bolsa Família, o poder de compras das famílias pobres aumentou muito, aquecendo a economia desse território.

### **3.6 A feira em Lage dos Negros**

Após sua organização social e política, em meados de 1860, houve a necessidade da organização econômica, visto que a cidade passou a fazer parte da Rota de Minérios e precisava comercializar, bem como criar um espaço de socialização dos acontecimentos dos ambientes circunvizinhos, das trocas de sementes e animais.



**Figura 8 - Feira Livre em Lage dos Negros**

Após um tempo, concretizou-se, aos domingos, como ambiente simbólico das relações econômicas de troca, venda, produção e distribuição de bens e serviços. Esse ambiente que concretiza as relações comerciais é um fenômeno que acontece aos domingos, na praça, próxima ao mercado, construído nos anos de 1920.

O dia da feira livre de Lage começa às 6h e segue até às 14h, quando tem mercadoria, uma vez que existem feirantes de todos os produtos e de todas as localidades, inclusive das cidades de Juazeiro e Campo Formoso, com produtos industrializados.

Já as comunidades negras rurais, vendem os produtos alimentícios locais, na sua maioria: carnes, peixes, animais vivos, sandálias artesanais, farinha, feijões, frutas e verduras. “A feira seria uma instituição do sistema econômico pertencente à subárea de distribuição de bens e mercadorias” (MOTT, 2000, p.24).

Em Lage dos Negros, observamos que a feira constitui-se num ambiente de descontração, onde as pessoas preparam-se para o momento da compra, principalmente no que se refere à estética da mulher. Além disso, os homens aproveitam o ambiente para ingerir bebidas alcoólicas e apreciar algum alimento sólido, por exemplo, as carnes assadas. Além da feira como um ambiente de lazer, temos também, nesse território, o Rio Pacuí.



### 3.7 O lazer dos quilombolas: Rio Salitre e o Rio Pacuí



**Figura 9 - Crianças em momento de lazer no Rio Pacuí**

Caracterizado como tempo livre, o lazer dos quilombolas no território de Lage, baseia-se em jogos de futebol aos domingos e feriados, ou então passeio nas tocas que existem. Além disso, o pouco de água corrente do Rio Pacuí, em vários momentos, servem como espaço de socialização e diversão.

As famílias de Lage dos Negros tomam uma condução, em muitos casos, com a família e vão se divertir. Além do Rio Pacuí, no território, ainda encontram-se trechos de água na Gameleira do Dida. Com o avanço do desmatamento, o lazer dos quilombolas está comprometido.

A região era composta por pequenos rios, que, devido aos desmatamentos, acabaram desaparecendo, restando apenas os leitos secos. Apenas na localidade de Gameleira do Dida ainda encontram-se alguns trechos dos rios com água. O único rio permanente da região, na contemporaneidade, é o Pacuí, que se origina em nascentes situadas a poucos quilômetros a leste da Toca da Boa Vista, mas, com o desmatamento, sua beleza está acabando, e, com ela, a ecologia dos saberes étnicos em torno dos conhecimentos sobre a natureza.

### 3.8 Ecologias dos saberes quilombolas

A ecologia dos saberes quilombolas, no campo epistemológico do debate da extensão, traz à tona a necessidade que deve existir entre extensionistas e quilombolas, pois, nessa comunicação, vêm as representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural, pois há uma possibilidade de construir o diálogo entre conhecimento científico e popular. Percebemos que Sousa Santos (2009, p.40), ao denunciar o **epistemicídio**, afirma. “Toda a

ignorância é ignorante de certo saber e todo o saber é a superação de uma ignorância particular”.

Sousa Santos (2009), ao expor cinco ecologias dos saberes: ecologia dos saberes; ecologia das temporalidades; ecologias dos reconhecimentos; ecologias das transescalas e; ecologia das produtividades que procurou possibilitar um novo olhar para os sentidos dado ao conhecimento do senso comum, e nos fazer refletir sobre o modelo hegemônico dado à construção da ciência.

No âmbito da extensão rural, espaço singular para elucidar o encontro dos conhecimentos filosófico, religioso, ciência moderna, arte, cultura, entre outros, não podemos negar os saberes dos quilombolas sobre as suas formas de saber fazer, os aparatos domésticos, como é caso do fogão a carvão, em seu conhecimento da física para compreender a condução da temperatura.

Ao mesmo tempo, esses tipos de conhecimento sobre a confecção artesanal de vasouras, esteiras estão em constantes ameaças de desaparecer, pois, a palmeira, o ouricuri, está na lista das possíveis plantas que podem entrar no rol das que estão em extinção. Isso decorre do desmatamento da Caatinga, que, a cada dia, avança as áreas das comunidades quilombolas, sobre a defesa do crescimento do agronegócio. Outro exemplo emblemático são as sandálias fabricadas por um artesão de Lage dos Negros, demonstrando que seus saberes são dignos de respeito como qualquer outro.

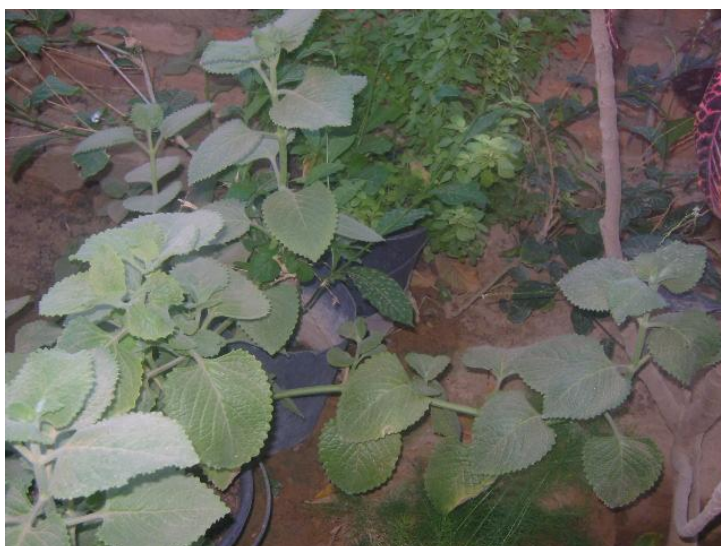


Figura 10 - Planta Medicinal: hortelã graúdo

A realidade sobre os saberes quilombolas versa, em sua maioria, sobre o conhecimento da mata, seus animais, época propícia de produção, bem como sua forma de expressão a partir

dos usos das plantas da Caatinga nos preparos fitoterápicos. Essas práticas são multiplicadas, e, no início do século XX, foram responsáveis por salvar vidas, pois não existia transporte e nem profissionais da saúde nesse território. A cura das doenças ficava aos ofícios dos curandeiros, rezadeiras e dos Pais de Santos.

Além dessa realidade, outro equívoco do processo de modernização gira em torno da homogeneização da arquitetura quilombolas, correndo-se o risco de reduzir-se a sabedoria quilombola sobre arquitetura em casas homogêneas dos programas de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida, do governo federal, que homogeneiza a arquitetura, e também, constrói novas práticas sociais de construção das casas, visto que a sociabilidade do Amassa o Barro acaba sendo algo do passado, apenas elemento necessário para ser lembrado, e não revivenciado. Por isso, apresentamos, no próximo capítulo, as representações sociais sobre a extensão rural no território de Lage dos Negros como sentidos que devem ser ancorados os serviços de extensão rural.

## CAPÍTULO 4 - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS QUILOMBOLAS SOBRE A EXTENSÃO RURAL

Neste capítulo, apresentam-se, a partir da produção de discurso, as representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural na comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros, em Campo Formoso - BA. Assim, trataremos sobre a análise dos resultados desta pesquisa. Os dados foram coletados a partir das entrevistas e, aqui, apresentamos os resultados sob a forma dos discursos dos sujeitos entrevistados a partir de cinco Formações Discursivas (FD), as quais representam os sentidos e as significações da produção de discurso dos entrevistados.

Por sua vez, os roteiros das entrevistas foram subdivididos em blocos, posteriormente agrupados a partir dos primeiros questionamentos da pesquisa. Às vezes, mesmo tendo uma pergunta elaborada, percebemos que os sujeitos não sabiam de qual assunto estava se tratando, apresentando silêncio, pausa na fala e expressão facial de não compreensão dos questionamentos. Houve, também, momentos em que os sujeitos buscaram exemplificar suas representações como forma de respostas aos questionamentos, fazendo citações exemplares.

Esses discursos representam a fala de nove quilombolas, homens e mulheres. No que diz respeito aos extensionistas, foram entrevistados cinco sujeitos, e analisamos sua formação discursiva em torno da profissão e sua percepção sobre os quilombolas de Lage dos Negros.

**Tabela 1- Identificação dos quilombolas entrevistados quanto a gênero, idade e escolaridade**

Parâmetro	Porcentagem
Sexo	
• Masculino	56% = 5
• Feminino	44% = 4
Idade	
• 22-33	33% = 3
• 34-65	67% = 6
Grau de escolaridade	
• Alfabetizado	67% = 6
• Ensino médio	11% = 1
• Ensino Superior Incompleto	22% = 2

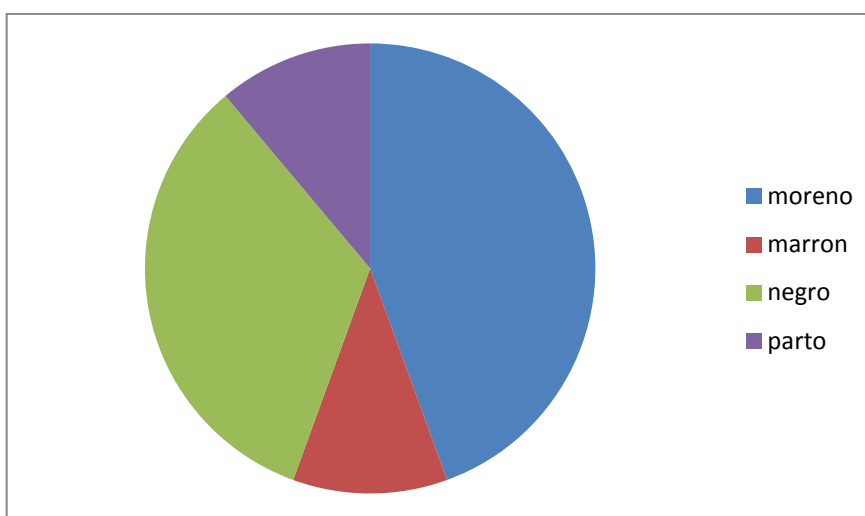
Dentro dos parâmetros da Teoria das Representações Sociais, utilizamos a Análise do Discurso (AD), a fim de elucidarmos as representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural. Em consonância com o discurso, foi possível trabalhar com alguns conteúdos silenciados na comunidade sobre as representações sociais da identidade quilombola, mas que vieram à tona a partir da técnica de observação. Observa-se, portanto, que, no cotidiano, há um intenso movimento e construção do conhecimento popular interlaçados com o conhecimento científico (MOSCOVICI, 2003).

#### 4.1 Análise do Discurso dos quilombolas de Lage dos Negros

A partir da pesquisa sobre as representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural, estava contido, no roteiro de entrevista, no bloco de identificação, perguntas relacionadas a idade, estado civil, sexo e cor. Esse último aspecto consideramos, no nosso caso, o mais importante, visto que a construção do **eu**, no discurso, é influenciado pelo **outro** e sintetiza o processo de construção da identidade. Às vezes, observamos discursos sob a ótica de não retratação do sentido que os outros dão ao negro, de forma pejorativa e, muitas vezes, como jogar ofensas verbais contra outrem em Campo Formoso. Nesse caso, refere-se à questão do ser negro como sinônimo de algo negativo, ruim e pejorativo (GOFFMAN, 1891).

Goffman (1891, p. 27) chama a atenção que essa forma de aceitar o sujeito que tem estigma particular favorece o estigmatizado a perceber que “não deve apenas se oferecer, mas deve, também, ser aceita. Algumas vezes, é claro, a iniciativa do último passo parece ser tomada pelo normal”.

Gráfico 1 - (FD) Identificação dos quilombolas quanto à cor, gênero e idade



FONTE: entrevista realizada em 2013

No que concerne à cor da pele, percebemos que a maioria dos entrevistados se identificou como moreno. Essa identificação, podemos supor – diante das outras informações coletadas com a observação direta e participação no cotidiano, parte do pressuposto que ser negro soa a inferioridade e está relacionado a coisas negativas. Essa afirmação da identidade quanto à relação étnica diz respeito à ideologia do branqueamento no Brasil, bem como à discriminação racial do seu povo, negando as características do ser negro (SILVA, 2000).

Comitadamente, ao analisarmos os dados do último censo do IBGE, verifica-se que essa percepção da autodeclaração do ser negro é bastante negligenciada. Ora, em Campo Formoso, apenas 2.840 sujeitos declararam-se negros, afirmando uma contradição, tendo em vista que, no universo da população de Campo Formoso com mais de 60.000 habitantes, existe um percentual significativo da população negra, no total, são 34 comunidades quilombolas, sendo que essa população ultrapassa mais de 12.000 habitantes no território de Lage dos Negros.

Nessas afirmações dos quilombolas, percebemos a construção das representações sociais dos negros baseadas no discurso de que o negro não é visto como algo positivo perante a sociedade brasileira, sobretudo no município de Campo Formoso. Diante do exposto, a concepção dos quilombolas sobre a questão do ser negro segue a lógica da sociedade brasileira e sua estrutura social, que “determinam o campo das comunicações possíveis dos valores ou das idéias compartilhadas pelos grupos e regem, subsequentemente, as condutas desejáveis ou admitidas” (MOSCOVICI, 1978, p.51).

Esse elemento da comunicação no campo das representações sociais, de certa forma, está inserido no contexto da sociedade e suas formas na construção da identidade, e interfere na perspectiva social e política. Para Dubar (2011), na sociedade contemporânea, existe uma crise das identidades, uma vez que há uma elite intelectual que cria seus parâmetros, e isso é colocado em evidência nas relações sociais estabelecidas entre sujeitos e instituições.

Trabalhando o pensamento de Goffman (1985), Dubar aponta a crise de identidade relacionada ao outro, consequência da crise de dominação. Essa crise apresenta, então, uma nova reconfiguração das relações sociais, ou seja:

Trata-se de uma crise da relação com o outro, uma crise de um modo de dominação dos brancos sobre os negros, dos homens sobre as mulheres, dos ricos sobre os pobres, dos normais sobre os estigmatizados, como tão bem mostrou Erving Goffman (DUBAR, 2011, p. 183).

A construção da identidade quilombola frente às múltiplas representações sociais do negro leva em consideração os aspectos da cultura, memória, educação e ancestralidade. Pois a identidade não é algo estático, ou simplesmente elementos da auto declaração; antes de qualquer coisa, é um processo dinâmico que passa por transformações constantes (O'DWYER, 1995).

De acordo com Silva (2000, p.87), a formação da consciência negra é fruto das relações sociais estabelecidas entre sujeitos e instituições e suas representações sociais. “Já a identidade étnico-racial ocorre num grupo, cujos membros possuem seus próprios olhos e diante dos outros, uma identidade distinta, enraizada na consciência de uma história de uma origem comum”.

Por sua vez, ao perguntarmos aos quilombolas de Lage dos Negros as representações sociais dos sujeitos de Campo Formoso e Juazeiro sobre as imagens deles, percebemos que são carregadas de sentidos e com certo teor de preconceito. Decerto que as representações sociais dos outros sobre o **eu** vem carregada de vários discursos, que também diferem quando o sujeito tem interesse em se manter na posição privilegiada ou não.

Nesta análise, procedemos a partir da seleção de depoimentos sobre o sentido concebido dos sujeitos de Lage dos Negros. Para tal, utilizamos os nomes populares das árvores da Caatinga. Assim, doravante, denominaremos os codinomes dos quilombolas nas entrevistas Q-Quilombola, seguidos dos nomes das plantas da Caatinga, algumas já ameaçadas de extinção pelo desmatamento. Seguem: Q-“Pau Pereira”; Q-“Quebra Facão”; Q-“Umburana de Cheiro”; Q-“Alecrim de Vaqueiro”; Q-“Jurema Preta”; Q-“Pau de Roda”; Q-“Pra Tudo”; Q-“Sete Cascas”; Q-Pau D’arco”.

**Tabela 3 - (FD) Sentidos que os quilombolas atribuem a si mesmo de acordo o discurso dos outros**

As representações sociais dos quilombolas	
Sujeitos	Depoimentos
Q-Pau Pereira	“Como gatinha, não sabe de nada, no deserto, menosprezado”
Q-Quebra Facão	“Olha, têm uns que têm uma boa presença, outros têm preconceito com a gente. Eles falam da gente: ‘aqueles negos da Lage’, pedintes”
Q-Umburana de Cheiro	“O preconceito ainda não acabou não. O preconceito não acabou ainda não, moça.”
Q-Alecrim de Vaqueiro	“Eles veem nós na situação que nós somos, assim, fraco, pobre, né? Eles já conhecem, eles separam a gente do povo da cidade. Eles falam logo: ‘aqueles fracos pobres’, eles só vêm aqui de quatro em quatro anos, dona! Na época da política que eles enxergam bem. Eles chegam, depois viram as costas”.
Q-Jurema Preta	“Veem como fraco, pobre. Só vê o voto”.
Q-Pau de Roda	“Pessoas violentas, muitos chamam: nego da Lage. O pessoal da Gameleira não gosta de povo de Lage”
Q-Pra Tudo	“Vê a gente como incapaz, pobres; o povo de Campo Formoso diz isso”
Q-Sete Casca	“Neguinho da Lage. Eles dão atenção quando vai comprar alguma coisa por conta do dinheiro”

Analisando o discurso dos quilombolas sobre as representações sociais deles a partir do olhar das outras pessoas, que estão nas proximidades, percebemos que, no universo de nove sujeitos, apenas um acredita que há sentidos positivos nesses **olhares**, ou seja, o discurso contra-hegemônico da imagem do negro na sociedade brasileira.

Para Andrade (1998, 41), uma das questões que deve ser levada em consideração na construção das representações sociais da identidade é “como penso que os outros me veem”, visto que a identidade apresenta-se a partir da totalidade das produções psicossocial das relações do plano individual e coletivo.

Nesse caso, a cor da pele, bem como as condições sociais de negação do estado perante essa população servem de critério para classificá-los como “sujeitos incapazes”, com o ar e tonalidade de inferioridade perante outros grupos sociais. Esse povo, sua geração, convive o tempo todo com palavras pejorativas dirigidas a eles por pessoas de outra cor, seja do território de Lage, como é o caso dos sujeitos brancos que moram na Gameleira do Dida, seja por sujeitos brancos que moram em Campo Formoso e Juazeiro.

Nas atividades de campo, tivemos a oportunidade de conviver com crianças, adultos, homens e mulheres, seja na comunidade ou em encontro nas cidades de Juazeiro e Campo Formoso. As expressões faciais variaram a depender do ambiente, do local onde o **eu** falava. Os quilombolas de Lage se “sentem felizes e donos de si na sua comunidade”, já no território alheio, mostram-se “tímidos perante a adversidade”, diante de tantos preconceitos vivenciados. “O discurso que elege a raça como determinante no processo civilizatório do Brasil tem uma gênese na segunda metade do século XIX, refletindo a infância das teorias racistas em voga na Europa e nos Estados Unidos (ATAÍDE DE ALMEIDA, 2002, p. 139).

Mesmo no século XXI, no contexto das comunidades remanescentes de quilombos, a imagem do negro continua sendo a figura da pobreza no Brasil. Segundo Moscovici (2003, p. 168), existem elementos que definem a identidade a partir dos processos da construção da historiografia de um grupo. Para tanto, entender suas representações significa compreender que, por vezes, “as pessoas são vítimas de preconceitos, são enganadas por alguma ideologia ou forçadas por algum poder”.

Os quilombolas sofrem preconceito por conta da cor e conseqüentemente lhes são negados todos os tipos de acesso aos serviços. A depender da situação, são considerados pessoas que vivem na linha da pobreza. Por conta disso, o governo federal tenta investir em



programas paleativos<sup>15</sup> para minimizar as desigualdades sociais por que passam os quilombolas na Bahia e no Brasil afora.

Para Bauanin e Dedecca (2011), existem dois tipos de pobreza: a pobreza absoluta – é ter menos do que o mínimo – e a pobreza relativa, que é ter menos que os outros sujeitos da sociedade. Essa pobreza rural tem suas origens e persiste até hoje na sociedade brasileira.

A pobreza apresenta uma complexidade que advém de suas origens, suas causas e determinantes, estando associada à dinâmica da reprodução, da persistência e consequências. Na pobreza existe uma insuficiência de dotações: direitos, cidadania, infraestrutura, riqueza, bens imateriais e materiais. Os critérios empregados para identificá-los tratam-se dos rendimentos, de necessidades básicas e dimensões subjetivas, o que resulta num sentido multidimensional da pobreza( BAUANIN E DEDECCA 2011, p.68)

Ao indagarmos os quilombolas de Lage dos Negros como se sentem na comunidade, tendo em vista os adjetivos pejorativos que eles recebem dos sujeitos exógenos, obtivemos algumas respostas que apontam a relação de poder como algo subjetivo da inclusão/exclusão (SAWAIA, 2009, p.118).

Passamos a analisar o discurso dos quilombolas quanto ao lugar, a posição que o **eu** fala no processo dessa construção da pobreza, relatada como umas das representações sociais do **outro** sobre os habitantes do território de Lage do Negros. Para o entrevistado, Q-Alecrim de Vaqueiro, ao ser interrogado sobre como se sente em Lage dos Negros: “A gente sente, na situação que vive no lugar, que está faltando tudo, precisando de saúde, segurança. Vive aqui porque não tem outro lugar para ir morar. A gente precisa de tudo”.

Essa negação dos direitos é notória, desde o acesso das sedes dos municípios de Campo Formoso e/ ou Juazeiro até chegar em Lage dos Negros. Ao chegar, percebemos o processo de negação dos direitos, a falta de tudo, pois os representantes de Campo Formoso, com base no entrevistado Q-Pau Pereira, só aparecem em Lage dos Negros quando é tempo de eleições.

Aqui não tem nada. Precisamos de emancipação. Precisamos de alguns recursos: ter hospital, ter cartório, de tudo aqui na região, ter construção. Só falta quem puxe as coisas, né? É. As grutas bonitas para os turistas olhar, visitar. O lugar que tem mais gruta é aqui nessa região nossa. Várias grutas, tudo aqui...vir visitar.

Quando o caso é educação, o discurso mapeia o lugar da negação; a educação está precária e longe da perspectiva de um ensino de qualidade.

---

<sup>15</sup> São Programas que tentam apaziguar as desigualdades sociais, inserido os sujeitos em Programas para manter o mínimo, o caso da bolsa família, e possibilita inserção produtiva - Brasil sem Miséria.

Aqui temos escola, posto de saúde, nós temos colégio. Na parte da saúde é mais devagar. Teria que vim tudo, a escola é muito fraca. A escola continua negligente, é meio devagar. Quando o menino sai meio andado daqui, ele vai aprender lá fora, ele vai aprender a viver, a estudar. Aqui não tem faculdade e nem em Campo Formoso. A escola daqui teria que vim tudo, porque os que têm aqui ainda tão franca. Quando o menino sai daqui, meio caminho andado, ele vai desenvolver lá estudar. Muitos que tem o interesse de chegar até o final chegam. Quem não tem abandona. Dentro de Campo Formoso mesmo, não tem faculdade. É preciso cair fora. Aqui vai saindo e vai arrumando os espaços lá fora, como eu tenho filha, sobrinha, elas chegaram até a se formar na área da saúde, se formaram, para ser enfermeira, mas, fora, uma lá em Salvador e outra em Juazeiro. Elas trabalham na área da saúde. Desenvolveram-se lá fora. Que tinha eu, dinheiro para ver ela formar aqui? Eu não tinha condições de sustentar? Ela arrumou trabalhando, nas casas dos outros, de empregada doméstica. E chegou, continua fazendo a faculdade. Quando você for em casa vou lhe mostrar os diplomas delas ( Q-QUEBRA FACÃO).

Pode-se observar, pelos dados apresentados, que são contingenciados os serviços públicos básicos em Lage dos Negros. Mesmo com uma população grande, nessa comunidade, não há uma escola estadual, apenas um anexo da sede de Campo Formoso, com poucos anos de implantação; e, mesmo assim, faltam professores formados nas disciplinas específicas. Para continuar estudando, o jovem tem que partir, “ir embora”, como é relatado por Q-Quebra Facão. Essas formas ideológicas engendradas na cultura, de certa forma, colaboram para sustentar o *status quo* dos políticos partidários em Campo Formoso, divididos e denominados simbolicamente de “Boca Preta e Boca Branca”. Antes, eram representados pelos animais onça e veado.

Para Moscovici (2003), essa forma de representação mostra o jogo de interesse entre as duas partes. Essa dialética do poder coloca elementos emblemáticos de se compreender o que está na subjetividade dessa primazia da relação simbólica partidária. “As representações sociais estão marcadas pela divisão entre esses dois universos, (consensual e o reificado) até mesmo uma implicação, e o último pela distanciamento, pela autoridade, até mesmo, por uma separação” (MOSCOVICI, 2003, p.198).

Nesse processo, verifica-se que a simbologia se refere, também, aos jogos das relações ético-raciais e pertence ainda às classes socioeconômicas do município de Campo Formoso. Essa forma de representar as relações sociais demonstra que representar traz ao tempo as coisas que estão em silêncio.

O status ou fenômenos da representação social é o de um status simbólico: estabelecendo um vínculo, construindo uma imagem, invocando, dizendo e fazendo com que se fale, partilhando um significado através de algumas proposições transmissíveis e, melhor dos casos, sintetizando em um clichê que se torna um problema (MOSCOVICI, 2003, p.216).

Esse status simbólico da representação social, em que os sujeitos compartilham significado, de certa forma, aponta que, em Lage dos Negros, os habitantes são também coparticipantes das negligências da representação política. Em muitos casos, o que eles mais desejam é um trabalho, como afirma Q-Pau Pereira. “Aqui precisa de trabalho, de emprego e chuva. Se estivesse chovendo, você não ia ver homem aqui parado”.

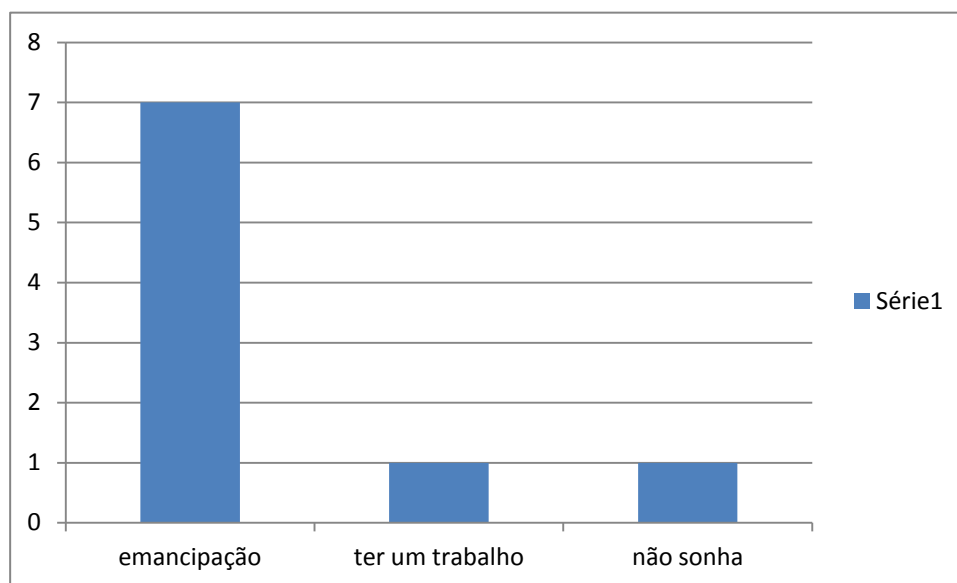
Já o entrevistado Q- Sete Cascas, ao comentar sobre o mesmo assunto, acesso ao trabalho, afirma, no seu discurso, ser Lage dos Negros um “lugar da gente, fraquinho”. Mesmo assim, os quilombolas de Lage dos Negros afirmam ser a comunidade um lugar onde as pessoas se sentem bem.

O sentido dado ao sonho, em sua maioria, é permeado pela emancipação. Para os quilombolas de Lage dos Negros, a independência na esfera do poder executivo pode amenizar a forma de tratamento dado aos serviços públicos: na saúde, educação, vias de acesso, transporte, habitação e nos projetos que são para esse lugar. Qual o sonho?

O sonho nosso é emancipar. Emancipação porque a gente acha que, através disso, pode vir tudo: um cartório em primeiro lugar, um fórum, vir um banco. É obrigatório vir a nossa verba. De acordo com a nossa renda, fazer cartório, nosso banco, nosso prefeito e ter a prefeitura. Gente sabida a gente tem lá fora, na hora de fazer o requisito dela, para dizer que vai ser chamado gente, a gente tem gente até no exterior; são essas pessoas os primeiros a ser chamados para aqui, para dentro, esses sabidos, para fazer a coordenação, né? (Q-QUEBRA FACÃO).

Buscando demonstrar as representações sociais da concretização da gestão no local quilombola com uma expressão marcante do abandono e esquecimento, acredita-se que só podem ser modificadas a partir do processo de aproximação entre o recurso que chega dos governos estadual e federal e a execução do serviço. Como mostra o gráfico abaixo.

**Gráfico 2: A representação social da relação da independência política ancorada no sonho e objetivada pelo desejo de mudança na representação política, desejo coletivo.**



Fonte: entrevista realizada em 2013

Dentre as limitações encontradas no processo de emancipação, o projeto de Lei 416/08 dos deputados, destacam-se: o marco legal do Território de Lage dos Negros – Comunidade Remanescente de Quilombo e receitas de arrecadação própria, com os custos previstos para saúde e educação, de acordo com a constituição. Para Moscovici (2003), o elemento que está engendrado nas práticas das representações sociais é a objetivação, pois possibilita a construção do imaginário social e relações psíquicas com as sociais, e dá vida ao social. Já a ancoragem busca classificar os fenômenos sociais e caracterizá-los.

O desejo de emancipação do Distrito de Lage dos Negros é muito forte, e torna-se assunto nos espaços sociais das comunidades. Todos querem emancipar, no entanto, a maioria da população desse território vive do Programa Bolsa Família e, no entendimento dos quilombolas, a emancipação é necessária porque essa pequena renda fica em Campo Formoso.

Foi com base no número de comunidades remanescentes de quilombo que o Ministério de Desenvolvimento Agrário incluiu Campo Formoso na Chamada Pública de Ater: nº 003/2011 DPMRQ/MDA.

O entendimento dos quilombolas sobre a extensão rural traz elementos do processo de construção coletiva, a nova proposta da Lei de Ater, mas também demonstra o sentido do

processo produtivista voltado apenas para a agricultura. Mesmo assim, traz sentido do desconhecimento, como apontam eles:

**Quadro 4 – (FD) As representações sociais e a extensão rural**

<b>O que entende por extensão rural?</b>	
<b>Sujeitos</b>	<b>Depoimentos</b>
Q-Pau Pereira	“Um trabalho com as associações”
Q-Quebra Facão	“Ajuda no acesso à agricultura, poço artesiano, máquinas”
Q-Umburana de Cheiro	“Faz reunião com o povo”
Q-Alecrim de Vaqueiro	“Ter trabalho na comunidade”.
Q-Jurema Preta	“Não entendo nada”
Q-Pau de Roda	“Não sei como trabalha”
Q-Pra Tudo	“Algo que depende de outro setor”
Q-Sete Cascas	“Ajuda no acesso na área deles”
Q-Pau D’arco	“Promover trabalho de capacitação com as famílias”

Fonte: entrevista realizada em 2013

Pelos dados apresentados, pode-se averiguar que há desconhecimento em torno do sentido dado à extensão rural, levando-se em consideração o total abandono das instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado, sobretudo quando esse serviço não dá oportunidade de diálogo. Os quilombolas que tiveram respostas com maior coerência com as teorias sobre extensão rural defendidas por Tauk Santos e Callou (2013) e Brasil (2010) são os mais engajados politicamente nos movimentos sociais. Ainda há desconhecimento por parte do quilombola sobre a extensão rural.

Vale ressaltar que, na objetivação do serviço de extensão rural, os quilombolas criaram uma imaginação de como deveria ser, exemplificando, e, às vezes, colocando no plano prático de que caminhos a extensão rural deveria trilhar. Observamos o discurso dos informantes: ao prosseguirmos com os questionamentos sobre o entendimento por extensão rural, os quilombolas colocam no plano prático a partir da concepção de trabalho, buscando objetivá-lo, produzindo novos sentidos no âmbito das ações da EBDA.

**Quadro 5 – Os sentidos dos quilombolas sobre os extensionistas e sobre a EBDA**

	<b>Como os extensionistas da EBDA deveriam auxiliar a comunidade?</b>	
<b>Sujeitos</b>	<b>Depoimentos</b>	<b>Evidência</b>
Q – Umburana de Cheiro	“Que eles liberassem o dinheirinho, cumprir com as coisas deles”	O atraso no repasse da verba
Q-Quebra Facão	“Uma coisa que não tem aqui é assistência técnica; sai esse projeto aí, mas não tem assistência técnica, não ensina nada, só é pegou e ir embora. Ouvi dizer que o governo liberou uma verba muito grande para a agricultura, para nós, só que não chega aqui, quando	Pouco envolvimento dos extensionistas em ação comunitária

	chega em Bonfim, eles botam o pé em cima e não sai nada para cá para. Para nós fica só no papel. A gente não tem a quem clamar, poderia ser um deputado”	
Q-Pau Pereira	Aqui, o que nós dependia muito era de poço artesiano pra nós. Sem água não desenvolve nada, com a água desenvolve tudo. A própria época de ajudar pode ajudar com maquinário. Na época de plantio, ajudar com maquinário. Mandar dinheiro para ajudar, pois, na época de limpar a terra, limpa com o quê? O trator, coisas mecânicas. Tendo uma mecânica é um grande passo. Agora tem uns atrasos também, como nós estávamos falando, três anos de seca. O bom para nós é, se arrumasse água, esse monte de homem não estava aqui sentado. Todo mundo tinha uma coisa hoje para fazer	Convivência com o semiárido, associada com o processo de extensão rural envolvendo a mecanização agrícola, a partir de incentivos econômicos

Fonte: entrevista realizada em 2013

Enquanto evidência, a extensão rural é colocada nos planos práticos a partir do sentido da nova Ater e da Ater convencional. Constitui-se, aqui, um universo simbólico e imaginário pelos sentidos que os quilombolas dão à extensão rural: redes de serviços socio-técnicos, crédito rural; redes de valores e crenças em torno do trabalho; semiárido e produção em sequeiro.

Ao contradizer uma proposta, supostamente os quilombolas imaginam como a extensão rural deve proceder a partir das especificidades voltadas para uma ação multidimensional com recorte étnico. Prosseguimos, então, com a questão de pesquisa:

Quais as formas, em suas ações, que os extensionistas e a EBDA deveriam ajudar a comunidade?

A resposta emblemática veio do Q-Quebra Facão, à tona o imaginário da construção social a partir da sua vivência cotidiana, embasado em conceitos e experiências do trabalho associativo e da convivência com o semiárido.

Nós não temos mais sisal, se acabou tudo. Três lugarezinhos em Campo Formoso que produz: Lage, São Thomé e Tiquara. O Estado da Bahia é o maior produtor do sisal do mundo; em Valente processa nosso sisal. Só que as produções que vai daqui você não vê retorno. O retorno é só dinheirinho que paga a quilo. Aquele depósito velho que você já viu aqui, ali era para uma bateadeira, e eu me sinto muito enraivado com isso.[...] Por isso aí, você tem que tirar do saído, essa posição que táí. Para onde foi o dinheiro? Ninguém sabe. Porque chegou o maquinário, as prensas [...]. Como é que nós podemos dizer que tem uma bateadeira aqui? Não tem, não bateu nem um quilo de sisal [...] Ave Maria. Se nós tivéssemos, aqui, tinha pegado muito valor, porque o sisal batido tem muito preso [...] Hoje ele caiu muito, porque caiu muito a cultura do sisal aqui, porque morreu, mas só saía bruto; o valor passa dentro de Campo Formoso. Ela recebe o imposto, mas o valor vai criar lá no Valente [...] Vela a estrutura da APAEB toda [...] Aqui merece uma bateadeira, ia ter coisa funcionando, ia pegar muita gente. Pegava 100 pessoas empregadas.

Conforme verificamos no depoimento do Q-Quebra Facão, são apontadas as interfaces dos processos e sentidos da extensão rural, sobretudo os trabalhos associativos e a convivência com o semiárido. Ao mesmo tempo, apontam as interfaces desse processo, intercaladas com as linhas de produção dos sentidos. Por sua vez, o associativismo torna-se as representações sociais.

Ao representarem socialmente o trabalho associativo e, verificando suas práticas, percebe-se que, em Lage dos Negros, há existência de sete associações comunitárias, exceto as outras associações em cada comunidade.

**Quadro 6** - As associações com atuação e endereço em Lage dos Negros, bem como, seus objetivos

Nº	Nome da Associação	Objetivo	Situação
1	Associação Quilombola Fundo e Feixe de Pasto	Registro de Lage na Fundação Palmares	Desativa socialmente e ativa como representação exógena
2	Associação Quilombola Lage dos Negros		Não existem reuniões frequentes e ações sociais
3	Associação Renascer – Quilobombart	Promover espaços de protagonismo juvenil a partir do teatro e dança	Ativa. Reuniões frequentes com os jovens, participação em eventos que debatem a construção da identidade negra
4	Associação de Pais e Mestres (Apame)	-	Desativada
5	Associação Cidadania Rural	-	-
6	Associação de Mulheres	Promover geração de ocupação e renda para as mulheres	As mulheres participam dos espaços coletivos de confecção dos produtos
7	Central das Associações Quilombolas de Lage dos Negros (Ceaclan)	Promover os registros em Lage dos Negros e construir espaços de comunicação	Em ação no campo das suas atividades exégena de comunicação, no entanto, pouca ação endogéna.

Fonte: Pesquisa de campo

Essa tabela mostra, por um lado, como são diversos os interesses pessoais em torno das perspectivas política partidária em Lage dos Negros e seus efeitos em torno da organização social. Parece que esse tipo de representação política, em torno do social, causam desarmonia e divisão na comunidade. Segundo os quilombolas, “isso é um atraso grande, esse número de associações, eu já sugeri mudar. É um balaio que os homens participam de uma e as mulheres participam de outros”.

O imaginário social e o universo simbólico dos quilombolas, em seus grupos organizados no viés das formações associativas, possibilita a relação de poder, bem como o interacionismo simbólico, redes de valores e crenças.

Nesse sentido, essas associações exercem uma relação de poder entre os sujeitos da comunidade e, muitas vezes, fora dela, apontando certa harmonia e, em sua maioria, buscam interesses pessoas partidários. No cotidiano dessas associações, em suas práticas, encontram-se

ações não condizentes com o associativismo, no entanto há também associações que desenvolvem trabalhos sérios e coletivos, sem tanto vínculo partidário e sem **donos**. É o caso do Teatro Quilombart, nos quais os jovens participam, fazem reuniões frequentemente e apresentam peças teatrais em diversos lugares da Bahia.

Além disso, a relação de poder exercida pelos **donos** das associações repercute negativamente nos órgãos estaduais e federais que executam programas e projetos no âmbito das comunidades remanescentes de quilombos, uma vez que “Antigamente um mandava o projeto para lá, outros não tinham o que fazer, ligavam para o órgão e mandava tirar o projeto”.

É importante ressaltar que os quilombolas reconhecem essa fragilidade e tentam construir um concerto em torno da organização política interna. Ao invés de disputar projetos nas instituições, os responsáveis pelas associações se juntam e formam um coletivo. “Algumas vezes, a comunidade, de forma geral, é beneficiada, outras vezes, nem eles mesmos sabem o que acontece com os recursos financeiros” (Q- QUEBRA FACÃO).

Nesse momento, é importante ponderarmos sobre o papel do processo da extensão rural em momentos de levantar, debater, apaziguar e amenizar os conflitos internos, demonstrando o quão graves são os problemas em decorrência das divisões políticas partidárias em uma mesma comunidade. Nesse contexto, apresentamos, em seguida, os discursos dos quilombolas a partir dos extensionistas e da EBDA.

#### **4.2 (FD) Os sentidos no serviço dos extensionistas e da EBDA frente à comunidade**

Dentre as demais declarações, esta que segue é a mais emblemática do ponto de vista das representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural, pelo olhar dos fatores que devem andar na perspectiva desenvolvimentista, mencionado pelo Q – Quebra Facão:

Aonde a gente vê tanto desenvolvimento na área é no Sul. A gente aqui se acaba, com calos nas mãos. Só no cabo da enxada direto. Lá no Sul, tem umas máquinas para ajudar a pessoa plantar e colher, zelar aquela planta, e alivia muito o dono, nessa parte, porque se ele trabalha só puxando a enxada, cinco tarefas hoje (2,2 hectares), como aqui tem um homem de trabalhar 50 até 70 tarefas, mas, que tem família, hoje só trabalha com cinco tarefas. Mas o bom, a maior área que eles bota é de cinco tarefas para o pai e os filhos, para produzir, produção né? Tendo uma mecânica, é um grande passo. Agora tem uns atrasos também, como nós estávamos falando, três anos de seca aqui. O bom para nós é se arrumasse água, esse monte de homem não estava aqui sentado, todo mundo tinha uma coisa hoje para fazer. Amanhã ia para a reunião da Feira, segunda cedo, todo mundo ia para roça trabalhar.

Para Q-Quebra Facão, os elementos que compõem as representações sociais são de mundo distintos, tanto da ancoragem quanto do real, “vivência da roça”, lógica aplazível na



perspectiva da Ater (2010), bem como o desejo, o sonho, a utopia, um modelo mentalmente construído do aspecto do Sul, na perspectiva desenvolvimentista para o campo brasileiro, é o maquinário. No entanto, ele traz à tona a especificidade dos quilombolas, o semiárido como emblemático no aspecto importante no processo da extensão rural. Conviver com esse bioma continua, para quilombolas e extensionistas, um desafio perante os modelos de desenvolvimento de agricultura na Região de Juazeiro-BA.

Os anseios, desejos e representações sociais, segundo Moscovici (2003), são elementos psicossociais da comunicação dos sujeitos. Portanto, controem lógicas que giram em torno do imaginário social dos sujeitos, suas linguagens, bem como de seus objetos.

Todos os elementos apresentados nos discursos dos quilombolas buscam novas veias como instrumento de desenvolvimento da comunidade, construídas a partir das experiências individuais, mas com a objetivação com algo coletivo, pelo menos para beneficiar a maioria, respondem eles, apresentados os discursos de como a EBDA e seus respectivos técnicos tem um papel importante a cumprir nessa comunidade.

**Quadro 7** - As representações sociais dos quilombolas sobre as ações da EBDA em torno da Extensão Rural

	<b>Como vocês acham que a EBDA deveria trabalhar?</b>
<b>Quilombolas</b>	<b>Depoimentos</b>
Q-Jurema Preta	“O dinheiro falta sair, R\$ 1.400”
Q-Pau Pereira	“Colocar os técnicos aqui para desenvolver a área rural”
Q-Alecrim de Vaqueiro	“Ter assistência técnica aqui”
Q-Pra Tudo	“Ter técnico para ajudar e orientar”
Q -Quebra Facão	“A própria época de ajudar, pode ajudar com maquinário. Na época de plantio, ajudar com maquinário. Manda dinheiro para ajudar, pois, na época de limpar a terra, limpa com o quê?”
Q-Umburana de Cheiro	“Antes quando eles chegaram, deveriam passar mais informação, o que é a EBDA, como eles trabalham, qual era o benefício para cada lavrador? Passar mais informação”
Q-Pau de Roda	“Se viesse com vontade de fazer, eles só vieram prometendo. Eles sumiram, só andam em Campo Formoso fugindo. Quando vê os neguinhos da Lage chegar, eles fogem”
Q-Pau D’arco	“Dando mais formação, capacitando as pessoas em relação a projeto, aos direitos e deveres das comunidades e povos tradicionais. Porque, assim, muitas pessoas vêm e pegam seus dados e não diz nem porque é que quer seus dados, não dá nenhuma formação, as pessoas dão seus dados sem informação nenhuma”
Q-Sete Cascas	“Ter boa vontade”

Fonte: entrevista realizada em 2013

Percebe-se, no discurso dos quilombolas, que o compromisso dos extensionistas, bem como da EBDA, deixa a desejar, seja pela forma e abordagem da comunicação, desconhecimento de forma geral sobre o projeto, bem como as poucas vezes que de fato se teve a presença deles em Lage, com objetivo e formas de parcerias para que as coisas aconteçam na comunidade. Para os quilombolas, a fase de consolidação do projeto, dar-se-

á na práxis, ou seja, o diálogo constante entre o que está escrito no projeto com o cotidiano dos extensionistas em Lage dos Negros. Essas colocações dos quilombolas mostram a precariedade do processo de assistência técnica e extensão rural via chamada pública.

Para Caporal (2011), existem vários problemas de ordem metodológica e sociotécnica que giram em torno das chamadas públicas destinadas ao processo de Assistência Técnica e Extensão Rural. Entre eles, o autor destaca: a precarização do trabalho, a falta de formação dos extensionistas e o tempo de duração, dois anos, prorrogados por mais dois. Por sua vez, isso implica a construção do processo da dialogicidade da extensão rural; com esse tempo, não dá para prestar um serviço de qualidade, visto que, na maioria dos casos, os sujeitos envolvidos no processo não se conhecem.

Além desses aspectos, existem os assuntos relacionados ao reconhecimento do local de trabalho, as relações que os sujeitos possuem em torno de si em volta da ecologia ambiental. Esses aspectos tornam-se emblemáticos no processo de construção dos sentidos da extensão rural em torno do desenvolvimento sustentável, por exemplo, a memória biocultural dos quilombolas.

#### **4.3 (FD) Os sentidos dados à memória biocultural da resistência e suas representações**

Os discursos dos quilombolas de Lage dos Negros sobre a memória biocultural estão objetivados a partir do primeiro morador, Luizinho, conhecido também como Pedro Lages. No ano de 1862, esse homem negro comprou uma propriedade nas mãos do fazendeiro Fagundes de Barros. Em seguida, a comunidade passou a ser habitada por outros negros que fugiam e eram abrigados naquele espaço. Eles plantavam feijão, mamona, milho, mandioca, e, no período do inverno, plantavam até arroz. O arroz era pisado no pilão pelas mulheres para poder cozinhar.

Segundo Toledo (2008), o homem se diferencia das outras espécies biológicas devido às suas interações sociais e ecológicas, como explicitamos na trajetória da construção de Lage dos Negros. Por sua vez, os quilombolas sabem expressar a importância das espécies dos animais e vegetais para a manutenção deles. Essa memória diferencia-se dos outros seres vivos, pois é especificidade do homem e da mulher a capacidade cognitiva e linguística (TOLEDO, 2008).

Nesse sentido, à luz da análise do discurso que os quilombolas expressam sobre suas relações com a natureza, as lembranças do passado constituem-se emblemáticas nas suas representações sociais, como mostra Memória Quilombola 02. “Eles arrancavam a batata do umbuzeiro e fazia doce. O Juazeiro era queimado, fazia cinza e dali fazia o sabão, a palha do

licuri raspava e fazia farinha, bem na época da seca. Nós quebrávamos o licuri, pisava no pilão e temperava o feijão, o arroz”.

Na sua entrevista, a quilombola nos fala da sua relação com a natureza, a abundância do ouricuri, bem como sua importância não só na alimentação das aves da Caatinga, mas também na alimentação dos seres humanos desse bioma. A aproximação dos sujeitos com o ambiente é tão profunda que alguns teóricos, a exemplo de Toledo (2008), afirmam se tratar de um etnoconhecimento.

De todas las expresiones que emanan de una cultura, los conocimientos sobre la naturaleza conforman una dimensión especialmente notable, porque reflejan la acuciosidad y riqueza de observaciones sobre el entorno realizadas, mantenidas, transmitidas y perfeccionadas a través de largos períodos de tiempo, sin las cuales la supervivencia de los grupos humanos no hubiera sido posible. Se trata de los saberes, transmitidos por vía oral de generación en generación y, en especial aquellos conocimientos imprescindibles y cruciales, por medio de los cuales la especie humana fue moldeando sus relaciones con la naturaleza ( TOLEDO, 2008, p.20).

As relações sociais e ecológicas, em Lage dos Negros, estão passando por processo de transformações, tendo em vista que o agronegócio em torno do Rio São Francisco está expropriando os quilombolas e mudando a paisagem natural, como considerado nas falas da Memória Quilombola A: “Nós passávamos para catar umbu, para pegar vara, hoje a gente não passa mais, pois os herdeiros pegaram tudo. Nós passávamos para tirar lenha”.

Em seus discursos, percebemos as interações dessa mudança em torno da relação com o meio ambiente, e suas consequências danosas com os sujeitos que ali residem. Além de perder toda a biodiversidade das espécies: animal e vegetal perdem também as formas de se alimentarem. “O pessoal daqui era saudável, não tinha e nem conhecia frango, não esses venenos. Não se criava menino bebendo leite. Eu não crie minhas filhas bebendo leite. Também o pirão da abóbora, as comidas daqui era tudo diferente” (Q-QUEBRA FACÃO).

Os quilombolas, em seus discursos, reconhecem a diminuição dos leitos dos rios em decorrência do desmatamento e dos plantios de algaroba, no entanto alguns pensam em mudar a relação com a natureza, outros apenas acham que o problema decorre do desejo divino. A seguir, apresentaremos alguns elementos dessas representações e suas objetivações.

**Quadro 8:** As representações sociais dos quilombolas sobre a memória biocultural

<b>O que mudou em Lage dos Negros nos últimos tempos?</b>		
<b>Sujeitos</b>	<b>Depoimentos</b>	<b>Objetivação</b>
Q-Pau Pereira	“O desmatamento tem aumentado e o Rio morreu”	O avanço da destruição do Bioma da Caatinga
Q-Quebra Facão	“Antes de desmatar aqueles paus, aqui tinha água. Aqui hoje, em nosso entorno, só temos promessas daquele projeto do meio ambiente. Esse projeto era para reflorestamento na margem do rio, até hoje ninguém ouviu falar.[...] Veio o projeto em nome do Salitre até a Gameleira, como é o ponto final do rio era para ser reflorestada[...] A área do rio que já foi degradada, teria sido uma melhora. Nosso rio morreu”	O desmatamento provoca uma série de problemas ambientais, entre eles a seca dos Rios Permanentes. Aqui, há uma indicação do Território, vai do Salitre até a Gameleira do Dida, após Lage dos Negros
Q-Umburana de Cheiro	“Com a cerca, ficou muito difícil para os animais arrodar para a serra. Além dos animais, tem a gente, as mulheres quebram vassouras nos dias de sexta. Elas não vão mais, cercaram tudo. Elas só vão por cima. Nós passávamos para catar umbu, para pegar vara, hoje a gente não pega mais, pois os herdeiros pegaram tudo”	O conflito interno sobre os direitos de ir e vir, construídos, há muito anos, para ter acesso à terra. No entanto, os herdeiros que moram em outros municípios ou estados se acham donos do espaço.
Q-Alecrim de Vaqueiro	“O povo não se une. Cercaram o fundo do Pasto. Deixaram os animais sem subir a serra, isso é desunião nossa”	As divergências partidárias interferem nas relações sociais da comunidade
Q-Jurema Preta	“Aqui era mata, tinha animais silvestres. As pessoas pegavam preá, tatu, nambu. Agora esses animais estão em extinção”	A alimentação à base de caça
Q-Pau de Roda	“Veja bem, é um lugar largado, desmatam. Hoje a beira deste rio aqui era outra, hoje já não se encontra mais[...] A gente aqui sempre foi largado, gente que veio de fora comprou um palmo de roça e acabou tudo. O pessoal do lugar, nasceram e criaram aqui, não tomaram pé, largaram aí. Aqui era cheio de pau, cotaram tudo”	As práticas sociais dos estranhos interferem na relação dos quilombolas com a natureza
Q-Pra Tudo	Se a gente queimar, com é que vamos respirar este ar puro? O Ibama anda por aqui, para a gente não matar onça, o tatu, os animais. Quando a gente coloca um roçado e passa do limite, as casas daquele local acabam, pois os bichos mudam para outro lugar. Queimando a natureza, acabou, né assim?	Preservar a natureza a partir do controle dos roçados, pois a mata favorece a harmonia no habitat, bem como o equilíbrio ecológico. Com fins de fiscalização, o Ibama passa a ser o fiscal da natureza
Q-Sete Cascas	Chovia, mas, com o desmatamento, a chuva diminuiu	Conviver com o semiárido e adaptar-se às novas realidades socioambientais devido ao desmatamento da Caatinga
Q-Pau D’arco	Hoje é uma maneira bem agressiva porque não deixamos de desmatar constantemente. Eu acho que, por isso, não está tendo chuva. Antes só era pau, hoje só tem algaroba. Onde o rio passou, hoje jogam esgotos	O aumento do desmatamento e, com isso, o plantio de algaroba tem causado sério risco de impacto ambiental. Além disso, as leis referentes à proteção ambiental, por exemplo APA, não são respeitadas. Constroe-se, em Lage dos Negros, à margem do antigo leito do rio.

Fonte: entrevista realizada em 2013.

Analisando as representações sociais, a partir do pensamento de Moscovici (2003, p.152) sobre os processos de comunicação, seu posicionamento, no que se refere ao social, é “como uma interação entre dois sujeitos e um objeto”. Elementos necessários na interação entre os extensionistas, quilombolas e o único objeto: a extensão rural. “O triângulo sujeito-outro-objeto é crucial para essa discussão, pois é único esquema capaz de explicar e sistematizar processos de interação”( IDEM, p.152-153).

Segue o autor enfatizando a sociedade, destacando que ela é influenciada, em sua estrutura, “pelo processo de produção e consumo, pelos rituais, instituições, normas e valores” ( p.153). Assim, nem todos os fenômenos que ocorrem entre as relações sociais – extensionistas e quilombolas – são normas específicas deles. No que se refere ao comportamento dos profissionais perante algumas atitudes e ações em Lage dos Negros, sua conduta profissional reflete as normas da empresa, a EBDA. Como fica a imagem do profissional ao tornar-se análogo à instituição quando se envolve com algumas questões, de ordem da cultura institucional da EBDA e, como isso repercute no outro, ou seja, como os quilombolas representam os extensionistas?

Ao problematizarmos, eles discursam a partir da ancoragem sobre a objetividade de algumas atividades que estavam previstas, todavia não aconteceram durante o desenvolvimento do projeto.

**Quadro 9** - A imagem dos profissionais e as formas que os quilombolas objetivam suas formas de representações sociais.

<b>O que os extensionistas representam para os quilombolas?</b>	
<b>Sujeito</b>	<b>Depoimento</b>
Q-Umburana de Cheiro	Se eles viessem aqui e falasse, tem uma reunião na comunidade para explicar tudo e falar, as coisas iam. Não teve reunião, não teve nada. Isso, a extensão rural, não existe aqui
Q-Quebra Facão	O que eles deveriam era cumprir com o dever. Nós tínhamos a promessa de médico, enfermeiro, era muita coisa nesse projeto, não apareceu nada
Q-Pau Pereira	Eles só fizeram o levantamento aqui dos projetos, e pronto, outra coisa não foi feita não
Q-Jurema preta	Eles não representam nada. Só a presença deles mesmo
Q-Pra Tudo	Os extensionistas representam uma coisa nova.
Q-Pau D’arco	Eles são representantes da EBDA, e facilitam as informações. Eles tinham muita coisa, só deixaram no papel.

Fonte: entrevista realizada em 2013.

Essas expressões, nos discursos dos quilombolas, dizem muito sobre a negligência do serviço de Ater e de como os profissionais que atuam são mal vistos. Para os quilombolas, há uma simbiose entre esses profissionais e o conjunto de regras e normas da instituição na qual eles trabalham, a EBDA. Essa perspectiva de relação entre sujeito e instituição, no campo das

representações sociais, é bem expressa nos estudos de Moscovici (2003), reafirmando a importância da comunicação nesse viés.

De certa forma, os extensionistas não se sentem bem ao trabalharem com uma instituição e seguir regras, normas que eles não concordam, principalmente quando há questões que ferem seus valores e negam a sua formação acadêmica, analisada no discurso do Extensionista 1.

Eu me sinto bem trabalhando com os quilombolas, mas improdutiva. Tenho interesse que a empresa dê mais recursos para auxiliar a logística do projeto, pois não adianta ficar só no escritório e as coisas ao léu, em vão. Estivemos um momento mais presente e estamos ausentes e mal vistos por todos.

#### **4.4 (FD) As concepções dos extensionistas sobre a extensão rural na comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros**

O processo das chamadas públicas para Ater, no sentido amplo, causa contigência, tanto para os assistidos quanto para os profissionais, visto que, em sua maior parte de trabalho, os profissionais acabam fazendo atividades burocráticas. A trajetória discursiva dos extensionistas, bem como suas expressões faciais, são, em certo momento, de insatisfação com o trabalho e com a forma como a chamada ganhou sentido. O entrevistado 05 afirma que:

As ações do estado, com paliativo eu acho válido, mas pouco explorado; deveria ser mais bem explorado, se os técnicos tivessem liberdade para trabalhar cada um em suas áreas e junto com o todo, interagindo. Na minha concepção, a gente deveria estar mais inserida na comunidade, passar mais tempo lá. Eu acho que funcionaria mais, poderia trocar informação, levaríamos nosso conhecimento e aprenderíamos o conhecimento deles, e não para ir lá para levar projeto e retornar. Eu acho que a equipe deveria estar inserida na comunidade, fazendo um trabalho dentro da comunidade.

Esse discurso dos extensionistas, de certa forma, converge com as representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural em Lage, seus processos de construção desse serviço, de forma negligenciada pelo Estado da Bahia, bem como pelo governo federal, uma vez que a Lei de Ater (2010) regulamentou as chamadas e construiu diretrizes, condutas e normas para tal.

Para Moscovici (2003), as representações sociais dos sujeitos estão inseridas em uma instituição, com suas normas e valores, que cria ambientes para se estabelecer um relacionamento e comunicação com o outro. Afirmação essa percebida no entrevistado Extensionista 05, quando ele afirma que segue uma conduta da instituição e interfere em suas formas de trabalho com os quilombolas e que, muitas vezes, é questionada. Por sua vez, a

conduta de trabalho dos profissionais deveria ser outra, ter liberdade e inserção na comunidade. “Eu acho que se fosse assim teria mais efeito, o assistente social, veterinário, pedagogo, com esse tempo curto, passa uma semana lá, levantando dados, preenchendo formulário, fazendo projeto. Você acaba não vivenciado a comunidade” (EXTENSIONISTA 05).

Essa visão da necessidade do diálogo e respeito às áreas diferenciadas e suas representações sociais no âmbito do conhecimento, de certa forma, apontam: “ Para apropriá-los, eles devem fazer exatamente o oposto, de sua implementação concreta e esforçar-se para torná-los acessíveis a outros. Desse modo, seu conhecimento transformando assim em conhecimento híbrido” (MOSCOVICI, 2003, p.203).

Ao considerar o conhecimento dos quilombolas nos seus discursos, os extensionistas expressam a simbologia do senso comum e do conhecimento científico sobre a vida cotidiana e a importância desse na construção da extensão rural pelas trocas simbólicas, como, por exemplo, o uso das plantas medicinais e suas representações das doenças. “O artesanato, eles sabem fazer tudo, esteira, vasoura, mas cadê essa parte? As pessoas sabem fazer e eu não vi nada que trabalha essas questões, nem no projeto e nem na comunidade mesmo” (EXTENSIONISTA 04).

A esse respeito, a Política de Ater (2010) garante a partir da abordagem dos princípios, no entanto, a prática dos extensionistas não evoluiu a tal ponto. Para Caporal (2011), uma das fragilidades das chamadas na atualidade gira em torno da formação contínua dos profissionais, uma vez que, em sua maioria, não têm conhecimento sobre o processo da construção do conhecimento nas ações de Ater.

Nessa conjuntura, a formação do extensionista é tenra, sustentada, em muitas vezes, em teorias difusionistas; e esses profissionais carregam consigo a experiência vivenciada do conceito de extensão rural da década de 1970, apontado pelo Extensionista 02, carregado de sentidos e simbologias de projetos desenvolvimentistas. “A instituição desenvolve pesquisa, e essas pesquisas são levadas ao homem do campo através da extensão; é uma parte da extensão. Não levar o conhecimento, mas difundir um certo conhecimento e melhorar o conhecimento do camponês”.

Quando a questão é a formação dos extensionistas que atuam em Lage dos Negros, sobre o debate étnico-racial, poucos ouviram falar nesse assunto. Mesmo para os profissionais das ciências humanas, ser quilombola soa algo estranho; veem as representações sociais do negro no passado, grupos fechados culturalmente. Esses são os sentidos dos extensionistas sobre os quilombolas.

**Quadro 10 – Os sentidos dos extensionistas sobre a extensão rural para comunidades quilombolas e demais comunidades**

<b>Existe diferença entre extensão rural para quilombolas e não quilombolas?</b>	
<b>Sujeitos</b>	<b>Depoimentos</b>
Extensionistas	Depoimentos sobre as especificidades da extensão rural, em relação a extensão rural quilombola
Extensionista 01	“O Programa Brasil Sem Miséria, evolui a questão dos R\$ 2.400,00, fundo perdido”
Extensionista 02	“Eu não posso dizer com clareza porque há diferenças. Na comunidade em que eu atuo, não há diferença entre quilombola e não quilombola. No Pacuí, a maioria não vai se identificar como quilombola, eles não têm a identidade formada”
Extensionista 03	“Eu não tive experiência em extensão rural”.
Extensionista 04	Essa questão da saúde, a Bahia tem o maior índice de anemia falciforme; será que em Lage tem um levantamento disso? São esses tipos de levantamentos que uma equipe multidisciplinar deveria estar vendo. Quando vi a questão do projeto, eu percebi que era social mesmo, trabalhar com pessoas da Bolsa Família. Local de muita carência, totalmente com falta de saneamento. Experiência bastante diferente da que eu já tive com agricultores familiares na extensão rural. Pelo menos eu nunca me deparei com tanta vulnerabilidade que os quilombolas: esgoto a céu aberto, o lixo exposto, os animais criados soltos, trabalho sem nenhuma estrutura, crianças que aparentemente você percebe problema de verminose, você depara assim, vê se está saudável ou não”
Extensionista 05	“Tem muita questão. A comunidade é quilombola e você não vê a questão cultural envolvida nessa coisa, a escola diferenciada. O governo está aí, tem muitos programas, mas, até chegar nos quilombolas, não tem mais nada. Eu acho que ficaram muito presos a esses papéis [burocracia de DAP, Pronaf e preenchimento dos dados no sistema do MDA] e eles [coordenadores] não deixaram a multidisciplinaridade puxar cada um para seu lado. A questão da pessoa muito carente, a gente se apega com as famílias. Me identifiquei com algumas famílias”

Fonte: entrevista realizada em 2013.

Os dois últimos extensionistas, em seus discursos, expõem as diferenças da construção da extensão rural com comunidades remanescentes de quilombo. Sua diferença se dá por incorporação de profissionais da área da saúde e turismo, uma vez que, no geral, a equipe é composta por: ciências agrárias, serviço social e ciências sociais e/ ou humanas. Por isso, questões relacionadas a “alto índice de alcoolismo, insanidade mental, muito elevado” deveriam ser trabalhadas, como ressalta o Extensionista 05.

Conforme explicita o mesmo entrevistado, o cotidiano dos profissionais está associado às atividades burocráticas: preenchimento de informações, elaboração e emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf, o que implica poucas atividades na comunidade. De acordo com Moscovici (2003), as representações sociais partem da visão geral e representações específicas, e essas, por sua vez, verificam-se na prática cotidiana.

Mas apenas dois extensionistas entrevistados, na amostra de cinco, conseguiram expressar a diferença, graças a suas experiências profissionais vivenciadas em outro trabalho no âmbito da extensão rural. Percebe-se, nos discursos dos dois últimos entrevistados, uma



ancoragem e objetivação nas representações sociais (MOSCOVICI,2003), junto a isso, um sentimento arraigado das suas relações com os quilombolas e a falha no processo de execução do projeto. Eles relatam que “construímos o envolvimento sentimental, mas não temos como resolver. A gente trás os problemas de lá, portanto, a gente ficava indignada porque, em alguns casos, nós não conseguimos resolver”.

Moscovici (2003) reconhece o envolvimento sentimental das representações sociais nos discursos dos sujeitos, como algo cognitivo comportamental, que confere uma reação aos fenômenos emblemáticos no processo de comunicação. Salieta Moscovici (2003, p.227): “As representações sociais no processo de tematização objetivam em todo o discurso, estabilização de sentimentos na forma de relações características do tema (adjetivos) induzindo imagens de situações ou maneiras de ser as coisas do mundo”.

Para os demais entrevistados, é a primeira vez em que eles trabalham com extensão rural e, em alguns momentos, percebeu-se a fragilidade no discurso sobre conceitos e especificidade da extensão rural quilombola.

No que concerne ao conhecimento e leitura sobre as comunidades remanescentes de quilombo, apenas uma dos entrevistados possuía vivência e, mesmo assim, nunca teve uma formação sobre a história e cultura afrobrasileira. Seria, contudo, ingênuo pensar que, no campo das ciências agrárias, discutiria a questão étnica brasileira, mesmo sendo a mais emblemática, devido à participação do negro na produção agrícola (FIABANI, 2012).

Conviver com as comunidades quilombolas, na contemporaneidade, é, de certa forma, poder sugerir mudanças a partir da extensão rural e, ao mesmo tempo, opinar nesse processo.

A seguir, apontamos os discursos e imaginário social dos extensionistas sobre as possíveis formas que possam contribuir para melhorar o serviço de Ater na comunidade prestada pela EBDA.

**Quadro 11 – As concepções dos extensionistas sobre o serviço de ATER em Lage dos Negros e comunidades circovizinhas**

<b>Como a EBDA pode contribuir para o desenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombos em Campo Formoso?</b>	
<b>Sujeitos</b>	<b>Depoimentos</b>
Extensionista 01	“Agir mais, estar mais presente na comunidade, estar mais presente com os agricultores. Eu me sinto bem trabalhando com os quilombolas, mas improdutiva [...]”
Extensionista 02	“A EBDA, no mínimo, deveria dispor de um técnico permanente, concursado na região quilombola. No mínimo. Quando se fala em programa, em chamadas, sabe que o governo faz muito isso, o que acontece é que alimenta uma expectativa em uma determina população, e depois de um ano, dois anos, você vai embora e deixa a população desassistida de novo.”
Extensionista 03	“Como projetos, a gente sabe que o governo é lento, mas deveria dar prioridade, com suporte, transportes melhores, com técnicos, melhorias até de salários, transporte e até projetos, e até do governo federal com cisternas e poços artesianos. Essa ajuda não é dar

	<p>dinheiro, é dar cursos, eles precisam muito de capacitação. Eles pedem: – eu queria fazer um curso tal, e até os próprios profissionais da área que faltam formação no âmbito da extensão. O governo deveria estar fazendo concurso e dar condições aos técnicos de Ater para estar dando continuidade ao projeto. O carro deveria ser uma pick-up por conta da estrada.”</p>
Extensionista 04	<p>“Eu acho que esse dinheiro todo, esse montante, se fosse investido na comunidade, poderia surtir mais efeito do que estar dando R\$ 2.400, 00 para cada um. Eu acho que seria mais interessante. Poderia investir em estrutura, fazer levantamento multidisciplinar.”</p>
Extensionista 05	<p>“Se a gente passasse quinze dias lá na comunidade, quinze dias no escritório, o pessoal estaria não só preenchendo formulários, mas trocando informações, conversando com a população lá. Eles passando outras questões, outros problemas, aí nós fazíamos um relatório. Você vai com outro propósito: - eu tenho que fazer x de questionário; então fica difícil.”</p>

Fonte: entrevista realizada em 2013.

## CONCLUSÃO

Nesta fase final, no primeiro momento, reafirmamos o objetivo proposto de analisar as representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural na comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros. Especificamente, objetivou-se identificar essas representações, posteriormente, a identidade biocultural e a memória dos quilombolas e, em seguida, as objetivações dadas à reafirmação da memória. Para tal análise, fez-se necessário entender as percepções dos extensionistas sobre a extensão rural na comunidade remanescente de quilombo Lage dos Negros.

Os estudos sobre as representações sociais, no campo da extensão rural, são pouco explorados, principalmente quando ocorre o cruzamento do objeto de pesquisa, no caso estudado, relações étnicas raciais nas ciências agrárias.

Ao estudar as representações sociais a partir da teoria de Moscovici (2003), percebe-se a relação entre cotidiano, identidade, relações étnico-raciais, trabalho e território identificados nos discursos dos quilombolas, bem como em suas práticas sociais: no trabalho coletivo na agricultura. Além disso, percebem-se esses fenômenos nas práticas culturais das danças, festas e comemorações e, em alguns momentos, em rituais religiosos e fúnebres.

Os resultados desta pesquisa, de maneira geral, tornaram-se perceptíveis devido à escolha metodológica, porque nem todos os fenômenos sociais são dignos da linguagem a partir do discurso (ORLANDI, 2002). Entre as investigações desses fenômenos, destacamos a observação como instrumento de coleta de dados, visto que esse torna-se emblemático para o pesquisador sobre as relações étnico-raciais e suas representações sociais, uma vez que as práticas racistas, bem como as construções dos conhecimentos do senso comum acontecem no cotidiano.

Os discursos institucionais para com as comunidades quilombolas são sempre uma representação social da pobreza rural, onde a exclusão sempre constitui uma forte representação, argumentos esses justificados no plano de ação do governo federal (BRASIL, 2013).

Há uma invisibilidade em torno do conhecimento étnico pelos extensionistas, mas é visível aos quilombolas, porém pouco explorado. A riqueza cultural, geológica e histórica encanta as pessoas que vivenciam Lage dos Negros; no entanto, os discursos da pobreza dificultam as articulações no que se refere à valorização do local e, às vezes, acabam sendo hegemônicos no imaginário social sobre essa comunidade impresses como a figura do Jeca

Tatu (MARTINS, 2001), o negro desprovido de tudo. Essas representações sociais trazem um problema que acaba colocando os negros de Lage no patamar dos incapazes perante os poderes públicos e suas instâncias: legislativo, judiciário e executivo.

Além disso, as ideias comuns e os elementos silenciados na Comunidade Lage dos Negros sobre sua identidade e memória da história social, atreladas à pouca vivência no âmbito dos extensionistas, dificultaram o diálogo entre os quilombolas e agentes externos.

No que concerne às representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural, ficaram projetadas apenas no campo dos conteúdos discursivos, nos quais percebemos, na execução do projeto, a desvalorização, por parte dos agentes, dos sentidos dados pelos quilombolas sobre a extensão rural, em toda a sua forma de expressão cultural, organização e saberes quilombolas silenciados. Vê-se que o Projeto *ATER rumo à sustentabilidade de Comunidades Quilombolas no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru* (MDA, 2011), em seu título, faz menção à sustentabilidade, mas, na realidade, a frequência dos agentes na comunidade foi muito pouca, ou seja, houve uma integração mínima do ponto de vista teórico para o prático da dimensão ambiental.

Além disso, os conhecimentos sobre a natureza do ser quilombola, bem como suas formas de expressar a cultura, identidade e memória, ficaram apenas no campo teórico dos projetos e nos documentos do MDA (2012), que afirmam ser a extensão rural quilombola um espaço para incentivar e valorizar as tradições quilombolas, o conhecimento étnico atrelado à preservação do meio ambiente. Ainda é um desafio a ser superado nas chamadas de Ater quilombola.

A realidade das comunidades quilombolas, em Campo Formoso, é pouco estudada, e os extensionistas, em sua maioria, não a conhecem, uma vez que eles não tiveram a chance de construir e planejar os trabalhos de campo, objetivados a partir das práticas cotidianas. O diálogo dos saberes, para eles, ainda é um sonho.

Os dados de campo apontam que as concepções dos extensionistas sobre os quilombolas acabaram apenas no campo da objetividade da linguagem coloquial, e, de certa forma, tudo aquilo que não estava ao alcance dos olhos dos extensionistas entrou no rol da invisibilidade e, por não haver um diálogo constante entre quilombolas e extensionistas, suas representações sociais apontam para um silenciamento (ORLANDI,2002). O fato dificulta uma diretriz objetiva para investir em extensão rural em Lage dos Negros, pois sua realidade para além da pobreza precisa ser visível e tornar a comunidade proativa.

Continua a busca da ancoragem – “tornar-se familiar ao estranho” ( MOSCOVICI, 2003). Esse discurso é enfatizado pelos quilombolas, no âmbito da extensão rural, bem como por parte dos extensionistas sobre o fazer da extensão rural e sobre os quilombolas.

Nesse contexto, salientamos como o racismo institucional engrenou-se nas chamadas públicas de Ater para quilombolas, visto que não há condições estruturais necessárias para os profissionais desenvolverem suas atividades; as comunidades quilombolas, historicamente, em sua maioria, vivem em locais de pouco acesso, ou muito distantes das sedes dos municípios. Suas especificidades vão além da Lei de Ater.

A política pública de Ater precisa ser estrutura através da criação de um instrumento para efetivação dos profissionais, pois essa maneira intervencionista “via chamada pública” para Ater quilombola reverbera na impossibilidade da permanência dos técnicos, provocando desistência dos profissionais que atuam em Lage dos Negros.

De certa forma, esses fatos ainda geraram o atraso no serviço e provocaram, nos quilombolas, aversão ao Programa Brasil Quilombola, via chamada Pública de Ater no Programa Brasil sem Miséria.

A política pública de Ater quilombola tem vários desafios; entre eles, apontamos:

- A duração da chamada e a adaptação dos extensionistas às realidades não problematizadas durante a formação. Consequentemente, há um elevado índice de evasão dos profissionais, ficando apenas os que moram no município e não têm alternativas;
- A cultura da instituição no desenvolvimento das atividades de extensão em que os profissionais recebem diárias para deslocar-se até o local de trabalho comunitário. Além disso, o extensionista não é obrigado a morar no local de trabalho. Todavia, quando o assunto é trabalho com quilombolas, é de extrema necessidade que esses profissionais construam identidade com o local, pois não existem condições de fluxo contínuo;
- A falta de diálogo com algumas instituições municipais que têm seu espaço consolidado, por exemplo, o CRAS e as Escolas.
- Os acessos dificultosos, bem como a distância entre a sede do município e a comunidade quilombola, dificulta essa relação;
- A descredibilidade da instituição por parte dos quilombolas, visto que já ocorreram vários fatos de corrupção envolvendo o seguro Safra .

Como foram apontados na pesquisa, os extensionistas não concordam com essa forma de trabalho, com certo distanciamento da comunidade, e eles acabam servindo apenas para questões burocráticas. Eles reconhecem que não têm formação nessa área e que a EBDA deveria oferecer melhores condições de trabalho, ou melhor, o Estado deveria fazer concurso público e garantir formação continuada aos extensionistas.

Aprovar o projeto em chamada pública para quilombolas é uma vitória, visto que há uma negação do Estado no que se refere às melhores condições de vida deles. Dar continuidade à chamada, organizar a execução do projeto nas comunidades constitui-se um problema.

A Lei de Ater 12.188/2010, em seus princípios, configura-se como espaço de afirmação dos processos participativos, equidade de gênero, geração e etnia. Além disso, tais princípios apontam para um serviço de qualidade que aborda o desenvolvimento sustentável a partir de uma agricultura de base ecológica. Todavia, na legislação vigente, em suas chamadas, há toda uma contradição, tendo em vista que, como apontam os profissionais, é inviável assegurar princípios pedagógicos da Ater sem condições logísticas, formação profissional sobre o conhecimento da cultura, história dos povos afrobrasileiros, salários defasados e com apenas dois anos de atuação.

Para os quilombolas de Lage dos Negros, a Política de Ater é mais uma “enganação” do Estado, porque poucos conseguem dialogar com os profissionais, ou melhor, esses poucos que aparecem na comunidade. E suas abordagens com a comunidade não passam de preenchimento de documentação para Declaração de Aptidão ao Pronaf- DAP.

Outra questão relevante diz respeito ao ambiente da Caatinga, suas representações sociais e abordagem pouco presente nas chamadas e inexistentes nas abordagens pedagógicas dos extensionistas. Ou seja, para os profissionais, o Sertão é um lugar longe, difícil de se viver e adaptar-se; não dá para trabalhar a agricultura.

Vale à pena salientar que as concepções dos extensionistas sobre a Caatinga dificultam a permanência deles na comunidade, bem como suas formas de abordagem, em que possam prevalecer a preservação da Caatinga, o aproveitamento da biodiversidade para produção de alimentos e a valorização do modelo de produção, do caprinoovinocultura e do plantio em sequeiro.

A pesquisa em Lage dos Negros continua. Apontamos um ambiente efervescente em diversos campos e áreas: educação, saúde, ciências agrárias e ambientais, farmacologia, gestão de políticas públicas, entre outros.

A pesquisa em Lage dos Negros não pára por aqui, pois pesquisas futuras podem ser realizadas em torno da construção do Território de Lage dos Negros, mostrando nova configuração do território quilombola a partir da cartografia social. Atrelada ao espaço, território e lugar, encontra-se a reconstituição da historiografia de Lage dos Negros, no cenário local e também no Estado da Bahia, ambiente riquíssimo para estudo do ponto de vista histórico.

Para os quilombolas, suas representações sociais são também formas de organizações, a citar, o fundo de pasto. Mesmo sendo uma organização civil pastoril, ao invés de afastar da identidade quilombola, pelo contrário, agrega mais um caso empírico das relações dos quilombolas e suas formas de representação, atrelada ao manejo dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros, bem como, as criações de animais para fins domésticos e comerciais. Ao se esquecer dessa forma coletiva de gestão do território agrário, de certa forma, reflete na perda das experiências sociais sobre o território e espaço.

Novas pesquisas podem ser feitas em Lage dos Negros além das apontadas. Destacamos também a necessidade de termos conhecimentos na área da saúde coletiva da população negra, uma vez que esses sujeitos, os quilombolas, sofrem com transtorno psicossocial, e pesquisas precisam apontar a efetivação de políticas públicas no campo da saúde mental da população negra à invisibilidade dos seus direitos. Sobre outras doenças em decorrência do uso da água não potável como potável, as pesquisas precisam apontar se existe essa vulnerabilidade socioeconômica no âmbito do saneamento básico. Mas também, todas as formas tradicionais de tratamento de água e dejetos.

No início da pesquisa de campo, foi solicitada uma análise da água utilizada nos domicílios em Lage dos Negros, todavia os resultados ainda não chegaram. Por essa razão, no campo da saúde coletiva, precisa-se fazer uma pesquisa associada ao alto índice de hipertensão nessa população. Há uma hipótese de que se deve à qualidade da água utilizada, associada ao seus níveis de sais acima do recomendado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para o consumo humano.

No campo da educação, precisa ser averiguado até que ponto a Lei 10.639/2003 está sendo cumpridas nas escolas, contextualizadas e trabalhadas nas escolas da comunidade Lage dos Negros, no ensino de: química, da geografia, da história, da língua portuguesa, da biologia, da agricultura, bem como da religião.

A pesquisa no campo da educação ambiental é um ambiente propício, pois podem-se estudar quais as ações da escola são desenvolvidas para proporcionar uma melhor relação dos sujeitos com os recursos naturais de Lage dos Negros. Todavia, no âmbito da juventude

quilombola, o grupo de Teatro Quilombart é um campo efervescente acerca do protagonismo juvenil quilombola.

Para, além disso, há ainda uma biodiversidade não conhecida; apenas uma parte dos seres vivos das tocas é estudada. Os outros ambientes não são investigados. Temos uma biodiversidade de vida no campo dos cinco reinos: animal, fungi, monera, protista e vegetal, tanto terrestres bem como aquáticos. Nesse universo, Lage dos Negros se constitui um espaço para proporcionar geoturismo, porque existe uma beleza geológica digna de estudo e visitação.

Há uma biodiversidade de plantas, algumas com princípios fitoterápicos, todavia, com poucos estudos registrados. Nessa diversidade, encontram-se plantas com princípios farmacológicos, cosméticos e alimentícios, mas que precisam ser estudadas.

No campo da produção do agronegócio, são necessários estudos para apontar o desequilíbrio ambiental em decorrência do desmatamento da Caatinga e a instalação de monoculturas.

Os indicativos de estudos não param por aqui; acredita-se que Lage dos Negros é um território com problemas suficientes para constituir-se um laboratório vivo.



## REFERÊNCIAS

ABA. Associação Brasileira de Antropologia. Documento **do grupo de trabalho sobre Comunidades negras rurais**. Boletim informativo NUER, n. 1, 1994.

ABRAMOVAY, R. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação. **Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural, XLV**, Londrina. *Anais*. Londrina: Sober, 2007.

ALEMANY, C. e SEVILLA GUSMÁN, E. ¿Vuelve la extensión rural?: Reflexiones y propuestas agroecológicas vinculadas al retorno y fortalecimiento de la extensión rural en Latinoamérica. **Foro, ater-ICCA**, p.1-18, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Uma campanha de desterritorialização**. Direitos territorializações e étnicos: a bola da vez dos estrategistas dos agronegócios. In: Proposta, out/ dez de 2007. Ano 31 – No. 114.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=REFLEX%C3%95ES+SOBRE+O+CONCEITO+DE+AGRICULTURA+FAMILIAR>, Acesso em: 08 dez 2013.

ANJOS, R. S. A. **Quilombolas**. Tradições e cultura da resistência. São Paulo, 2006.

ATAÍDE DE ALMEIDA, M. das G. A. **A Europa vista por brasileiros nos anos 30**: a visão do paraíso. Estudos do século XX. Coimbra, Minerva, 2002.

ARAÚJO, N. de A. A modernização do Vale do São Francisco: um espaço para a ciência e tecnologia ( 1950-1983). **13º Seminário Nacional da História da Ciência e da Tecnologia**. Universidade de São Paulo- São Paulo, 2012.

AULER, A. S & SMART, P. L. Toca da Boa Vista Bahia, a maior caverna do Hemisfério Sul, Brasil. **Boletín informativo del lá comisión de geospeleologia. Federación Espeleológica de América Latina y el Caribe-FALC**, nº 39 . Caracas-Venezuela, 2003.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Identidade**: entrevista a Benetto Vecchi. Rio de Janeiro, 2005.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Comunicação Rural**. Brasiliense, 1983.

BRASIL. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater>. Acesso em 25 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, 11 de janeiro de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm). Acesso em: 30 de jun 2012.a.

\_\_\_\_\_. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal. **Decreto Nº 5.5051**, de 19 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural de 2004. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2004a. Disponível em <<http://goo.gl/4bukoj>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**, 2004b. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/arquivos/pbq.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Decreto nº 4.886** s/d. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto N º 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: set de 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010**. Regulamenta a Lei º 12.188, de 11 de jan de 2010, Brasília, DF, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7215.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7215.htm). Acesso em: 15 de jul de 2012.

CALHEIROS, F. P. **Extensão Rural, Identidade Quilombola e Vídeo**. Um estudo de caso de Conceição das Criolas (Salgueiro). Dissertação de Mestrado (Mestrado em Extensão Rural)-Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.

CALLOU, A. B. F. Extensão Rural: Polissemia e Resistência. In: **IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2006, Fortaleza. (CD-ROM), 2006.

\_\_\_\_\_. Extensão Rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local In: **UniRcoop**. V. 5, p.164-183, maio. 2007.

CALLOU, A.B.F.& TAUKE SANTOS, M. S. **Extensão Rural-Extensão Pesqueira: estratégias de ensino e pesquisa**, Recife, 2013.

CAPORAL, R. F. **A extensão e os limites à prática dos extensionistas do serviço**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Extensão Rural)-Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, 1991.

\_\_\_\_\_. Lei de Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Revista: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Vol. 4, nº 1, Ago/Dez, 2011, p.23-33. Porto Alegre: EMATER-RS-ASCAR. 2011.

CARDOSO, A. L. **A temática quilombola no banco de tese da CAPES: a temática preliminar**. Relatório anual do proejto PIBITI/CNPq Atlas histórico antropológico e artístico das comunidades quilombolas do sudeste-ferramenta pedagógica e plataforma para produção de conhecimentos em comum, PUC-Rio de Janeiro, 2011.

CARNEIRO LEÃO, R. S. **As representações sociais dos moradores de Sítios dos Pintos sobre as políticas de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco para o desenvolvimento local.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local)-Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Universidade Federal Rural de Pernambuco- Recife-Pernambuco, 2012.

CAPELLO, T. & NERI, M.C. (orgs). Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. RÊGO, W.D.L & PINZANI, A. **Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do programa bolsa família.** Brasília: IPEA, 2013.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** Editora Paz e Terra, São Paulo, V. 2, 2008.

CERTEAU, M. de; GIARD, L; Mayol, P. In: Alves, Ephraim, F. Alves e Otch, Lúcia Endlich. **A Invenção do cotidiano: morar cozinhar.** 8 ed. Petrópolis- Rio Janeiro, 2008.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CNAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Manifesto pelos direitos quilombolas.** Disponível em [http://www.koinonia.org.br/oq\\_antigo/uploads/noticias/5457\\_MANIFESTO\\_PELOS\\_DIREITOS\\_QUILOMBOLAS\[1\]vers%C3%A3o%20final.pdf](http://www.koinonia.org.br/oq_antigo/uploads/noticias/5457_MANIFESTO_PELOS_DIREITOS_QUILOMBOLAS[1]vers%C3%A3o%20final.pdf). Acesso em 02 jul de 2013.

DIAS, M.M. Políticas Públicas de extensão rural e inovações conceituais. **Perspectivas em políticas públicas.** Belo Horizonte. V. 1. N°1;p.101-1014, 2008.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades** – a interpretação de uma mutação. Edições Aforamento. Porto, 2006.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografia dos Estudos Culturais- uma versão latina americana.** Ed. on-line. Belo Horizonte, 2010. p.113-130.

FERREIRA, A. C. de S. **Extensão Rural e Desenvolvimento Local em Comunidades Quilombolas:** um estudo junto a agricultores e agricultoras familiares, de comunidade quilombolas nos municípios de Bom Conselho e Garanhuns, Estado de Pernambuco. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local)- Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2008.

FIABANI, A. **Mato, palhaça e pilão:** o quilombo, da escravidão às comunidades remanescente ( 1532-2004), São Paulo, 2º ed.Expressão Popular, 2012.

FONSECA , M. T. L. da. **A Extensão Rural no Brasil,** um projeto educativo para o capital. São Paulo, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?.** In: OLIVEIRA, Rosiska Darcy. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, D. P. : **A guerra dos escravos.** Porto Alegre, 5º ed. 1984.

GALINO, W. C. M. **Intervenção rural e autonomia**: a experiência da articulação no Semiárido. Asa em Pernambuco. Recife. Ed. Universitária UFPE, 2008.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Série pesquisa em Educação, Brasília, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. In: SCHAFFTER, L. L. Presses Universitaires de France. Paris, França. 2 ed. 1968.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . Disponível em [http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos\\_cidades/historico\\_conteudo.php?codmun=290600](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=290600). Acesso em 20 out. 2013.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. In: BUANAIN, A. M. & DEDECCA, C. **Tema 3: Caracterização mapeamento, especificidades e evolução da pobreza rural**, 2011, p.67 – 86.

JODELET, D. (org). **Representações sociais**: um domínio em expansão rural. In: JODELET, D. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JODELET, D. **Representações sociais**: um domínio em expansão. In: JODELET, D. ( org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

KÜSTER, A., ALMEIDA, A. & MARTÍ, J. F. Indicadores de agriculturas sustentáveis nas regiões semiáridas do Nordeste do Brasil. **ICID+18 2nd International Conference: Climate, Sustainability and Development in Semi-arid Regions** August. Fortaleza - Ceará, Brazil 16 - 20, 2010.

MALAGODI, E. A.& QUININO, E. G. Mercado e consciência ambiental: dilemas da agricultura familiar. In: DUQUE, G. (org). **Agricultura familiar, meio ambiente desenvolvimento**: ensaios e pesquisas em sociologia rural. Editora Universitária. João Pessoa, 2002.

MARCONI, M. de A.& LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, L.C. **Entre o plantar e o colher**: representações e saberes envolvidos na extensão rural. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

MIRANDA DOS SANTOS, M. P. **Uma contribuição aos estudos geográficos de remanescentes de quilombos em Garanhuns, Pernambuco**. Dissertação de Mestrado ( Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 347, de 10 de setembro de 2004.** Institui o Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas - CANIE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=452>>. Acesso em: 01 de dez 2013.

MOTT, L.R.de B.A **feira de Brejo Grande:** Estudo de uma situação econômica no município Sergipano do Baixo do São Francisco. 1975, 348 f.(Tese Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de Campinas, Campinas-SP, 1975.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** Investigação em Psicologia Social. In: Guareschi, P. A. Petrolópolis, Rio de Janeiro, 2003.

MOURA, C. (org). **Os quilombos na dinâmica Social do Brasil.** Maceio: EDUFAL, 2001.

MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. O. de. Estudos Interdisciplinares de representações sociais. In: SOBRINHO, M. D. **“Habitus” e representações sociais: questões para o estudo de identidades coletivas.** 1998, p.117-140.

NÓBREGA, S. M. **Maioria e minorias:** do conformismo à inovação. In: MOREIREIRA, A. S. & OLIVEIRA, D. C. de (orgs). **Estudos interdisciplinares de representações, 1998.**

O'DWYER, E. C. (org.). **Quilombos:** Identidade ética e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora UFV. 2002.

\_\_\_\_\_ Terra de Quilombos. Associação Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro: Decania CFCH/ UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, R de. **O barulho da terra:** nem Kalunga camponeses. Curitiba, 2010.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos,** 5 ed. Campinas, São Paulo, 2002.

PAUPITZ, J. Elementos da Estrutura Fundiária e Uso da Terra no Semiárido Brasileiro. . In: GARIGLIO, M. A. ET AL (Org.). **Uso Sustentável e conservação dos Recursos Naturais da Caatinga:**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

PEREIRA DE ALBUQUERQUE, P. E. Aspectos conceituais do uso eficiente da água na agricultura. In: GOMES, M. A. F. & YOUNG PESSOA, M.C.P. In: **Planejamento ambiental do espaço rural com ênfase para microbacias hidrográficas:** manejo de recursos hídricos, ferramentas computacionais e educação ambiental. Embrapa de Informação Tecnológica, Brasília, 2010, cap. 3.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos** estratégias metodológicas para ciências da saúde, humanas e sociais. 3. Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO. Disponível em:<http://www.portalcampoformoso.com.br/index.php?pg=espeleologia>. Acesso em 08 dez 2013.

PROJETO GEOGRAFAR - **A Geografia das Comunidades Remanescentes de Quilombo na Bahia.** (UFBA/CNPq). Disponível em <[www.geografar.ufba.br](http://www.geografar.ufba.br)> Acesso em 10 de out. de 2012.

RAMOS FILHO, E. da S. A contra reforma agrária no Brasil no século XXI. **V Fórum e I Encontro nacional estado, capital e trabalho.** Movimentos Sociais do Campo: territórios de conflitos. Universidade Federal de Sergipe, ag. de 2011.

RODRIGUES, A. S. A. **Ser (tão) negro!** Reconversão cultural e desenvolvimento local na comunidade negra rural quilombola de Leitão/Umbuzeiro, Afogados da Ingazeira – PE. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). Universidade Rural de Pernambuco, 2010.

RIBEIRO, W.C. A Ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2001. SANTIAGO DA SILVA, A.R. Odora ibirin: Corpo e estética na Construção de identidade de mulheres negras. In: **Sementes: Caderno de pesquisa**, v.6. n.8. Universidade do Estado da Bahia. Editora Universitária, Salvador, 2005, p.83-95.

RUA, M. G. **Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos**, 1997. Disponível em: [http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20%20analisede politicaspUBLICAS.pdf](http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20%20analisede%20politicaspUBLICAS.pdf), acesso em 03 abr de 2013.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SÁ, C. P. de. O estudo das representações sociais no Brasil. **Revista de Ciências Humanas.** Edição especial temática. Florianópolis: EDUFSC, 2000, p. 11-31.

SANTOS, dos J. B. **A Territorialidade dos Quilombolas de Irará-BA: Olaria, Tapera e crioulo.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 2008.

SANTOS, A. **Entre a colher e a enxada: interface entre a alimentação e a cultura quilombola de Piranga-MG.** Dissertação ( Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Viçosa- Viçosa-MG, 2009.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** (org). Petrópolis- Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, A & Doula . Políticas Públicas e Comunidade Quilombola: questões para debate e desafios à prática extensionista. **Extensão Rural.** Santa Maria da Vitória, V. XVI. p. 67-83, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. rev. São Paulo: Cortz, 2007.

SOUSA SANTOS, B. de. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.**São Paulo, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.** 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAWAIA, B. (org). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. In: SOWAIA, B. **A identidade- uma ideologia separatista?** 9 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SILVA, C.R. da. **Geodiversidade do Brasil**: conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro, CPRM, 2008.

TAUK SANTOS, M. S. & CALLOU, A. B. F. (orgs). Associativismo e Desenvolvimento Local. In: **Estratégias governamentais de comunicação para o associativismo e desenvolvimento local**. Recife, PE, p. 69-86, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre, 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

WAGNER, W. **Socio-gênese das representações sociais**. In: MOREREIRA, A. S. & OLIVEIRA, D. C. de (orgs). **Estudos interdisciplinares de representações, 1998**.

WILLAMS, R. **Cultura e Sociedade**. In: JOSCELYNE, V. C. a O. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2011.

## APÊNDICE

### UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PG EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

#### APÊNDICE 1– ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS EXTENSIONISTAS

**Título da Pesquisa:** As Representações Sociais dos quilombolas sobre a Extensão Rural na Comunidade Remanescente de Quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso-Bahia

#### **Responsáveis pela Pesquisa:**

Isabel Santos e Profa Dra. Maria das Graças Ataíde de Almeida

#### **A- Identificação**

- 1- Idade:
- 2- Profissão:
- 3- Estado civil:
- 4- Sexo:
- 5- Identificação quanto à cor

Escolaridade:

( ) Técnico \_\_\_\_\_ ( ) Superior \_\_\_\_\_

Qual o lote que atua? \_\_\_\_\_

#### **B-Experiência em Ater**

- 1- Quantos anos de experiência em Ater? \_\_\_\_\_
- 2- O Senhor (a) tem experiência em Ater quilombola? Onde e em qual instituição? \_\_\_\_\_
- 3- Qual a diferença entre Ater quilombola e Ater para agricultores familiares não quilombados?



- 4- Qual a sua concepção de extensão rural? Conceitue extensão rural.
- 5- O que faz a extensão rural?
- 6- E sobre Ater-quilombola?
- 7- Descreva como se dá a ação de ater quilombola
- 8- Quais ações desenvolvidas na comunidade Lage dos Negros?
- 9- Qual o maior desafio de trabalhar numa comunidade quilombola?
- 10- Já recebeu alguma informação ou formação sobre as questões étnico-raciais?
- 11- Quando o assunto é Ater, que figura vem à mente?
- 12- Como o Senhor acha que a EBDA deveria ajudar no desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos no município de Campo Formoso?

### **C. Avaliação**

- 1- Como o Senhor (a) se sente trabalhando com os quilombolas?
- 2- Tem vontade de continuar atuando com os quilombolas do município de Campo Formoso?
- 3- Quais os principais desafios desse trabalho?
- 4- O Senhor (a) se sente realizado (a) nesse trabalho? Por quê?
- 5- Faça sugestões de mudança nas ações e na cultura dos quilombolas.

6- Para o Senhor (a), o que é ser um remanescente de quilombo? Vem o que à mente?

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PG EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**APÊNDICE 2- ROTEIRO DE ENTEVISTA SEMIESTRUTURADA -**  
**QUILOMBOLAS**

**Título da Pesquisa:** As Representações Sociais dos quilombolas sobre a Extensão Rural na Comunidade Remanescente de Quilombo Lage dos Negros em Campo Formoso-Bahia

**Responsáveis pela Pesquisa:**

Isabel Santos e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças Ataíde de Almeida

**A-Identificação**

- 1-Codinome
- 2-Idade:
- 3-Estado civil:
- 4-Sexo:
- 5-Identificação quanto à cor

Escolaridade:

- ( ) Não frequentou a escola ( ) Alfabetizado, qual programa? \_\_\_\_\_
- ( ) Fundamental completo ( ) Fundamental incompleto ( ) Médio incompleto
- ( ) Médio completo ( ) Superior, qual? \_\_\_\_\_

**B- A Construção da Política de Ater quilombola**

- 1- Como a Senhor (a) se sente aqui em Lage?
- 2- Como os sujeitos que não moram em Lage veem a Senhor (a)?
- 3- Qual o seu maior sonho?

4- O que você entende por extensão rural?

### **C- O olhar dos quilombolas sobre os extensionistas da EBDA**

1- O que as ações da EBDA representam para o senhor(a) ?

2- Qual a sua relação com os extensionistas da EBDA.

3- Como o (a) Senhora acha que os extensionistas e a EBDA deveriam ajudar a comunidade?

4- Como o (a) Senhora acha que os extensionistas e a EBDA deviram colaborar com o desenvolvimento da Comunidade?

5- Como o (a) Senhora vê os extensionistas?

6- O que os extensionistas representam pra vocês?

### **C-Comunidade, identidade e memória**

1- O que o Senhor (a) sabe sobre a História de Lage dos Negros?

2- Qual a relação que o (a) Senhor (a) tem com relação às pessoas que moram em Lage dos Negros?

3- Como é o cotidiano em Lage dos Negros?

### **C - Avaliação do Programa ATER Quilombola executado pela EBDA**

1- Para a Senhor (a) o que é Comunidade?

2- O processo de ATER pode interferir na relação de você com a natureza?

3- O que de fato mudou na comunidade após a atuação da EBDA?

- 4- O que mudou em Lage dos Negros nos últimos anos?
- 5- Quais as comemorações em Lage dos Negros?
- 6- Quais as tradições culturais em Lage dos Negros?